

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
JOSÉ RICARDO MENACHO TRAMARIN DE OLIVEIRA CARVALHO

**A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO EM MATÉRIA TRABALHISTA: ELEMENTOS
PARA A CONSTRUÇÃO DE UM DIREITO SEM FRONTEIRAS**

CURITIBA

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOSÉ RICARDO MENACHO TRAMARIN DE OLIVEIRA CARVALHO

**A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO EM MATÉRIA TRABALHISTA: ELEMENTOS
PARA A CONSTRUÇÃO DE UM DIREITO SEM FRONTEIRAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Direito, Curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Aldacy Rachid Coutinho

CURITIBA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSÉ RICARDO MENACHO TRAMARIN DE OLIVEIRA CARVALHO

A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO EM MATÉRIA TRABALHISTA: ELEMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DE UM DIREITO SEM FRONTEIRAS

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Faculdade de Direito.

Orientadora:

Profª. Drª. Aldacy Rachid Coutinho
Universidade Federal do Paraná

Membros da banca:

Profª. Drª. Thereza Cristina Gosdal
Universidade Federal do Paraná

Profª. Drª. Daniela Muradas Reis
Universidade Federal de Minas Gerais

*À Salete Olegair, a luz que ilumina
a vivenda dos José(s).*

*À Danielle Cevallos, pelo amor pós-
moderno que diuturnamente
compartilhamos.*

“E se tutta la gente
Si desse una mano
Se Il mondo finalmente
Si desse una mano
Allora ci sarebbe um girotondo
In torno al mondo
Intorno al mondo”.

(Sergio Endrigo)

AGRADECIMENTOS

A Pós-Graduação corresponde a mais uma das etapas da inacabável edificação do conhecimento.

A jornada de trabalho se iniciou há um par de anos no jardim de infância com o bê-á-bá, os números e as cores. Com o transcorrer do tempo, devido ao aumento das exigências no canteiro de obras, outras especialidades foram sendo aprendidas, porque em uma construção é preciso que se entenda de tudo um pouco.

Na tentativa de se acelerar o andamento das atividades, ou mesmo para que fosse possível receber com mais rapidez a retribuição decorrente da relação *juslaboral*, frequentemente, no curso do processo, prestamos serviços em regime de hora extra, sem esmorecer, sacrificando muitas vezes a prazerosa convivência familiar e dos amigos. De cabeça erguida, passamos pelas insalubridades e periculosidades no ambiente de trabalho, convictos de que o melhor sempre estaria por vir. Enganados ou não pelo modo de produção capitalista e seus duvidosos interesses, seguimos adiante, com os olhos fixos no horizonte.

Felizmente, em meio aos tijolos, rejuntas, azulejos e tintas, não estivemos (e não estamos) sós. Muitos outros operários estão nos ajudando a levantar as paredes e a fazer os acabamentos, pessoas sem as quais não conseguiríamos sequer preparar o cimento a ser usado, o que, sem sombra de dúvidas, acarretaria a resolução do contrato por justa causa com o dono da obra.

Nesse sentido, em gratidão ao companheirismo, amizade, dedicação e atenção ao longo de minha caminhada educacional, agradeço:

À Professora Doutora Aldacy Rachid Coutinho, por ter despertado no coração de um iniciante professor mato-grossense o amor e a constante luta por um Direito para além da retórica e do preciosismo. Indiscutivelmente, seus

posicionamentos e valores repercutiram em cada uma das páginas desta dissertação.

À Professora Doutora Tatyana Sheila Friedrich, pela carinhosa acolhida no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, pelas oportunidades e experiências construídas e, sem sombra de dúvidas, pela enorme confiança depositada em um menino ainda choroso, que nunca havia saído da casa dos pais.

Aos meus mentores, amigos e inseparáveis colegas do mestrado, Lígia Ziggitti de Oliveira, Rubens Bordinhão de Camargo Neto e Judá Leão Lobo, juristas cujos pensamentos e ideias contribuíram sobremaneira para o meu amadurecimento acadêmico, fazendo, passo a passo, com que eu enxergasse um mundo jurídico que ainda não conhecia.

À D^a. Ana Maria Cristofolini, servidora da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, pela presteza e competência no desempenho de suas funções, e, é claro, pela inesperada adoção de um forasteiro pantaneiro já maior de idade.

Ao meu caríssimo amigo Alfredo Borges Guigou, pelas incontáveis correções das traduções para o espanhol dos textos que redigi durante o período de estudos, bem como, com maior ênfase, pelas engrandecedoras conversas cosmopolitas travadas ao longo de minha estada em Curitiba, que, certamente, atenuaram as minhas saudades do Mato Grosso e de tudo o que esse estado representa para mim.

Ao amigo e colega de trabalho Jeison Almeida, Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso, pelas revisões dos capítulos e preciosas sugestões, sobretudo no que se refere ao Direito Consular, temática da qual é mestre.

Aos meus eternos professores da Faculdade de Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso, *campus* de Cáceres, Maria Cristina Martins de Figueiredo Bacóvis e Júlio Bacóvis, pelo constante incentivo e apoio desde o início das aventuras nas terras paranaenses.

Aos meus Professores Rita de Cássia Pereira Borges e Geovani José Silva, da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres-MT, atualmente rebatizada de Instituto Federal do Mato Grosso, *campus* de Cáceres, por terem plantado a inquietante semente do gosto pela pesquisa científica em meu coração desde o Ensino Médio.

Aos meus queridos alunos da turma 2010/2, da Faculdade de Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso, *campus* de Cáceres, pela valiosa construção conjunta do conhecimento *juslaboral*. Seus questionamentos, críticas, sorrisos e empenho, inspiraram-me na lida diária de elaboração deste estudo.

Aos meus familiares, pais, tios e primos, em especial, à minha prima Waleska de Carvalho Bittencourt, que sem pestanejar, sem medir esforços, auxiliou-me na materialização deste sonho, desde a idealização até a defesa, sendo a minha referência, o meu porto seguro em Curitiba.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACi – Apelação Cível

ACO – Ação Cível Originária

CC – Código Civil

CDI – Comissão de Direito Internacional da ONU

CIJ – Corte Internacional Judicial

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CPC – Código de Processo Civil

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

CV – Convenção de Viena

EUA – Estados Unidos da América

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

NAFTA – Tratado Norte-Americano de livre comércio

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

RE – Recurso Extraordinário

RO – Recurso Ordinário

RR – Recurso de Revista

SDI-I – Seção de dissídios individuais I do TST

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TST – Tribunal Superior do Trabalho

V. – Versus

RESUMO

O tema da presente pesquisa consiste na superação da imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros em matéria trabalhista no Brasil, como medida capaz de proporcionar a concretização de espaços de possibilidades para a afirmação/construção da dignidade do trabalhador. O raciocínio que permeia todo o trajeto partiu do pressuposto de que as noções de Estado, e, conseqüentemente, de soberania, devem ser compreendidas como categorias abertas ao cotejo com as variantes de sua época, em uma constante ressignificação, a fim de não se legitimar injustiças ou arbitrariedades. A imunidade de jurisdição decorre de um costume jurídico internacional que se desdobra em duas espécies, a imunidade de jurisdição propriamente dita e a imunidade de execução. Na cúpula do Judiciário brasileiro ainda prevalece o entendimento da impossibilidade de se afastar a imunidade de execução quando se tratar de pleitos trabalhistas, o que gera uma situação de insegurança jurídica aos trabalhadores que firmam contratos de trabalho direta ou indiretamente com Estados estrangeiros. Para a elaboração desta dissertação foi utilizado o método dedutivo, com pesquisa qualitativa, conforme a abordagem do problema, e prescritiva, quanto ao objetivo geral. Segundo o procedimento técnico, a pesquisa teve caráter bibliográfico e documental, sendo desenvolvida mediante verificação da doutrina especializada e das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior do Trabalho, bem como de estudo comparado nas legislações estrangeiras e convenções internacionais que versavam sobre a temática. A completa superação da imunidade de jurisdição em matéria trabalhista não se contrapõe à soberania do Estado estrangeiro a ser submetido à jurisdição de outro, tampouco à igualdade jurídica que deve prevalecer entre os sujeitos de direito internacional público na sociedade internacional. A soberania continua a ser um elemento constitutivo do Estado, porém, um elemento constitutivo histórico, que constantemente precisa ser revisitado diante das novas variantes que se aprumam no horizonte.

PALAVRAS-CHAVE: Imunidade de jurisdição; trabalhista; soberania; dignidade humana.

RESUMEN

El tema de esta investigación consiste en la superación de la inmunidad de jurisdicción de los Estados extranjeros en materia laboral, como medida capaz de proporcionar la concretización de espacios de posibilidades para la afirmación/construcción de la dignidad del trabajador. El raciocinio que permea todo el trayecto partió del presupuesto de que las nociones de Estado, y consecuentemente de soberanía, deben ser comprendidas como categorías abiertas al cotejo con las variantes de su época, en una constante resignificación, a fin de que no se legitime injusticias o arbitrariedades. La inmunidad de jurisdicción resulta de una costumbre jurídica internacional que se desdobra en dos especies, la inmunidad de jurisdicción propiamente dicha y la inmunidad de ejecución. En la cúpula del Poder Judicial brasileño aún prevalece el entendimiento de la imposibilidad de apartarse la inmunidad de ejecución, cuando se trate de demandas laborales, que, por supuesto, genera una situación de inseguridad jurídica a aquellos que firman contratos laborales de forma directa o indirecta con Estados extranjeros. Para la elaboración de esta disertación fue utilizado el método deductivo, con estudio cualitativo, conforme el abordaje del problema, y prescriptiva, cuanto al objetivo general. Según el procedimiento técnico, la investigación tuvo carácter bibliográfico y documental, siendo desarrollada mediante verificación de la doctrina especializada y de las decisiones proferidas por el *Supremo Tribunal Federal*, *Superior Tribunal de Justiça* y *Tribunal Superior do Trabalho*, así como del estudio comparado de las legislaciones extranjeras y convenciones internacionales que versaban sobre el tema. La superación completa de la inmunidad de jurisdicción en materia laboral no se contrapone a la soberanía tampoco a la igualdad jurídica que debe prevalecer entre los sujetos de derecho internacional público en la sociedad internacional. La soberanía sigue siendo un elemento constitutivo del Estado, pero, un elemento constitutivo histórico, que constantemente necesita ser revisitado delante de las nuevas variantes que se aploman en el horizonte.

PALABRAS CLAVE: Inmunidad de jurisdicción; laboral; soberanía; dignidad humana.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	17
1. O Estado como sujeito de direito internacional público: primeiros passos para romper o anacronismo	17
1. 1. A soberania como poder máximo e elemento constituinte do Estado: gestando uma crítica.....	25
2. A imunidade como atributo de função: prerrogativas para a atuação estatal no plano internacional	31
2.1 As imunidades dos agentes diplomáticos e consulares.....	32
2.2 A imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros	37
2.3 A imunidade de jurisdição no Direito Internacional e no Direito Comparado	42
CAPÍTULO II	50
1. Primeiras palavras: esclarecimentos sobre a dicotomia sujeito de direito internacional público e sujeito da contratualidade laboral	50
2. Novas configurações da atuação estatal: ingredientes para a desconstrução de um mito	51
3. O Estado estrangeiro como sujeito da contratualidade laboral: aplicando a legislação de proteção ao trabalho sem restrições	53
3.1. A contratação de terceirizados por Estados estrangeiros: contornos de uma nova prática	55
4. A imunidade de jurisdição em matéria trabalhista: avanços e recuos no Brasil	57
4.1 A Imunidade de jurisdição após o julgamento da Apelação Cível nº 9696/SP pelo STF: os direitos dos trabalhadores morrendo na praia	64
5. O Estado estrangeiro como parte na relação jurídico-processual: uma nova realidade a se apurar	68
5.1 O Estado estrangeiro como parte na relação jurídico-processual trabalhista: primeiras linhas.....	71

CAPÍTULO III	89
1. Considerações iniciais para uma despretensiva nova construção: justificativas e intencionalidades	89
2. Os direitos humanos para além das utopias: reflexões preliminares sobre os espaços de possibilidades da dignidade humana	90
3. Reflexões sobre o Direito do Trabalho: (in)coerências entre a imunidade de jurisdição e a proteção do trabalhador	94
4. A superação da imunidade de jurisdição e a proteção dos direitos humanos dos trabalhadores: ladrilhando os caminhos.....	100
5. A superação da imunidade de jurisdição e a soberania: apontamentos para uma resignificação	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
FONTES DOCUMENTAIS	123

INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná tem como tema a superação da imunidade de jurisdição em matéria trabalhista, como medida capaz de proporcionar a concretização de espaços de possibilidades para direitos humanos, à luz da construção de um Direito sem fronteiras.

O presente estudo se justifica pelo quadro de incerteza gerado pela aplicação do costume jurídico internacional da imunidade de jurisdição em matéria trabalhista pelos tribunais brasileiros, uma vez que ao mesmo tempo em que supostamente se garante a manutenção da soberania alheia com a sua incidência, compromete-se a proteção dos direitos dos trabalhadores que prestam serviços a Estados estrangeiros ao negar-lhes uma ampla e efetiva tutela jurisdicional.

Assim, restam aos trabalhadores inseridos naquele contexto aguardar que suas verbas e direitos sejam respeitados/adimplidos/reparados por meio da via diplomática, ou recorrer ao instrumento processual da carta rogatória, ou mesmo demandar o Estado estrangeiro diretamente em seu território, possíveis saídas que não oferecem a devida segurança.

Diante desse cenário, afiguram-se os seguintes problemas: quais serão os caminhos a serem seguidos pelos trabalhadores/empregados brasileiros no intuito de receberem suas verbas trabalhistas? Qual é a segurança jurídica de que receberão o que lhes é devido por meio de carta rogatória ou mesmo pela via diplomática? É possível que o predito costume jurídico internacional obste a execução de um Estado pelo inadimplemento de dívidas laborais, já que estas possuem natureza alimentícia? Com fundamento nos direitos humanos, positivados ou não, é válida a gradação de concessão de direitos trabalhistas ao empregado e correlatas responsabilizações, de acordo com o tipo de empregador?

O raciocínio que permeia todo o trajeto partiu do pressuposto de que as noções de Estado, e, conseqüentemente, de soberania, devem ser compreendidas de modo contextual, temporal e pontual, não sendo válidas, portanto, análises anacrônicas. Nesse sentido, não se pode lançar mão de uma compreensão estatal carregada de uma racionalidade de outra época para examinar um objeto ou fenômenos que não guardam qualquer correspondência com aquele período, até porque se estará diante de um conjunto de variantes, significados e dados que outrora não existiam, em especial, como se destacou, o sistema de proteção à dignidade humana. Informa-se que não se pretendeu com as discussões sobre a necessidade de mitigação da imunidade de jurisdição em matéria trabalhista, preencher ou dar um conteúdo à dignidade humana, a intenção, em realidade, era muito mais de buscar por espaços em que aquela pudesse se materializar, para além dos discursos, do que defini-la.

Para a elaboração desta dissertação foi utilizado o método dedutivo, com pesquisa qualitativa, conforme a abordagem do problema, e prescritiva, quanto ao objetivo geral. Desta feita, ademais de se descrever a complexidade da questão, a investigação se pautou na apresentação de subsídios à superação em sua integralidade da imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros quando de sua participação em uma relação jurídico-laboral no Brasil.

Segundo o procedimento técnico, a pesquisa teve caráter bibliográfico e documental, sendo desenvolvida mediante verificação da doutrina especializada e das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior do Trabalho, bem como no exame, dentre outros, dos seguintes documentos: *European Convention on State Immunity* (Convenção Europeia sobre imunidade do Estado - 1972); *Foreign Sovereign Immunities Act* (Lei dos Estados Unidos - 1976); *State Immunity Act* (Lei da Grã-Bretanha – 1978); *State Immunity* (Lei da Austrália – 1985); Ley 24488 – Inmunidad Jurisdiccional de los Estados Extranjeros ante los Tribunales Argentinos (Lei Argentina - 1995); *United Nations Convention on Jurisdictional Immunity of States and their properties* (Convenção das Nações Unidas sobre Imunidade de Jurisdição dos Estados e seus bens - 2004), Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 da Organização das Nações Unidas; o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de Direitos econômicos, sociais e Culturais de 1988; a

Convenção de Viena sobre relações Diplomáticas de 1961 e; a Convenção de Viena sobre relações Consulares de 1963.

No capítulo I, de cunho descritivo-analítico, a fim de se fornecer subsídios para a superação da imunidade de jurisdição em sua integralidade em matéria trabalhista, traçaram-se as noções do Estado como sujeito de direito internacional público atuante na sociedade internacional, propugnando-se pela sua compreensão como produto de seu tempo; da soberania como elemento constitutivo daquele e atributo da limitação interna e externa de suas ações, à luz da necessidade de sua ressignificação; da igualdade jurídica como diretriz a ser observada nas relações entre os atores internacionais; e da imunidade de jurisdição e seus desdobramentos como prerrogativa estatal no exercício de suas funções.

No capítulo II, partindo da premissa de que não há dicotomia do Estado como sujeito de direito internacional público e como sujeito da contratualidade laboral, delineou-se a sua postura no campo do privado ao contratar trabalhadores de nacionalidade brasileira para prestar serviços em sua missão diplomática ou representações consulares acreditadas no território nacional, bem como os desdobramentos dessas relações jurídicas firmadas.

No capítulo III, firmadas as bases, propõe-se a superação do costume jurídico internacional da imunidade de jurisdição em matéria trabalhista, a partir da proteção do trabalhador seja em qual contexto estiver inserido, da imprescindibilidade da garantia a uma tutela jurisdicional de direitos efetiva como meio de se afirmar aquela salvaguarda antes e depois de sua violação, das incongruências existentes entre o conjunto de normas do Direito do Trabalho e a aplicação da imunidade de jurisdição pelos tribunais brasileiros e, em destaque, por ser o pensamento que acompanha as análises e ponderações realizadas ao longo de todo o trabalho, da ressignificação da soberania.

CAPÍTULO I

O Estado como sujeito de direito internacional público: a dinâmica da imunidade de jurisdição nas relações interestatais em uma sociedade internacional

1. O Estado como sujeito de direito internacional público: primeiros passos para romper o anacronismo

A compreensão do Estado como sujeito de direito internacional público, noção imprescindível para o desenvolvimento deste estudo, perpassa a necessidade inicial de se examinar a sua estruturação moldada pelos ventos da modernidade. Longe de qualquer anacronismo, considerar o Estado (e seus elementos constitutivos) como produto de seu tempo, atentando-se para as peculiaridades da ordem político-jurídica na qual se insere, é a posição mais acertada quando diante de questões referentes à dinâmica das relações interestatais na sociedade internacional e à proteção dos direitos humanos.

Registra-se que não se busca tecer aqui comparações entre o Estado Moderno e a configuração que se manifesta na contemporaneidade a fim de hierarquizá-los em menor ou maior grau de importância, tampouco se intenciona perquirir pelos seus fundamentos no intuito de organizá-los sob o título de “a construção do Estado ao longo da História”. Afinal de contas, como ensina FONSECA, “não há um único caminho para o conhecimento histórico (como não

pode haver um único caminho para o saber)”;¹ é um equívoco atribuir aos fatos históricos uma lógica sequencial evolutiva como se rupturas e circularidades² não fossem experimentadas, ou compreendê-los como um aspecto meramente cronológico.

Desta feita, ao se apresentarem a seguir as nuances do Estado Moderno, ainda que semelhanças com o que hoje se compreende como Estado sejam perceptíveis, pretende-se destacar a relevância de se observar o que foi erigido na modernidade sob a ótica da modernidade, não sendo válido, portanto, precisar as origens dos elementos constitutivos do Estado e aplicá-las atualmente diante de fatores que à época não existiam.

Como se verificará, o discurso da modernidade e as ideias dos teóricos que pensaram o Estado, seja como um mal necessário, seja como o garantidor da ordem e da paz social, seja como o detentor do monopólio do poder, contribuíram para a sua formação, ou pelo menos para a compreensão daquele novo ente que passou a figurar no imaginário das sociedades; povo, território e soberania tal qual como foram concebidos, ainda são elementos constitutivos a serem observados para o reconhecimento de determinado Estado e para a consideração da validade/legitimidade de suas relações. Mesmo muito tempo tendo se passado (do século XVI aos dias de hoje) e os ventos tendo mudado inúmeras vezes de direção, curioso é constatar que hodiernamente, e, em certa medida, assim é descrito neste tópico para posteriormente desconstruir essa dinâmica de apreciação, há a continuidade na concepção daqueles elementos e da própria figura do Estado a partir do que há séculos foi estabelecido.

A modernidade se contrapõe à visão socioeconômica e à dinâmica político-jurídica amplamente difundidas no Medievo. No plano social, contrapõe-se à sistemática dos privilégios que alijava das decisões e dos postos políticos todos aqueles que, mesmo livres ou possuidores de certo poder econômico, não pertencessem à nobreza ou ao clero, bem como à naturalização de direitos e deveres em uma bem delimitada estratificação social, que, independentemente se

¹ FONSECA, Ricardo Marcelo. **Introdução Teórica à História do Direito**. Curitiba: Juruá, 2012, p. 26.

² No que se refere à circularidade da cultura jurídica e a sua consideração para se proceder a análises dos fatos históricos, consultar: PEREIRA, Luís Fernando Lopes. A circularidade da cultura jurídica: notas sobre o conceito e sobre método. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (Org.). **Nova História brasileira do Direito: ferramentas e artesanias**. Curitiba: Juruá, 2012, p. 31-43.

os sujeitos fossem socialmente iguais ou desiguais, privilegiados ou relegados, deveriam cooperar para o alcance de um destino pautado em uma ordem cosmológica;³ no plano econômico, contrapõe-se à inexistência de uma moeda padrão, à relação servil gestada no sistema feudal e à produção agrícola voltada mais para a subsistência do que para a formação de excedentes; no plano político, contrapõe-se às incertezas geradas pela pulverização (descentralização) do poder político em unidades autônomas, os feudos;⁴ no plano jurídico,⁵ em decorrência da inexistência de um poder centralizado, contrapõe-se à insegurança provocada pela diversidade de ordenamentos a serem respeitados.

Assim, como contraponto ao desenho das relações sociais até então vigentes, a modernidade acaba por corresponder, direta ou indiretamente, às demandas da racionalidade burguesa pela generalidade, abstração, definição de espaços e sistematização, refletindo e ao mesmo tempo servindo para a concretização dos seus interesses e anseios. Previsibilidade, certeza e segurança, talvez possam sintetizar, sem qualquer pretensão conclusiva ou reducionista, o espírito daquela visão de mundo e suas consequentes implicações sociais, culturais e econômicas.

É em meio a esse contexto que as bases para a estruturação do chamado Estado Moderno são erigidas, sendo que esse formato pode ser considerado como um dos eficazes instrumentais para a realização dos auspícios burgueses,⁶ classe que desde a baixa Idade Média passa a reivindicar protagonismos.⁷

³ O pensamento social e político europeu é dominado, até o século XVIII, pela idéia da existência de uma ordem universal (*cosmos*), abrangendo os homens e as coisas, que orientava todas as criaturas para um objetivo último que o pensamento cristão identificava com o próprio Criador. Assim, tanto o mundo físico como o mundo humano não eram explicáveis sem a referência a esse fim (*telos*) que os transcendia. HESPANHA, António Manuel. **Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milénio**. Coimbra: Almedina, 2012, p. 98.

⁴ Apesar da existência de reis, no sistema feudal a base de poder era local. Cada feudo era independente do outro, tinha autonomia e era governado pelo seu senhor, que fazia parte da nobreza. Entre os nobres havia os suseranos e os vassallos, cuja relação baseava-se no direito de exploração da terra, concedido pelos primeiros aos segundos em troca de fidelidade. REZENDE, Antonio Paulo; DIDIER, Maria Thereza. **A construção da modernidade: o Brasil colônia e o mundo moderno**. São Paulo: Atual, 1996, p. 6.

⁵ Do mesmo modo entende HESPANHA, para quem, no plano da política e do direito a racionalidade [Moderna] equivale a antitradicionalismo; a generalidade e abstração, a uma sociedade de pessoas iguais perante o direito e a um direito geral que abolisse privilégios e diferenças estatutários ou regionais. **Cultura jurídica europeia: síntese de um milénio**. Coimbra: Almedina, 2012, p. 231.

⁶ Dos teóricos que pensaram o Estado, as ideias do inglês John Locke, dentre os demais, como Hobbes, Rousseau e Bodin, são as que mais contribuíram para as pretensões burguesas, sobretudo

A concepção de um ente que superasse as particularidades dos feudos ao exercer de forma centralizada o monopólio político, administrativo, jurídico e coercitivo em um espaço determinado, sedimentou o terreno para que a burguesia pudesse empreender seus negócios sem os empecilhos usualmente existentes.

Para além da modernidade e o imaginário que a acompanha como pano de fundo da formação do Estado, há que se atentar também ao ponto de partida em si desse ente, e, para tanto, é preciso que se valha das clássicas teorias que justificam o seu nascimento, dentre as quais destaca-se aquela proposta pelo filósofo inglês Thomas Hobbes.⁸

Hobbes, assim como Rousseau, Locke e Bodin, guardadas as peculiaridades de cada um, parte da noção de um pacto celebrado entre os indivíduos para a criação de um ente superior responsável por organizar a vida social e não permitir que o estado de guerra natural⁹ aos homens destrua uns aos outros. Nesse sentido, as pessoas cederiam seus interesses, paixões e por vezes incontroláveis desejos tendo em vista o bem comum. Desta feita, o contrato, resultado de uma livre manifestação de vontade, se consubstanciaria na certidão de nascimento do Estado e na determinação de quem exerceria o poder.

quando coloca, assim como a vida e liberdade, a propriedade privada ao patamar de direito natural; diferentemente de Hobbes e Rousseau que atribuem à propriedade privada uma origem civil, dependente, portanto, da criação e regulamentação pelo Estado, Locke entende que aquele direito é ínsito ao homem, natural à sua existência, cabendo ao ente estatal tão somente zelar pelo seu exercício livre e desimpedido. Nesse sentido conferir CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2006, p. 374-375.

⁷ Vide DIDIER, Maria Thereza. **A construção da modernidade: o Brasil colônia e o mundo moderno**. São Paulo: Atual, 1996, p. 7.

⁸ Hobbes está na origem do princípio do Estado, entendido como a autoridade final que detém o monopólio da produção jurídica e da distribuição do direito, o monopólio da violência legítima. Esse princípio aparece na articulação que Hobbes faz da passagem do Estado de Natureza para a Sociedade Política. FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania: uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 51.

⁹ De modo que na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; terceiro, a glória. [...]. Com isto se torna manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens. HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico Civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003, capítulo XIII.

Sobre a construção teórica de Hobbes, FERREIRA ensina que:

no pensamento de Hobbes, o Estado Civil é necessário para coibir o egoísmo humano, instaurar a justiça e estabelecer a paz. Da autoridade civil emanam direitos e deveres individuais, e com isso, justiça e moralidade. O Estado Civil é a esfera pública onde os interesses particulares se realizam graças à existência de uma autoridade soberana que garanta a paz em troca da subordinação.¹⁰ (Grifo nosso).

Hobbes possuía uma visão pessimista do ser humano. É célebre a sua frase de que o homem é o lobo do próprio homem, que “precisa matar se não quiser morrer, antecipar-se às ações dos outros para não sucumbir em suas mãos”¹¹, quando no exercício de sua vida no estado natural. No entanto, em que pesem as hostilidades, a paz e a ordem seriam garantidas após o surgimento de um poder central, acima dos voluntarismos, exercido dentro de uma área de influência, por alguém determinado, que, segundo o filósofo, poderia ser um monarca ou uma Assembleia.

Realça-se que, conforme demonstrado, mesmo o Estado Moderno tendo servido como instrumental dos interesses burgueses, o seu fim, partindo das teorias clássicas que fundamentam a sua fictícia criação, não pode ser outro senão a busca pela paz social.

Em sua essência, o pensamento de Hobbes se aproxima daqueles outros teóricos do Estado Moderno mencionados anteriormente, visto que em todos eles é possível encontrar: (a) o contrato social, independentemente dos arranjos e rearranjos, como um ato de iniciativa popular que marca o nascimento do Estado; (b) a necessidade de determinação do exercício de um poder; e (c) a delimitação de um espaço de influência. A partir dessas características comuns, é possível detectar os elementos constitutivos do Estado: o povo, a soberania e o território.

O século XVI¹² é considerado o auge da estruturação do denominado ente estatal, pois com a derrocada do sistema feudal¹³ despertou-se a consciência da

¹⁰ FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania**: uma questão para a educação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 63.

¹¹ Ibidem, p. 52.

¹² Para BASTOS, o Estado é a mais complexa das organizações criadas pelo homem. Pode-se até mesmo dizer que ele é sinal de um alto estágio de civilização. Nesse sentido o Estado parece num momento histórico bem preciso (séc. XVI). Não se nega que a Antiguidade Clássica já apresentasse sinais precursores dessa realidade. Todavia, preferem os autores localizar o seu aparecimento no

busca pela unidade, o que se concretizou com a convergência dos hoje denominados elementos essenciais à composição de um Estado: povo, território e soberania, já conhecidos implícita ou explicitamente nas obras dos teóricos do Estado Moderno.

Acresça-se ao século XVI, o importante acontecimento manifestado no século seguinte, para ser mais específico, no ano de 1648, que corroborou para a construção do entendimento quanto à formação do Estado, a celebração dos tratados de Paz de Westfália.¹⁴

Essas são as palavras de DALLARI ao analisar o período:

Os Tratados de paz de Westfália tiveram o caráter de documentação da existência de um novo tipo de Estado, com a característica básica de unidade territorial dotada de um poder soberano. Era já o Estado Moderno, cujas marcas fundamentais, desenvolvidas espontaneamente, foram-se tornando mais nítidas com o passar do tempo e à medida que, claramente apontadas pelos teóricos, tiveram sua definição e preservação convertidas em objetivos do próprio Estado.¹⁵

Como pode ser constatado, o que diferencia os Estados de outros entes personalizados, desde a sua versão pensada na modernidade, é a soma da existência de um território, habitado por um povo, submetidos a um poder supremo. DALLARI, ainda agrega a finalidade como elemento essencial para a formação do Estado, pois não seria possível chegar-se a uma ideia completa daquele ente sem ter consciência de seus fins.¹⁶

início dos tempos modernos. BASTOS, Celso. **Teoria do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Celso Bastos, 2004, p. 41).

¹³ REZENDE e DIDIER alertam que o declínio do sistema feudal não ocorreu simultaneamente em toda a Europa [...]. Na Europa Oriental, incluindo a Rússia, ainda se encontrariam resquícios da servidão ou de costumes de uma nobreza feudal em pleno século XIX. (**A construção da modernidade: o Brasil colônia e o mundo moderno**. São Paulo: Atual, 1996, p. 9).

¹⁴ Os Tratados de Paz de Westfália colocaram termo à Guerra dos 30 anos que se estendia no continente europeu, definindo, conseqüentemente, as noções de território e soberania, à medida que os combatentes reconheceram mutuamente os espaços de influência que a cada um cabia.

¹⁵ DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 78.

¹⁶ Ibidem, p. 107.

O território compreende a base geográfica do Estado, sendo a parcela do globo terrestre que se encontra sob a sua jurisdição.¹⁷ Neste substrato material, há um povo, que se liga àquele por meio de um vínculo jurídico (nacionalidade), caracterizando quem será seu membro ou não. Além disso, dentro dos limites territoriais existe uma ordem suprema, soberana, que não reconhece externamente força superior e internamente autoridade semelhante, conforme o próprio raciocínio de Jean Bodin ao estruturar a doutrina da soberania nos Seis Livros da República por volta de 1576.¹⁸

Esses elementos estão consagrados na Convenção de Montevideu sobre os direitos e deveres dos Estados de 1933 em seu artigo 1º:

Artigo 1º. O Estado como pessoa de Direito Internacional deve reunir os seguintes requisitos:

I. População permanente.

II. Território determinado.

III. Governo.

IV. Capacidade de entrar em relações com os demais Estados.¹⁹

Conforme PEREIRA, “faltando um deles, não podemos afirmar que temos um Estado, talvez um território, na medida em que, dos três elementos, atingiram-se ao menos dois deles”.²⁰

Por ora, à luz de uma perspectiva tradicional, compreendido o âmbito de formação estatal, mas já tendo sinalizado para a necessidade de um giro analítico, vale destacar o atributo que permite aos Estados em geral à possibilidade de atuar nos planos interno e externo.

No ordenamento jurídico brasileiro o Estado e, por consequência, os entes da Federação que o compõe: União, Estados-membros, Municípios e o Distrito

¹⁷ BASTOS, Celso Ribeiro. **Teoria do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Celso Bastos, 2004, p. 69.

¹⁸ Vide BODIN, Jean. **Os seis livros da República**: livro primeiro. Tradução de José Ignácio Coelho Neto. São Paulo: Ícone, 2011.

¹⁹ CONVENÇÃO de Montevideu sobre os direitos e deveres dos Estados de 26 de dezembro de 1933. **Ministério das Relações Exteriores do Brasil**. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/daí/dirdevesta/dos.htm>>. Acesso em: 25 de dez. de 2013.

²⁰ PEREIRA, Bruno Yepes. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 81.

Federal são denominados de pessoas jurídicas de direito público,²¹ como se depreende do artigo 41 do Código Civil.²² Ainda nessa seara, no artigo seguinte do Código Civil, artigo 42, dispõe-se sobre as categorias das pessoas jurídicas de direito público externo, dentre as quais, estão os Estados estrangeiros e todas as pessoas regidas pelo Direito Internacional.

Essas classificações são relevantes, porque dão a dimensão da personificação dos Estados, uma vez que ao serem denominados de pessoas jurídicas de direito público interno ou externo, pressupõe-se a presença de personalidade jurídica, aptidão que lhes garante a possibilidade de titularizar direitos e adquirir obrigações em quaisquer campos que estiverem atuando. Para alguns autores, como CARVALHO FILHO,²³ é indiscutível o fato de que o Estado seja um ente personalizado capaz de adquirir direitos e contrair obrigações na ordem jurídica.

Contudo, o Estado como sujeito titular de direitos e obrigações não opera exclusivamente dentro de suas fronteiras, pois, constantemente, obedecendo a normas de Direito Internacional Público, relaciona-se na sociedade internacional com os mais variados atores na defesa de seus interesses, daí ser amplamente utilizado pelos internacionalistas o termo sujeito de direito internacional público para designá-lo.

Ademais de sua importância, os Estados não são os únicos sujeitos de direito internacional público, incluem-se ainda nessa categoria as organizações internacionais intergovernamentais²⁴ e os indivíduos. São assim denominados, porque possuem personalidade jurídica internacional - e é esse fator que os tornam

²¹ Pessoa Jurídica de Direito Público é o conjunto de pessoas ou bens que visa atender a interesses públicos, sejam internos ou externos. TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. São Paulo: Método, 2011, p. 117.

²² Art. 41. São pessoas jurídicas de direito público interno: I - a União; II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios; III - os Municípios; IV - as autarquias, inclusive as associações públicas; V - as demais entidades de caráter público criadas por lei. BRASIL. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 25 de dez. de 2014.

²³ CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2009, p. 1.

²⁴ O surgimento das organizações internacionais demonstra uma mudança de paradigma nas relações internacionais; indica a transição de um modelo de ações isoladas, baseado na autonomia da vontade dos Estados, para um contexto de preocupação com o coletivo. Assim, ainda persistindo condutas unilaterais de alguns Estados, estas foram atenuadas graças à existência de organizações que propugnam pelo diálogo e por negociações para a solução de eventuais controvérsias.

capazes de adquirir direitos e contrair deveres no âmbito das relações internacionais.

Ressalta-se posição minoritária de REZEK,²⁵ que atribui personalidade jurídica internacional somente aos Estados e às organizações internacionais intergovernamentais, excetuando os indivíduos. Segundo o autor, a exclusão é feita devido ao não envolvimento deles, a título próprio, na produção do acervo normativo internacional.

De modo diverso entende MAZZUOLI:

a não capacidade para influir na produção do acervo normativo internacional, não retira dos indivíduos a condição de Sujeitos de Direito Internacional, uma vez que lhes resta capacidade para agir, tendo apenas uma atuação internacional mais limitada, pois dependentes das normas criadas pelos Estados e pelas Organizações Internacionais.²⁶ (Grifo nosso).

A existência ou não de personalidade jurídica internacional é assunto palpitante, pois desta decorrem prerrogativas ao ente que a possui, dentre as quais se destacam a possibilidade de influir na produção de fontes do Direito Internacional (na celebração de tratados internacionais, na formação de costumes jurídicos internacionais, na construção de princípios do direito), o gozo de imunidade de jurisdição (que impede que um Estado submeta outro à sua jurisdição) e a igualdade jurídica nas tratativas no plano internacional.

1. 1. A soberania como poder máximo e elemento constituinte do Estado: gestando uma crítica

Perquirir pela contextualização da formação do Estado na modernidade e o destaque a soberania são aspectos relevantes para esta dissertação, porque a partir de uma visão que a coloca em um patamar de superioridade, acima inclusive da condição humana, ao arrepio da legislação interna das relações de trabalho e de forma contraditória ao que se vincula no plano internacional por meio de tratados internacionais e demais fontes do Direito Internacional Público, a violação dos

²⁵ REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 146.

²⁶ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: RT, 2010, p. 367.

direitos dos trabalhadores que prestam serviços às missões diplomáticas e representações consulares é legitimada.

A soberania, assim como se propôs na compreensão do Estado, também precisa ser vislumbrada como produto de seu tempo. Por conseguinte, o raciocínio a ser desenvolvido para compreender determinado fato da atualidade que a tenha como núcleo central deve ser realizado de modo contextual e temporal, ao passo que não se pode valer, por exemplo, da concepção de soberania gestada no absolutismo francês no século XVII, como se continuidades, descontinuidades, rupturas, construções e desconstruções não ocorressem na manifestação dos fatos históricos. Ao contrário, é preciso considerá-la atentando-se para as peculiaridades que a circundam no momento de sua análise, dentro da historicidade em que se encontra.

De início, é interessante advertir que mesmo diante de inúmeras novas variantes a noção de soberania na contemporaneidade continua a ser reproduzida da forma como foi concebida no passado. O que se constata não destoia muito do que foi idealizado por BODIN, quando em seus escritos adjetivou a soberania como poder absoluto e perpétuo.²⁷ Ainda é corrente, por exemplo, nos manuais de Teoria do Estado,²⁸ bem como nas decisões judiciais, seja dos tribunais internos, seja das cortes internacionais, e na própria atuação dos Estados, o entendimento da soberania como o intocável elemento constitutivo do Estado e poder máximo exercido por este dentro de suas fronteiras. Certamente, tal como se apresenta, a soberania se tornou uma figura mítica.

Ressalta-se que não se pretende desconstruir a noção de soberania negando a sua essência histórica concebida na modernidade, nem retirar seu grau de importância na congregação com os outros elementos constitutivos do Estado; no decorrer das discussões, em diálogo com o objeto central deste estudo (a imunidade de jurisdição em matéria trabalhista), propõe-se sua ressignificação, cuja necessidade já foi sinalizada no tópico anterior. Reitera-se que isso não representa

²⁷ Bodin qualifica a soberania como poder absoluto e perpétuo. Absoluto no sentido de que não encontraria limitação no seu exercício, seja interna ou externamente, sua manifestação seria livre, incontrastável, sem obstáculos; perpétuo no sentido de que não encontraria quaisquer impedimentos temporais, não estando sujeita a suspensões ou interrupções.

²⁸ Cf. DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1994, p. 67-68; MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1993, p. 27; BRANCO, Elcir Castello. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1988, p. 141; AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. Rio de Janeiro: Globo, 1987, p. 54.

uma fuga à soberania, quanto mais uma tentativa de flexibilizá-la ou torná-la mais permeável ou porosa, a intenção está mais voltada à releitura dos pressupostos que a justificam do que a possibilidade de extingui-la.

Tradicionalmente, a partir da clássica definição de BODIN, é possível notar que a soberania se apresenta por duas faces, uma interna e outra externa. Enquanto a primeira refere-se à autonomia do Estado de decidir seus rumos sem a ingerência de qualquer outro ente externo dentro de seu território, a segunda consiste na projeção de sua independência no plano internacional.

Esse desdobramento pode ser observado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nos termos dos artigos 1º, I, e 4º, I:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional; (Grifos nossos).²⁹

Ao comentar os dispositivos acima, SILVA entende que no caso do inciso I, não haveria a necessidade da menção à soberania, pois esta já é fundamento do próprio conceito de Estado, contudo, quanto ao inciso I do artigo 4º, o autor ressalta a sua importância, por traçar os contornos da igualdade jurídica que deve prevalecer no plano internacional, em suas palavras:

A independência constitui a face externa da soberania e, como vimos, significa que, na ordem internacional, não tem de acatar regras que não sejam voluntariamente aceitas e está em pé de igualdade com os poderes supremos dos outros povos.³⁰

Observa-se que o caráter externo da soberania, ainda que possa parecer contrário ao princípio da igualdade jurídica, reforça-o, vez que permite a compreensão da existência de relações coordenadas entre os sujeitos de direito

²⁹ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 16 de jan. de 2015.

³⁰ SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à constituição**. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 50.

internacional público no plano externo. Assim, não há qualquer hierarquia entre aqueles que atuam na sociedade internacional, bem como, não há qualquer ente supranacional que prescreva unilateralmente regras a serem cumpridas. É primordial que se saiba que o exercício da soberania por um Estado não pode se transformar em abusos e ingerências em outros Estados, porque da mesma forma que aquele apresenta o atributo ora em discussão, esses também o possuem.

Diante da recente dinâmica da sociedade internacional, as usuais concepções de soberania como elemento constitutivo do Estado e/ou poder máximo exercido dentro de seu território podem, quando aplicadas de modo isolado, favorecer a construção de falsas imagens, como, por exemplo, a de que aquele atributo estivesse em erosão. Ou ainda, noutro giro, quando da não consideração da conjuntura de seu tempo, pensar na soberania como justificadora da prática de despotismos, pois o Estado estaria agindo de acordo com seus próprios interesses soberanos.

Assim, independentemente de qual seja o elemento significativo adotado para a precisão da soberania, é imprescindível a verificação dos mecanismos de poder em voga, do contexto e do tempo no qual está contida. Enfim, como ressalta MADRUGA FILHO ao tratar do tema: “para analisar o conceito de soberania sugerimos não recorrer a concepções estáticas, qual fotografias de uma realidade mutante”.³¹

Nesse trilhar, é relevante delinear algumas das características do momento atual, para que se possa então constatar, ainda que *a priori* seja um fino facho de luz, a soberania que se manifesta no século XXI.

O cenário atual da sociedade internacional recebe a influência de diversos fatores que vão desde o propalado processo de globalização³² à celebração de

³¹ MADRUGA FILHO, Antenor. **A Renúncia à imunidade de jurisdição pelo Estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 17.

³² A globalização como fenômeno propulsor da internacionalização do capital financeiro é mais uma variante que faz pensar sobre a necessidade de se compreender a soberania e a própria concepção de Estado como produto de seu tempo, pois se a considerar tal como foi concebida na modernidade, em flagrante crise estaria. BAUMAN ao refletir a respeito da globalização afirma que “a economia – o capital que significa dinheiro e outros recursos necessários para fazer as coisas, para fazer mais dinheiro e mais coisas – move-se rápido; rápido o bastante para se manter permanentemente um passo adiante de qualquer Estado (territorial, como sempre) que possa tentar conter ou redirecionar suas viagens”. (BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 63). Sem adentrar em um exame qualitativo do fenômeno, pelas palavras de BAUMAN, é claramente perceptível o quão dinâmico em suas relações e interesses o cenário internacional está, o que justifica colocar a globalização como mais uma

tratados internacionais de direitos humanos entre os sujeitos de direito internacional público, perpassando a formação de blocos econômicos regionais, como a União Europeia, o NAFTA, o MERCOSUL e de organizações internacionais intergovernamentais, como a Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos.

Esse painel, segundo FERRAJOLI, acaba por esvaziar todos os pressupostos e todas as características da soberania, seja interna, seja externa, evidenciando a crise na qual aquela se encontra atualmente.³³

Analisando a soberania sob a ótica da Teoria do Direito, FERRAJOLI ainda afirma que:

Ao menos no plano da teoria do direito, a soberania revelou-se, em suma, um pseudoconceito ou, pior, uma categoria antijurídica. Sua crise – agora o podemos afirmar – começa justamente, tanto na sua dimensão interna quanto naquela externa, no mesmo momento em que a soberania entra em contato com o direito, dado que ela é a negação deste, assim como o direito é a sua negação. E isso uma vez que a soberania é a ausência de limites e de regras, ou seja, é o contrário daquilo em que o direito consiste.³⁴

Outros poderiam fazer reflexão semelhante quando do exame do exercício de jurisdição por tribunais internacionais, como a Corte Internacional de Justiça da ONU, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA ou o Tribunal Penal Internacional, ou mesmo quando da edição de resoluções pelas organizações internacionais intergovernamentais para que os Estados membros cumpram, concluindo que a soberania nessas hipóteses também restaria comprometida. No entanto, o tratamento da soberania à luz dessa perspectiva está equivocado.³⁵

variante a ser levada em consideração para uma ressignificação do Estado, sua atuação e prerrogativas. MEDEIROS, em dissertação sobre a proteção internacional da pessoa humana e América Latina, ao tratar da soberania, também coloca a globalização como variante a ser considerada para uma possível concepção transformadora daquele elemento estatal constitutivo. MEDEIROS, Ana Letícia Barauna Duarte. **Alteridade negada: proteção internacional da pessoa humana e América Latina**. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2004.

³³ FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno: nascimento e crise do Estado nacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 38.

³⁴ Ibidem, p. 44.

³⁵ Raciocínio semelhante foi feito por GABARDO no exame de um suposto confronto entre a soberania e a institucionalização de um sistema de resolução de controvérsias no âmbito do MERCOSUL, conforme previsão do protocolo de Brasília firmado em 17 de dezembro de 1991 e incorporado no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto executivo nº. 22 de setembro de 1993. GABARDO, Emerson. A soberania constitucional no Brasil enquanto obstáculo à institucionalização

Nessa linha, posiciona-se VARELLA no que tange ao caso das organizações internacionais intergovernamentais:

Muito embora alguns especialistas sustentem o fim da soberania ou a sua transferência para instituições supranacionais [...]. Não há transferência de soberania, porque transferir implica em perder uma parte do que se está transferindo. As Organizações Internacionais e os outros atores que recebem os poderes não têm soberania. Eles não são soberanos. Os Estados não perdem seus poderes. Os Estados continuam a poder criar, executar e julgar seus atos jurídicos. Trata-se de atribuição. [...]. O Estado atribui poderes aos outros atores internacionais, sem, no entanto, deixar de ter estes poderes para si próprio.³⁶

Os Estados ainda que situados em uma sociedade internacional, caracterizada pela coordenação entre os atores que a integram, pela formação de blocos regionais e pela constante celebração de tratados internacionais que os obrigam, não perderam sua autonomia, seus interesses continuam sendo defendidos e respeitados.

A noção de soberania construída na modernidade, territorializada,³⁷ centralizada, ilimitada e atemporal serviu para os interesses e anseios manifestados naquele período histórico, marcado, como registrado, pela busca da burguesia por maiores protagonismos, pelos desejos dos monarcas em unificar seus territórios e poder, pela intenção de homogeneizar as leis e pela necessidade de se determinar espaços e seus respectivos limites de influência. Contudo, as variantes narradas não se aplicam mais ao contexto atual, novas emergiram, o que faz crer ao examinar temáticas como soberania e globalização, soberania e proteção dos direitos humanos, soberania e cortes internacionais, soberania e imunidade de jurisdição, soberania e organizações internacionais intergovernamentais, soberania e a atuação do Estado no campo do privado, dentre outras, que a ideia de soberania não está

judiciária do Mercosul: breves reflexões sobre um falso problema. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**. Curitiba, v. 31, p. 161-171, 1999.

³⁶ VARELLA, Marcelo Dias. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2009 p. 242-243.

³⁷ A respeito da territorialização da soberania, COSTA, ao examinar Bodin, assevera que: “nos confrontos da tradição medieval, Bodin introduz notável diferença: em primeiro lugar, ele ‘territorializa’ a soberania, atribuindo-a ao monarca; em segundo lugar, acentua seu papel apresentando-a como a alma, o sustento imprescindível da ordem; em terceiro lugar, assume-a como o ponto de referimento primário para os súditos: o cidadão para Bodin não é mais o membro de uma cidade, mas sim é o súdito do soberano. A soberania, a relação de domínio-obediência, a troca entre proteção e sujeição, e não mais o pertencimento e a obrigação para com a comunidade, intervêm agora para definir a relação política fundamental”. COSTA, Pietro. **Soberania, representação, democracia**: ensaios de história do pensamento jurídico. Curitiba: Juruá, 2010, p. 83.

em declínio, uma vez que esses fenômenos e processos não podem ser cotejados com uma noção que retrata uma lógica que não mais se observa, é como se quisesse após termos completado vinte e cinco anos de idade aproveitar as roupas que usávamos quando ainda contávamos com cinco.

Não há esvaziamento, erosão ou crise da soberania, esta permanece, mas com um conteúdo que precisa ser vislumbrado a partir de novas premissas, de novos fundamentos, como aqueles que se mencionou supra, é exatamente isso que se tem de inovação na temática em análise, um novo panorama sobre o qual carece haver ponderações.

Em que pese por vezes o estado de coisas mostrar outra imagem, não se vive mais na época em que prevalecia o voluntarismo e a anarquia nas relações internacionais, passo a passo, ainda que rupturas sejam experimentadas, caminha-se para um modelo de maior preponderância das vias diplomáticas em detrimento do puro uso da força, além disso, a adesão a tratados e a organismos internacionais intergovernamentais se dá de forma livre, sem vícios, o que fortalece, em certa medida, a nova posição descrita, a de uma pretensão de convergências no trato entre os sujeitos de direito internacional público e não a de um levante contra a soberania.

Pode-se ir ainda mais adiante: é plenamente válido afirmar que a soberania continua a ser um elemento constitutivo do Estado, porém, um elemento constitutivo histórico, não absoluto ou intocável, que constantemente precisa ser revisitado, que precisa ser ressignificado diante das novas variantes que se aprumam no horizonte, um elemento que não seja um obstáculo que impeça o Estado de atuar, tampouco um muro para que se proteja das violações que cometer, enfim, um elemento que contribua para o alcance de um bem maior, a concretização da dignidade humana.

2. A imunidade como atributo de função: prerrogativas para a atuação estatal no plano internacional

De modo geral, o privilégio consiste em tratamento diferenciado dispensado a um indivíduo, grupo social ou a determinado ente no intuito de conferir direitos antes não previstos ou de ampliar para esses o exercício dos já existentes. Essa concessão e/ou ampliação é restrita, pois agracia dentro de um universo de sujeitos apenas alguns com certas benesses.

Contemporaneamente, o tema dos privilégios ganhou novos termos designativos. Evita-se, ou pelo menos pretende-se evitar, a utilização da palavra privilégio, por apresentar conotação discriminatória, optando-se por expressões como imunidade ou prerrogativa, vinculando estritamente a sua incidência ao desempenho de determinada função.

No Direito pátrio, o termo imunidade é amplamente utilizado para designar alguma espécie de prerrogativa conferida a uma determinada categoria, classe ou sujeitos em razão da função desempenhada.

Nesse sentido os parlamentares, como representantes do povo, possuem um conjunto de prerrogativas garantidas pela CRFB de 1988, no intuito de lhes proporcionar maior liberdade no exercício de suas atividades.

Toma-se como exemplo o disposto no artigo 53, *caput*, da CRFB, “os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”. Essa inviolabilidade abrange qualquer forma de manifestação, escrita ou falada, exigindo-se apenas que ocorra no exercício da função, dentro ou fora da respectiva Casa.

No âmbito jurídico internacional há também situações semelhantes, pode-se mencionar a existência de três modalidades de imunidade que repercutem diretamente na atuação dos sujeitos de direito internacional público: a imunidade dos agentes diplomáticos, a dos agentes consulares e a do próprio Estado.

Observa-se que a imunidade confere àqueles que a possuem um trato diferenciado. No entanto, é importante esclarecer que o instituto não constitui um direito individual, mas uma prerrogativa funcional. Daí que, não será porque é o congressista A, B ou C, ou ainda o agente diplomático D ou K, ou o Estado Y ou X, que a imunidade existirá.

2.1 As imunidades dos agentes diplomáticos e consulares

As tratativas entre os sujeitos de direito internacional público são feitas por seus representantes diplomáticos. À faculdade dos Estados e das organizações internacionais intergovernamentais enviarem ou receberem agentes diplomáticos dá-se o nome de direito de legação, atributo consequente da personalidade jurídica que aqueles atores internacionais possuem.

Do mesmo modo afirma VARELLA:

Apenas os sujeitos de direito internacional têm direito de legação, que é o direito de receber e enviar diplomatas. Trata-se, portanto, de um direito inerente à personalidade jurídica de direito internacional. O direito de legação depende do reconhecimento do sujeito de direito internacional. A aceitação do estabelecimento de relações diplomáticas significa, por consequência, o reconhecimento do outro Estado ou Organização Internacional.³⁸ (Grifo nosso).

Os agentes diplomáticos quando credenciados em um Estado estrangeiro compõem uma missão diplomática. Esta desempenha importante papel na proteção dos interesses do Estado acreditante³⁹ no Estado acreditado,⁴⁰ seja por meio de negociações ou recolhimento de informações, seja na tentativa de se estreitar as relações econômicas, políticas, culturais, científicas ou tecnológicas.

A coordenação dos serviços das missões diplomáticas é exercida pelo chefe da missão, que será credenciado pelo chefe do Estado acreditado e posteriormente comunicará a este os nomes e os postos dos membros responsáveis por operacionalizar as atividades na representação.

As missões diplomáticas podem ser classificadas em: permanentes e temporárias. Essa classificação tem como critério o interesse dos Estados acreditantes na manutenção das missões diplomáticas no território para o qual foram designadas. Assim, estarão compreendidas entre as permanentes: as missões diplomáticas que atuam, em especial, com temas concernentes aos interesses políticos do Estado e as repartições consulares, responsáveis pela representação comercial e administrativa; e, entre as temporárias, aquelas enviadas no intuito de servirem a casos pontuais, como por exemplo, para uma negociação específica ou executar uma tarefa determinada.

Para que os agentes diplomáticos possam exercer as funções para as quais foram incumbidos de modo independente, sem a intervenção dos Estados acreditados, outorga-se a eles um conjunto de prerrogativas, tais como as

³⁸ VARELLA, Marcelo Dias. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 302.

³⁹ Estado acreditante é aquele que envia a Estado estrangeiro seus agentes diplomáticos e consulares para que o represente.

⁴⁰ Estado acreditado é aquele que recebe agentes diplomáticos e consulares de outros Estados estrangeiros para que desempenhem funções de representação em seu território.

imunidades civil, penal e tributária, bem como a inviolabilidade da missão diplomática em seus arquivos e correspondências.

Essas situações estão previstas na Convenção de Viena sobre relações diplomáticas de 1961, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 56.435 de 8 de junho de 1965. Frisa-se que como consta do preâmbulo dessa convenção, a finalidade das prerrogativas e imunidades não é a de beneficiar indivíduos, mas sim a de garantir o eficaz desempenho das funções das missões diplomáticas em seu caráter de representantes dos Estados.

Segundo BRAGA, a convenção de Viena sobre relações diplomáticas consagra a teoria do interesse da função. Essa teoria tem a finalidade de elucidar que as prerrogativas e as imunidades destinadas aos agentes diplomáticos não são benefícios para o indivíduo em si, mas sim em razão do cargo que ocupam, a fim de garantir o melhor desempenho das funções dos postos consulares.⁴¹

Desta feita, no âmbito da missão diplomática, tanto os membros do quadro diplomático de carreira (do embaixador ao terceiro-secretário, conforme a carreira estruturada no Brasil) quanto os membros do quadro administrativo e técnico (tradutores, contabilistas etc.) – estes últimos desde que oriundos do Estado acreditante, e não recrutados *in loco* – gozam de ampla imunidade de jurisdição penal e civil. São, ademais, fisicamente invioláveis e em caso algum podem ser obrigados a depor como testemunhas. Reveste-os, além disso, a imunidade tributária.⁴²

Em síntese, os agentes diplomáticos não podem ser compelidos a prestar depoimento como testemunha, nem sofrer execução, salvo nos casos previstos na Convenção (artigo 31, §1), conforme abaixo transcrito:

Art. 31

1. O agente diplomático gozará da imunidade de jurisdição penal do Estado acreditado. Gozará também da imunidade de jurisdição civil e administrativa, a não ser que se trate de:

a) uma ação sobre imóvel privado situado no território do Estado acreditado, salvo se o agente diplomático o possuir por conta do Estado acreditante para os fins da missão;

⁴¹ BRAGA, Marcelo Pupe. **Direito Internacional Público e Privado**. São Paulo: Método, 2009, p. 256

⁴² REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. São Paulo: Saraiva, 2002, p.161.

b) uma ação sucessória na qual o agente diplomático figure, a título privado e não em nome do Estado, como executor testamentário, administrador, herdeiro ou legatário;

c) uma ação referente a qualquer profissão liberal ou atividade comercial exercida pelo agente diplomático no Estado acreditado fora de suas funções oficiais.⁴³

Além disso, nenhum agente diplomático poderá ser preso pelo cometimento de qualquer crime, culminando com a impossibilidade da cobrança de impostos e taxas, nacionais, regionais ou municipais, sobre os locais da missão de que sejam proprietários ou inquilinos, guardadas as devidas ressalvas também constantes na referida Convenção, como se depreende de seu art. 23:

Artigo 23

1. O Estado acreditante e o Chefe da Missão estão isentos de todos os impostos e taxas, nacionais, regionais ou municipais, sobre os locais da Missão de que sejam proprietários ou inquilinos, excetuados os que representem o pagamento de serviços específicos que lhes sejam prestados. (Grifo nosso)

2. A isenção fiscal a que se refere este artigo não se aplica aos impostos e taxas cujo pagamento, na conformidade da legislação do Estado acreditado, incumbir às pessoas que contratem com acreditante ou com o Chefe da Missão. (Grifo nosso).⁴⁴

Ademais dos agentes diplomáticos, os agentes consulares também gozam das imunidades ora tratadas, no entanto, quanto a esses últimos, os benefícios são limitados, não se comparando aos concedidos aos primeiros. Essa diferenciação ocorre devido à natureza das funções exercidas, pois enquanto os agentes diplomáticos atuam na defesa do interesse estatal propriamente dito, os agentes consulares lidam com questões mais afeitas ao campo do privado.

Essa é a lição de REZEK, quanto à diferenciação entre o exercício das atividades diplomáticas e consulares:

O diplomata representa o Estado de origem junto à soberania local, e para o trato bilateral dos assuntos de Estado. Já o cônsul representa o Estado de origem para o fim de cuidar, no território onde atue, de interesses privados – os de seus compatriotas que ali se encontrem a qualquer título, e os de

⁴³ CONVENÇÃO de Viena sobre relações Diplomáticas de 18 de abril de 1961. **Legislação de Direito Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 138.

⁴⁴ Ibidem, p. 137.

elementos locais que tencionem, por exemplo, visitar aquele país, de lá importar bens, ou para lá exportar.⁴⁵

As relações consulares e as prerrogativas decorrentes estão previstas em Convenção própria, intitulada de Convenção de Viena sobre relações consulares de 1963, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 61.078 de 26 de julho de 1967.

Segundo MAZZUOLI, as regras sobre as imunidades e privilégios estipulados na mencionada Convenção em comparação à que regula as relações diplomáticas são relativas e divergentes nos seguintes pontos: a) não existe imunidade penal absoluta para os representantes consulares; b) a imunidade de jurisdição civil a eles concedida restringe-se tão somente aos atos realizados no exercício das funções consulares.⁴⁶

Vale ressaltar que para o Direito Internacional é indiferente se no Estado estrangeiro a carreira diplomática e consular é unificada, sendo relevante somente a função que o agente desempenha no momento da verificação. No Brasil, assim acontece. E, ainda que pertencendo a mesma carreira, valendo-se do exemplo de REZEK,⁴⁷ um terceiro-secretário (cargo inicial da carreira diplomática) terá mais privilégios e imunidades que o cônsul-geral do Brasil em Nova Iorque.

Agrega-se que no Brasil, o ingresso na carreira diplomática se dá mediante concurso público realizado pelo Instituto Rio Branco - IRBR, órgão encarregado da seleção e treinamento de diplomatas. Aprovado no concurso, realiza-se um estágio de dois anos, organizado nos moldes de um curso de mestrado, e entra-se para a carreira diplomática como Terceiro Secretário. Os cargos seguintes na carreira são os de Segundo Secretário, Primeiro Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe e Ministro de Primeira Classe (Embaixador).

⁴⁵ REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público**: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 160.

⁴⁶ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: RT, 2010, p. 491.

⁴⁷ REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público**: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 2002, p.160-161.

2.2 A imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros

Ademais das imunidades concedidas aos agentes diplomáticos e consulares disciplinadas nas Convenções de Viena de 1961 e de 1963 respectivamente, ainda há aquela destinada aos Estados propriamente.

Destaca-se que as imunidades dos agentes diplomáticos e consulares não se confundem com a imunidade de jurisdição do Estado, uma vez que apresentam fundamentação e destinatários diferentes. Enquanto as primeiras emergem de tratados internacionais direcionados especificamente ora aos agentes diplomáticos, ora aos consulares, a segunda é o resultado de um costume jurídico internacional gestado pelas práticas estatais na sociedade internacional.⁴⁸

Para ALVES, via de regra, a doutrina da imunidade de jurisdição impede que soberanias estrangeiras se submetam forçosamente ao alcance jurisdicional das cortes nacionais de outras nações, com fundamento na teoria de que julgar os atos de soberanias estrangeiras poderia prejudicar as relações diplomáticas dos Estados envolvidos.⁴⁹ Nesse sentido, ao tratar-se da imunidade estatal, está se impedindo a possibilidade de que um Estado soberano seja submetido à jurisdição de outro.

Tradicionalmente, a doutrina internacionalista fundamentou essa prerrogativa no secular princípio do *par in parem non habet imperium* (entre iguais não há império) ou também denominado de *par in parem non habet iudicium* (entre iguais não há jurisdição), designando-o como um subproduto da igualdade jurídica⁵⁰. Contudo, essa tese vem sendo refutada por aqueles que defendem que o verdadeiro

⁴⁸ O costume jurídico internacional é fonte do Direito Internacional Público, conforme se depreende da leitura do art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, órgão jurisdicional da Organização das Nações Unidas; sua formação se dá a partir da soma de dois elementos, do mesmo modo como verificamos na formação dos costumes jurídicos no Direito interno, um elemento objetivo, que diz respeito às condutas reiteradas dos Estados diante de uma dada situação, e, um elemento subjetivo, que se refere à consciência ampla dos Estados da juridicidade e da obrigatoriedade de observância daquelas condutas. Acentua-se que não há hierarquia entre as fontes, um tratado internacional, portanto, não é mais relevante que um costume, em que pese na prática internacional os tratados serem mais privilegiados devido a sua prova ser mais contundente.

⁴⁹ ALVES, Laerte Meyer de Castro. Imunidades dos Estados estrangeiros em matéria trabalhista no Brasil. **Jus Navigandi**. Disponível em: <[http:// jus.com.br/revista/autor/laerte-meyer-de-castro-alves](http://jus.com.br/revista/autor/laerte-meyer-de-castro-alves)>. Acesso em: 26 de dez. de 2013.

⁵⁰ Repisa-se que a igualdade jurídica a ser considerada nas relações entre os sujeitos de direito internacional público decorre da soberania, é a sua manifestação no âmbito externo, diga-se de passagem, o que coloca os Estados, para além da força bélica que possuem, em uma horizontalidade.

alicerce da imunidade jurisdicional dos Estados seria um costume jurídico internacional.⁵¹

A consagração do costume jurídico internacional da imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros ocorreu no julgamento do caso *The Schooner v. Mc Faddon* pela Suprema Corte Norte-Americana em 1812.

O dito Precedente se originou de uma ação de reintegração de posse movida por Mac Faddon e Willian Greetham, em desfavor da França pelo confisco da escuna *Exchange*, como consequência da violação do embargo naval decretado contra a Inglaterra.

Os proprietários, aproveitando que por conta de intempéries marítimas a escuna teve que aportar em território norte-americano, apresentaram a demanda. Porém, o pleito não prosperou devido ao reconhecimento pela Suprema Corte da imunidade de jurisdição do Estado francês.

Sobre o episódio, constata MADRUGA FILHO:

Provavelmente, o forte interesse diplomático dos Estados Unidos em não se atritarem com o soberano francês pesou na decisão, assumida em corte por sua Procuradoria-Geral de explorar a teoria jurídica que permitiria resolver o impasse. Esse interesse, expressamente disposto nas razões de recurso apresentadas neste caso pela Procuradoria-Geral dos Estados Unidos, que alertou: *if the courts of the United States should exercise such a jurisdiction it will amount to a judicial declaration of war.*⁵²

O alerta da Procuradoria-Geral dos Estados Unidos da América, em síntese, expressa que: “se as cortes dos Estados Unidos exercessem tal jurisdição, isto equivaleria a uma declaração judicial de guerra”. Esse precedente ensejou o surgimento da teoria da imunidade absoluta, cuja ascensão se verificou justamente na primeira metade do século XX.⁵³

⁵¹ Desde já é relevante advertir que seja qual for o fundamento da aplicação da imunidade de jurisdição, um princípio ou um costume jurídico, na hipótese de violação de direitos humanos, em especial do trabalhador, objeto desta investigação, aquela prerrogativa deverá ser afastada, uma vez que as fontes do Direito Internacional Público (*vide* art. 38, do Estatuto da Corte Internacional de Justiça) apoiadas comumente em uma descontextualizada concepção de Estado e, consequentemente, de soberania, não podem servir para legitimar afrontas à dignidade humana.

⁵² MADRUGA FILHO, Antenor. **A Renúncia à imunidade de jurisdição pelo Estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p.157.

⁵³ Em fevereiro de 2012, a Corte Internacional de Justiça decidiu por reconhecer a aplicação da imunidade de jurisdição absoluta no caso *Alemanha v. Itália – Grécia* como interveniente – afastando, dessa forma, a submissão do Estado alemão à jurisdição italiana; o conflito suscitado nasceu do posicionamento da Justiça italiana em não reconhecer a imunidade de jurisdição à Alemanha nos

Na prática internacional a teoria da imunidade de jurisdição absoluta afasta a possibilidade do exercício do poder jurisdicional tanto na fase processual de conhecimento quanto na de execução, obstando assim que um suposto Estado-violador figure no polo passivo de uma demanda ou tenha constrictos seus bens acreditados no território do Estado-julgador.

Acresça-se que no meio do caminho entre uma perspectiva absoluta e uma que desconsidera a aplicação da imunidade, há uma teoria relativizadora⁵⁴, que torna possível, em determinadas situações, a obtenção de um título executivo judicial em favor ou desfavor de um Estado estrangeiro, porém, não estendendo essa permissividade à execução.

Como pôde ser constatado, as imunidades dos agentes diplomáticos e consulares possuem regulamentos que remontam à década de 60 do século XX - a Convenção de Viena sobre relações diplomáticas de 1961 e a Convenção de Viena sobre relações consulares de 1963. No entanto, no que concerne à imunidade estatal, o marco regulatório – *United Nations Convention on Jurisdictional Immunity of States and their properties* (Convenção das Nações Unidas sobre a imunidade de jurisdição dos Estados e seus bens) – é mais recente, tendo sido aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 2004, contudo ainda

casos de pedidos de reparações pelos direitos humanos violados à época da Segunda Guerra Mundial, tendo como precedente o caso Ferrini. É interessante salientar que a decisão não sepultou totalmente as esperanças dos entusiastas, como nós, da ampla concretização da dignidade humana, uma vez que houve, dentre os juízes da Corte, uma voz dissidente, a do brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade, que, usando como linha de raciocínio a necessidade de proteção/reparação dos direitos humanos violados para além das imunidades, defende o afastamento da imunidade de jurisdição do Estado-alemão. Em seu voto, Cançado Trindade também nos alerta para a necessidade de se examinar a imunidade de jurisdição de forma temporal e contextualizada, atentando-se para as mudanças conceituais e de aplicação sofridas por aquela prerrogativa, bem como o seu imprescindível diálogo com o sistema de proteção dos direitos humanos, segue fragmento de sua decisão: “inter-temporal considerations for the application or otherwise of State immunity call into question two issues, namely: first, whether State immunity has changed, or evolved, in the past decades; and secondly, whether State immunity should be applied in the present case as it is understood today, the time when the Court is seized of the dispute. As to the first question, the law of State immunity has clearly developed and evolved; it has not remained static. Developments in the domains of international human rights law, of contemporary international criminal law, and of international humanitarian law, cannot be said to have had no influence on the evolving law of State immunity”. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Dissenting opinion of judge Cançado Trindade**. Disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/143/16_891.pdf>. Acesso em: 4 de jan. de 2015.

⁵⁴ As expressões “teoria relativizadora” e “teoria absoluta” consistem mais em termos designativos de uma prática do que de correntes de pensamento propriamente ditas; considerar a primeira ou a segunda, ou mesmo nenhuma das duas (o que é mais difícil), dependerá de Estado estrangeiro para Estado estrangeiro. Como se verá a seguir, alguns Estados já promulgaram leis internas ou aderiram a convenções regionais que regulamentam a matéria, outros, no entanto, como é o caso do Brasil, tratam a questão tão somente a partir das decisões judiciais.

não em vigor, pois não cumprida a exigência da ratificação mínima por 30 Estados (*article, 30,1*).⁵⁵

Artigo 30

Entrada em vigor

1. A presente convenção entrará em vigor no trigésimo dia a partir do depósito do trigésimo documento de ratificação, aceitação, aprovação ou acessão em poder do Secretário Geral das Nações Unidas. (Grifo nosso).⁵⁶

A *United Nations Convention on Jurisdictional Immunity of States and their properties*, prevê em seu artigo 5º a regra geral da imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros: “*A State enjoys immunity, in respect of itself and its property, from the jurisdiction of the courts of another State subject to the provisions of the present Convention*”⁵⁷ (um Estado goza de imunidade da jurisdição dos tribunais de outros Estados, em relação a si e seus bens, sob reserva das disposições da presente Convenção), mas no mesmo dispositivo estabelece a possibilidade de exceções, retirando, dessa forma, o caráter absoluto do instituto.

No que toca às exclusões previstas na referida Convenção, LUPI arrola as seguintes:

as transações comerciais (artigo 10), as relações de trabalho com pessoas não nacionais do Estado empregador ou residentes no Estado do local da prestação dos serviços (artigo 11), os danos decorrentes de lesão ou morte ou à propriedade estrangeira, tangível ou intelectual (artigos 12 e 14), disputas sobre imóveis ou sobre bens envolvidos em procedimento sucessório, vacância ou doação (artigo 13), questões relativas a empresas nas quais o Estado tenha participação (artigo 15), a navios usados para fins não-governamentais (artigo 16) e, finalmente, as cláusulas arbitrais e compromissos arbitrais a que o Estado tenha se aderido (artigo 17). Em todas essas situações, o princípio geral estabelecido no artigo 5º não será aplicado. Particulares e o Estado local poderão exercer sua jurisdição sobre

⁵⁵ O status atual desta Convenção é de 28 assinaturas e 14 ratificações.

⁵⁶ Texto original: *Article 30 – Entry into force - 1. The present Convention shall enter into force on the thirtieth day following the date of deposit of the thirtieth instrument of ratification, acceptance, approval or accession with the Secretary-General of the United Nations.* UNITED NATIONS. **United Nations Convention on jurisdictional Immunity of States and their properties**. Disponível em: <http://untreaty.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/4_1_2004.pdf>. Acesso em: 20 de fev. de 2014.

⁵⁷ UNITED NATIONS. **United Nations Convention on jurisdictional Immunity of States and their properties**. Disponível em: <http://untreaty.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/4_1_2004.pdf>. Acesso em: 20 de nov. de 2014.

bens e sobre o próprio Estado estrangeiro quando se estiver diante de uma das hipóteses do longo rol descrito neste parágrafo.⁵⁸ (Grifo Nosso).

Salienta-se que mesmo antes da codificação da matéria em âmbito internacional pela ora discutida Convenção, posições dissonantes do costume jurídico internacional da imunidade jurisdicional estavam sendo tomadas pelos Tribunais dos Estados, sendo inclusive promulgadas leis internas para regular essas situações.⁵⁹

Nessa seara, manifestou-se o Ministro REZEK em seu voto na Apelação Cível nº 9696/SP de 31 de maio de 1989:

Aquela antiga e sólida regra costumeira de Direito Internacional Público, a que repetidamente este plenário se referiu, deixou de existir na década de setenta. Em 1972 celebrou-se uma convenção europeia sobre imunidade do Estado à jurisdição doméstica dos demais Estados (*European Convention on State Immunity*, Basileia, 16 de maio de 1972). [...] Bem antes da celebração desse tratado já fermentava, em bom número de países, a tese de que a imunidade não se deveria mais admitir como absoluta.⁶⁰ (Grifos constantes do original).

Após a promulgação da *European Convention on State Immunity* mencionada por REZEK em seu voto, surgiram outras leis, mas desta vez no âmbito interno dos Estados, já que a Convenção europeia possui caráter regional, dentre as quais destaca-se: *Foreign Sovereign Immunity Act* de 1976 dos Estados Unidos; *State Immunity* de 1978 do Reino Unido; *State Immunity* de 1985 da Austrália; *Ley 24488 – Inmunidad Jurisdiccional de los Estados Extranjeros ante los tribunales Argentinos* de 1995 da Argentina.

⁵⁸ LUIPI, André Lipp Pinto Basto. A convenção sobre imunidade do Estado e seus bens e o Direito brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, Rio de Janeiro, jun./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/viewfile/1784/1367>>. Acesso em: 18 de out. de 2013.

⁵⁹ Dentro em breve, ou mesmo que ainda tarde, ter-se-á a positivação, para além dos âmbitos internos e regionais, de uma Convenção de maior amplitude regulando a temática da imunidade de jurisdição, o que tornará o costume jurídico internacional um fundamento mais mediato do que imediato; essa dinâmica reforça o raciocínio que se fez anteriormente, no sentido de que independentemente de qual seja o fundamento da imunidade de jurisdição, o Estado estrangeiro que cometer qualquer ato que promova a quebra da gramática de proteção da dignidade humana de quem quer que seja deverá ser responsabilizado.

⁶⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Apelação Cível-SP nº. 9696. Apelante: Genny de Oliveira. Apelada: Embaixada da República Alemã. Relator: Min. Sydney Sanches. Brasília, 31 de maio de 1989. **STF**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarjurisprudencia.asp?s1=%2E%2E+OU+9696%EACMS%2E%29&base=baseAcordaos>>. Acesso em 15 de set. de 2013.

No Brasil, ainda que não exista lei regulando casos dessa natureza, guiando-se os tribunais quase que exclusivamente pelo costume jurídico internacional da imunidade de jurisdição, profundas mudanças ocorreram, principalmente a partir do julgamento da Apelação Cível – SP nº 9696 pelo STF, que ademais de dar início ao precedente da relativização da imunidade de jurisdição em matéria trabalhista, aclarou diversos pontos controvertidos.

Essa alteração paradigmática, a princípio, trouxe alento aos trabalhadores de missões diplomáticas e representações consulares que possuíam créditos a serem recebidos. Contudo, em decorrência da imunidade de jurisdição se desdobrar em duas espécies, cognição e execução, obtido o título executivo judicial, caso o Estado-violador se recuse a cumpri-lo, medida coercitiva alguma poderá ser tomada.

2.3 A imunidade de jurisdição no Direito Internacional e no Direito Comparado

Tem-se como marco histórico da mitigação da imunidade de jurisdição a *Tate letter* de 1952, instrução do Departamento de Estado dos EUA enviada aos tribunais do país para que relativizassem o instituto em determinados casos.

A partir da década de 70, a imunidade de jurisdição sofreu restrições com a promulgação de leis internas pelos Estados estrangeiros e a celebração de Convenções internacionais de âmbitos de incidência variados sobre a matéria, como se mencionou acima. Esses documentos, assim como a instrução americana de 1952, estabeleceram hipóteses específicas para o afastamento da imunidade, abrangendo tanto a fase de cognição, quanto a de execução.

Dentre as legislações internas e Convenções estão: a *European Convention on State Immunity* (Convenção Europeia sobre imunidade do Estado - 1972); o *Foreign Sovereign Immunities Act* (Lei dos Estados Unidos - 1976); o *State Immunity Act* (Lei da Grã-Bretanha – 1978); o *State Immunity* (Lei da Austrália – 1985); a Ley 24488 – *Inmunidad Jurisdiccional de los Estados Extranjeros ante los Tribunales Argentinos* (Lei Argentina - 1995); a *United Nations Convention on Jurisdictional Immunity of States and their properties* (Convenção das Nações Unidas sobre Imunidade de Jurisdição dos Estados e seus bens - 2004).

Ressalta-se que a Convenção Europeia sobre imunidade do Estado é de âmbito regional, sendo aplicada somente pelos Estados europeus que aderiram ao seu texto. Diferentemente da Europeia, a Convenção das Nações Unidas possui

abrangência global, podendo ser parte qualquer Estado que interessar submeter-se aos seus mandamentos.

Quanto às novas perspectivas trazidas ao tema imunidade, desde então, REZEK assevera que:

O que impressiona, tanto na Convenção europeia quanto nos diplomas domésticos promulgados pelos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, é que esses textos inovam a abolição da imunidade do Estado estrangeiro em hipóteses completamente distintas daquela atividade comercial heterodoxa a que se entregavam alguns países em lugares como Londres, Nova York ou Zurique – prática inimaginável em Brasília, em Moscou ou em Damasco –, e que haviam já produzido os primeiros arranhões na regra da imunidade absoluta. O caminho tomado por esses recentes diplomas, visando à luz em áreas de grande prestígio na cena internacional, solapou de modo irremediável as bases da velha regra costumeira – a se entender derogada na medida em que os demais países, abstendo-se de protestar, assumem, um após outro, igual diretriz.⁶¹

Esses diplomas, de modo análogo, instituem como regra geral a imunidade de jurisdição. No entanto, fixam ao longo de seus textos situações em que aquela será afastada, como se depreende do artigo 1º da Lei argentina: *Los Estados extranjeros son inmunes a la jurisdicción de los tribunales argentinos, en los términos y condiciones en esta ley*⁶² e do artigo 5º da Convenção da ONU: *A State enjoys immunity, in respect of itself and its property, from the jurisdiction of the courts of another State subject to the provisions of the present Convention*.⁶³

As exceções pontuadas em cada um desses regulamentos se assemelham. Essa similitude advém do fato de que ambas partem da análise de um mesmo critério, o da natureza da atividade desenvolvida pelo Estado estrangeiro. Nesses termos, faz-se uma divisão entre duas espécies de atos a serem exercidos pelos Estados: *jure imperii* e *jure gestionis*.

⁶¹ REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público**: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 168-169.

⁶² Tradução livre: Artigo 1º - Os Estados estrangeiros são imunes à jurisdição dos tribunais argentinos, nos termos e condições desta lei. ARGENTINA. **LEY 24488 - Inmunidad Jurisdiccional de los Estados Extranjeros ante los Tribunales Argentinos**. Disponível em: <<http://www.villaverde.com.ar/.../ley-24488-art7.doc>>. Acesso em: 04 de abril de 2013.

⁶³ Tradução livre: Artigo 5º - Um Estado goza para si e seus bens, de imunidade de jurisdição perante os tribunais de outros Estados, conforme o disposto na presente Convenção. UNITED NATIONS. **United Nations Convention on jurisdictional Immunity of States and their properties**. Disponível em: <http://untreaty.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/4_1_2004.pdf>. Acesso em: 20 de fev. de 2013.

A diferenciação entre atos de império e atos de gestão tem razão de ser, em decorrência do papel que os Estados vêm exercendo na contemporaneidade, não mais se limitando aos assuntos públicos propriamente ditos, mas atuando no campo do privado.

Por esta razão é que a Convenção Europeia em seu artigo 5º veda a alegação de imunidade quando o processo se referir a contrato de trabalho entre o Estado estrangeiro e um indivíduo: *A Contracting State cannot claim immunity from the jurisdiction of a court of another Contracting State if the proceedings relate to a contract of employment between the State and an individual where the work has to be performed on the territory of the State of the forum.*⁶⁴ Do mesmo modo, na Lei argentina, em seu artigo 2º, “c”, “a imunidade do Estado será afastada quando a demanda versar sobre uma atividade comercial ou industrial levada a cabo pelo Estado estrangeiro”.⁶⁵

A distinção entre atos de império e atos de gestão recebe críticas no sentido de que, por vezes, é difícil, senão impossível, descobrir a fronteira entre essas duas espécies de atos, visto que muitas vezes mesmo atuando no campo do privado, os Estados estão, em realidade, defendendo os interesses da nação.⁶⁶

O Judiciário brasileiro, no entanto, após o emblemático julgamento da Apelação cível nº 9696 decidiu por várias vezes demandas em que Estados

⁶⁴ Tradução livre: Artigo 5º - Um Estado contratante não pode arguir imunidade de jurisdição de um Tribunal de outro Estado contratante se o processo versar sobre contrato de emprego entre o Estado e um indivíduo de onde o trabalho tenha de ser executado no território do Estado de foro. EUROPEAN. **Convention on State Immunity**. Disponível em: <<http://conventions.coe.int/Treaty/Commun/QueVoulezVous.aSp?CL=ENG&NT=074>>. Acesso em 10 de abril de 2013.

⁶⁵ Artículo 2º - Los Estados extranjeros no podrán invocar inmunidad de jurisdicción en los siguientes casos: c) Cuando la demanda versare sobre una actividad comercial o industrial llevada a cabo por el Estado extranjero y la jurisdicción de los tribunales argentinos surgiere del contrato invocado o del Derecho Internacional. ARGENTINA. **LEY 24488 - Inmunidad Jurisdiccional de los Estados Extranjeros ante los Tribunales Argentinos**. Disponível em: <<http://www.villaverde.com.ar/.../ley-24488-art7.doc>>. Acesso em: 04 de abril de 2013.

⁶⁶ Resgata-se situação ocorrida com o Brasil no caso conhecido como *Procafé*, sobre o episódio, conta MADRUGA FILHO: “Em abril de 1998, a empresa alemã *ProcafeGmbH*, portadora de um título executivo judicial contra a República Federativa do Brasil, tentou executar seu crédito sobre divisas do Brasil depositadas em bancos na Alemanha, que haviam sido obtidas pela emissão de 750 milhões de marcos em títulos públicos. Entre outros argumentos, alegavam os credores que os recursos obtidos com a comercialização de títulos públicos por Estados estrangeiros não seriam imunes à execução. O Brasil, habilmente, comprovou que os recursos eram destinados a refinaranciar a dívida interna e controlar a inflação”. MADRUGA FILHO, Antenor Pereira. **A Renúncia à imunidade de jurisdição pelo Estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p.307-308.

estrangeiros eram partes, seguindo tendência da prática internacional quanto à diferenciação dos atos de império e de gestão.

Nessa trilha, observa-se o julgamento do Agravo Regimental em Agravo de Instrumento-DF nº 139671-8 no STF, de relatoria do Ministro Celso de Mello, em 1995:

O novo quadro normativo que se delineou no plano do direito internacional, e também no âmbito do direito comparado, permitiu – ante a realidade do sistema de direito positivo dele emergente – que se construísse a teoria da imunidade jurisdicional relativa dos Estados soberanos, tendo-se presente, para esse específico efeito, a natureza do ato motivador da instauração da causa em juízo, de tal modo que deixa de prevalecer, ainda que excepcionalmente, a prerrogativa institucional da imunidade de jurisdição, sempre que o Estado estrangeiro, atuando em matéria de ordem estritamente privada, intervier em domínio estranho àquele em que se praticam os atos *jure imperii*. (Grifo nosso).⁶⁷

Acrescenta-se ainda o fragmento da decisão proferida pelo Ministro Relator Renato de Lacerda Paiva do TST, no Recurso de Revista de nº 173900-27, em 2012:

Consoante a melhor doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores, a imunidade de jurisdição das organizações e dos entes estrangeiros é relativa e não alcança as chamadas causas trabalhistas, uma vez que vinculadas aos atos de gestão e não aos atos de império, como definido pela decisão de origem. Tal entendimento se consolidou a partir da Convenção Europeia sobre Imunidade dos Estados de 1972, com reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal, conforme decisão da lavra do Excelentíssimo Ministro Celso Mello. (Grifo nosso).⁶⁸

Verifica-se que a jurisprudência brasileira se pautou na diferenciação entre atos de gestão e atos de império para fundamentar suas decisões, ainda que haja posicionamento diverso no sentido de que o Direito brasileiro sequer chegou a distinguir tais questões, como alega MARTINS.⁶⁹

⁶⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental em Agravo de Instrumento-DF nº 139671-8. Agravante: Estados Unidos. Agravado: Paulo da Silva Valente e outro. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, 20 de junho de 1995. **STF**. Disponível em: <<http://www.redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=275004>>. Acesso em: 11 de abril de 2013.

⁶⁸ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de Revista nº 173900-27. Recorrente: Embaixada Real da Tailândia. Recorrido: Rodrigo Solano. Relator: Min. Renato Lacerda Paiva. Brasília, 07 de março de 2012. **TST**. Disponível em: <<http://www.aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&format=html&highlight=true&numeroFormatado=RR%20-%20173900-27.2005.5.02.0015&base=acordao&rowid=AAANGhABIAAADvWAAL&datapublicacao=16/03/2012&query=>>>. Acesso em 11 de Abril de 2013.

⁶⁹ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011, p.101.

Como consequência da separação entre imunidade de jurisdição e imunidade de execução pelos diplomas ora em estudo, é preciso também perquirir sobre a disciplina da última.

A divisão em duas espécies implica a necessidade de sua apreciação pelo Judiciário em dois momentos: o primeiro, quando da propositura da ação de conhecimento e, o segundo, quando do cumprimento da sentença.

De modo geral, no que concerne à execução, as Leis internas e as Convenções (Europeia e da ONU) estipulam a não submissão de um Estado estrangeiro à execução forçada. Contudo, em algumas hipóteses a medida poderá ser concretizada, repercutindo aqui também o critério da distinção entre os atos de império e de gestão. Nesse sentido, estão o artigo 26 da Convenção Europeia e o § 1610, (a), (2) da Lei dos Estados Unidos:

Article 26. Notwithstanding the provisions of Article 23, a judgment rendered against a Contracting State in proceedings relating to an industrial or commercial activity, in which the State is engaged in the same manner as a private person, may be enforced in the State of the forum against property of the State against which judgment has been given, used exclusively in connection with such an activity.⁷⁰

§1610, (a), (2).the property is or was used for the commercial activity upon which the claim is based.⁷¹

Constata-se que a lei americana em comparação com a Convenção Europeia, bem como com os outros instrumentos legais (Lei da Grã-Bretanha, Lei da Argentina, Lei da Austrália, Convenção das Nações Unidas sobre imunidade de jurisdição dos Estados e de seus bens), exige um requisito a mais para que o Estado estrangeiro seja executado, o de que a ação proposta tenha ligação com o bem objeto da medida.

⁷⁰ Tradução livre: Artigo 26. Não obstante o disposto no artigo 23, a sentença proferida contra um Estado contratante em processos relativos a uma atividade industrial ou comercial, em que aquele esteja envolvido da mesma maneira como uma pessoa privada, poderá ser executada no Estado de foro contra a propriedade do Estado contra o qual o julgamento foi dado, usado exclusivamente no âmbito dessa atividade. EUROPEAN. **Convention on State Immunity**. Disponível em: <<http://conventions.coe.int/Treaty/Commun/QueVoulezVous.aSp?CL=ENG&NT=074>>. Acesso em 10 de abril de 2013.

⁷¹ Tradução livre: §1610, (a), (2). A propriedade é ou foi usada para atividade comercial, sobre a qual a reclamação se baseia. UNITED STATES OF AMERICA. **Foreign Sovereign Immunities Act**. Disponível em: <http://archive.usun.state.gov/hc_docs/hc_law_94_583.html>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

Atenta-se para o fato de que os bens da missão diplomática não são cogitados como objetos de uma posterior execução, por servirem de instrumentos para a prática de atos de império, ademais de estarem protegidos pela Convenção de Viena sobre relações diplomáticas de 1961.

Esse é o raciocínio de MADRUGA FILHO ao fazer um balanço dos diplomas supramencionados a respeito da execução:

Note-se, na construção da exceção à imunidade de execução por esses diplomas legislativos, a relevância do propósito do bem pertencente a estado estrangeiro ou por ele em uso. Para estar imune à execução forçada não basta, de acordo com essas leis, demonstrar a propriedade ou posse do bem por Estado soberano, é preciso perquirir a sua finalidade imediata.⁷²

Convém frisar que ainda será possível proceder à execução se o Estado estrangeiro concordar expressamente, conforme os termos do artigo 19, “a”, da Convenção da ONU sobre imunidades:

Article 19. No post-judgment measures of constraint, such as attachment, arrest or execution, against property of a State may be taken in connection with a proceeding before a court of another State unless and except to the extent that:

(a) the State has expressly consented to the taking of such measures as indicated:

- (i) by international agreement;
- (ii) by an arbitration agreement or in a written contract; or
- (iii) by a declaration before the court or by a written communication after a dispute between the parties has arisen.⁷³

Quando um Estado estrangeiro consente em que a imunidade de jurisdição (*lato senso*) seja afastada para que então possa ser processado e julgado normalmente pelo tribunal do Estado de foro, diz-se que houve uma renúncia ao instituto.

⁷² MADRUGA FILHO, Antenor Pereira. **A Renúncia à imunidade de jurisdição pelo Estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p.311.

⁷³ Tradução livre: Artigo 19. Não poderão adotar contra bens de um Estado, em relação a processo perante um tribunal de outro Estado, medidas coercitivas posteriores a decisão como o embargo e a execução, senão nos casos e dentro dos limites seguintes: a) Quando o Estado haja consentido expressamente na adoção de tais medidas, nos termos indicados: i) por acordo internacional; ii) por acordo de arbitragem ou um contrato escrito; ou iii) por uma declaração perante o tribunal ou por uma comunicação escrita depois de haver surgido uma controvérsia entre as partes. UNITED NATIONS. **United Nations Convention on jurisdictional Immunity of States and their properties**. Disponível em: <http://untreaty.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/4_1_2004.pdf>. Acesso em: 20 de fev. de 2013.

Em meio às exceções quanto à imunidade de jurisdição (cognição) abordadas neste tópico, coloca-se em relevo pela reprodução em todos os instrumentos normativos aqui colacionados, desde a lei dos Estados Unidos à Convenção das Nações Unidas, a matéria trabalhista.

A presença maciça das questões trabalhistas como fator de mitigação da imunidade de jurisdição nesses textos confirma o comentário de REZEK acima introduzido, quando assevera que: “esses textos inovam a abolição da imunidade do Estado estrangeiro em hipóteses completamente distintas daquela atividade comercial heterodoxa a que se entregavam alguns países em lugares como Londres, Nova York ou Zurique”.⁷⁴ O autor, ao se expressar desse modo, quis deixar claro que os regulamentos reconheceram, inclusive, as mínimas atuações dos Estados estrangeiros no campo do privado, como por exemplo, a contratação de pessoas para desempenharem serviços nas missões diplomáticas e representações consulares.

No entanto, com fundamento na Convenção das Nações Unidas sobre a imunidade de jurisdição, a única possuidora de caráter internacional, ainda não em vigor, as relações laborais nem sempre serão causas ensejadoras da relativização, porque existirão situações em que mesmo que a demanda verse sobre matéria dessa natureza a imunidade não será atenuada, tais como: 1) o trabalhador tenha sido contratado para desempenhar funções especiais no exercício do poder público (artigo 11, § 2º, a); 2) se o empregado é agente diplomático ou consular (artigo 11, § 2º, b, i e ii); 3) se o empregado é um membro do corpo diplomático das missões permanentes perante as organizações internacionais, missões especiais, ou que tenha sido designado para representar ao Estado em uma conferência internacional (artigo 11, § 2º, b, iii); 4) se o objeto do processo é a contratação, a renovação do contrato de trabalho ou a reposição de uma pessoa natural (artigo 11, § 2º, c); 5) se o objeto do processo é a destituição ou a rescisão do contrato de uma pessoa e, conforme determine o Chefe de Estado, o Chefe de governo ou o Ministro de Relações exteriores do Estado empregador, dito processo menospreze os interesses de segurança desse Estado (artigo 11, § 2º, d); 6) o empregado for um nacional do Estado empregador no momento em que se iniciou o processo, a menos que essa pessoa tenha residência permanente no Estado de foro (artigo 11, § 2º, e); 7) se o

⁷⁴ REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 168-168.

Estado empregador e o trabalhador tenham convencionado outra coisa por escrito, salvo se por motivos de ordem pública os tribunais do Estado de foro tenham conferido jurisdição exclusiva por razão da matéria objeto do processo (artigo 11, § 2º, f).

A respeito do item 7, este poderá ser objeto de reserva pelo Brasil, caso ratifique essa Convenção, pois a competência em questão trabalhista no país não é suscetível de derrogação pelas partes, por se tratar de matéria de ordem pública.

Informa-se que no Brasil não há lei que verse sobre a imunidade de jurisdição de Estados estrangeiros perante os tribunais nacionais, o que mais próximo se chegou foi o Projeto de Lei de nº 4287 de 2004, proposto pelo Deputado Federal Celso Russomano, que previa em seu artigo 1º, a seguir redigido, a não possibilidade de alegação de imunidade de execução quando da cobrança de créditos trabalhistas: “a imunidade de execução em favor de Estado Estrangeiro e de Organismo Internacional não alcança o crédito trabalhista para brasileiros e estrangeiros residentes no país”. O referido projeto foi arquivado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno daquela Casa.⁷⁵

Em 2011 e 2012, novas tentativas no sentido de regulamentar a questão da imunidade de jurisdição especificadamente em matéria trabalhista foram empreendidas no Brasil, a saber, o Projeto de Lei de nº 245 de iniciativa do Deputado Sandes Júnior e o Projeto de Lei de nº 3276 (apensado ao anterior) de iniciativa do Deputado Guilherme Mussi, ambos ainda em trâmite,⁷⁶ mas com parecer do relator desfavorável.

⁷⁵ O Projeto de Lei foi arquivado por duas vezes, a primeira em 31 de janeiro de 2007, e a segunda, após requerimento de desarquivamento feito à Mesa Diretora e trâmite subsequente, em 31 de janeiro de 2011.

⁷⁶ Vide informações de tramitação na página da Câmara dos Deputados: www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=491366.

CAPÍTULO II

O Estado estrangeiro como parte na relação de emprego: a dicotomia sujeito de direito internacional público e sujeito da contratualidade laboral

1. Primeiras palavras: esclarecimentos sobre a dicotomia sujeito de direito internacional público e sujeito da contratualidade laboral

Parte-se da premissa de que não há dicotomia entre o Estado como sujeito de direito internacional público e o Estado como sujeito da contratualidade laboral, uma vez que sua atuação em quaisquer dessas áreas, a partir de um exame historicamente contextualizado, não compromete a sua existência ou promove desequilíbrios na sociedade internacional.

A questão está colocada, pois ao carregar a significação estatal com dados que não ganham mais correspondência com a realidade posta, inadmissível seria, por exemplo, que um particular, prejudicado por determinada conduta de um Estado estrangeiro praticada no âmbito de um contrato de trabalho, pudesse ajuizar uma reclamatória trabalhista pleiteando seus direitos violados. É relevante acentuar que enquanto se assegura uma suposta proteção à soberania, dá-se carta branca para o prosseguimento do descaso para com o sistema de direitos humanos. Imperioso recordar ainda que a intenção nos próximos tópicos, assim como se vem traçando, é mais de propor releituras do que oposições ou supressões.

2. Novas configurações da atuação estatal: ingredientes para a desconstrução de um mito

É possível constatar que os Estados em suas relações no plano internacional, além de desempenharem atividades associadas aos seus interesses políticos, passaram a agir, em um crescente, no campo do privado, ajustando acordos de exportação e importação de produtos, contratos de locação de imóveis para a sede de seus escritórios e agências e, em especial, celebrando contratos de trabalho com pessoas de outras nacionalidades para a prestação de serviços; essas novas configurações da atuação estatal, não tão recentes, mas nunca tão intensas como nas últimas décadas, leva a enxergar mais uma vez, assim como destacou-se no primeiro capítulo, a necessidade de se compreender o Estado como produto de seu tempo e, dessa forma, repensar as próprias prerrogativas que lhe são conferidas, a fim de que injustiças não sejam cometidas ou legitimadas.⁷⁷

Não há como pensar nesse novo perfil do Estado sem que se proceda a qualquer comparação com a sua construção empreendida e carregada dos ideais da modernidade; isso porque, mesmo que uma dinamicidade diferenciada tenha ganhado espaço em sua prática no presente, muitos dos valores do passado continuam a ser requisitados para justificar seus passos, o que acaba por gerar relações extremamente contraditórias, ausentes de qualquer segurança jurídica.

É mais que claro que diante desse novo contexto os elementos constitutivos do Estado, em relevo, a soberania, sempre muito alegada nas escusas de não cumprimento de alguma espécie de obrigação contraída, precisam ser repensados, sob pena de se estar contribuindo para a formação de um cenário global voluntarista, anárquico, de poucos protagonistas, em que se prevalece mais a força em detrimento do diálogo e da justiça, trilhando assim um caminho oposto ao de uma sociedade internacional convergente, com pretensões de comunidade.

⁷⁷ No que se refere ao cenário de desigualdade gerado pelo tratamento diferenciado dispensado aos Estados estrangeiros quando negociam com particulares de outras nacionalidades, ALVES declara que: “intervenção do Estado em atividades de natureza privada, atuando como particular nas negociações, contratando com cidadãos e empresas nacionais de outros pares, começou a gerar um panorama de desigualdade, injustiça e insegurança social. Sempre que fosse instaurada uma ação judicial contra o Estado estrangeiro, o nacional que fora lesado nos seus direitos teria a prestação jurisdicional negada pelo Estado do foro”. ALVES, Laerte Meyer de Castro. Imunidades dos Estados estrangeiros em matéria trabalhista no Brasil. **Jus Navigandi**. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/autor/laerte-meyer-de-castro-alves>>. Acesso em: 26 de dez. de 2013.

Nessa marcha, é importante registrar que o respeito à dignidade humana não possui um território ou um povo escolhido dentre tantos para ser o eleito,⁷⁸ de modo que restringir a sua prevenção/reparação de descumprimento e o acesso aos bens que giram em sua órbita, como hodiernamente acontece, é algo que está a distâncias de sua racionalidade. Os direitos humanos não são para poucos, são para todos, não são só para os que podem, mas também para os que não podem, não são calcados no oportunismo e conveniências, mas em uma ampla e diuturna construção.

Partindo dessa diretriz, o Estado, independentemente da forma ou do sujeito de direito internacional público com quem estiver tratando, deverá observar as regras que regem a sistemática da relação jurídica a qual é participante, não podendo avocar para si prerrogativas que não correspondam com a natureza daquilo que se está firmando, no intuito de se livrar de responsabilidades. Para cada relação constituída, há ônus e bônus, direitos e obrigações, prestações e pagamentos a serem adimplidos, sendo descabida a alegação, portanto, de uma suposta violação à soberania como motivo para o seu descumprimento.

Em que pesem as considerações iniciais, quando se analisam as relações de emprego pactuadas entre um Estado estrangeiro e um empregado de nacionalidade brasileira, toda a coerência de proteção destinada ao trabalhador, seja pelo Direito material ou Processual do Trabalho, é subvertida pela mais que sempre invocada imunidade de jurisdição. Ainda que direitos sejam inobservados, verbas vilipendiadas e contratações irregulares sejam feitas, o já natural desequilíbrio da relação *juslaboral* é acentuado pelo exercício (a partir do reconhecimento) de prerrogativas estatais, que, mais uma vez afirma-se, não guardam qualquer razão de ser com esse tipo de relação.

Salienta-se que a atuação do Estado no campo do privado não pode gerar incertezas àqueles que com ele negociam, injustiças como o enriquecimento sem causa e o incentivo à má-fé devem ser combatidas, impedindo, dessa forma, que os

⁷⁸ ARENDT, na obra *As origens do totalitarismo*, explicita, ao tratar dos judeus, a noção de nacionalidade, de pertencimento a um Estado, a um território, como pré-condição para ser destinatário de direitos. Aduz a autora que: “No ápice do seu desenvolvimento no século XIX, o Estado-nação concedeu aos habitantes judeus a igualdade de direitos. Esconde contradições profundas e fatais a evidente incoerência do fato de que os judeus receberam a cidadania dos governos que, no decorrer dos séculos, haviam feito da nacionalidade um pré-requisito da cidadania, e da homogeneidade de população a principal característica da estrutura política”. ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012, p. 36.

Estados se aproveitem de sua condição para inadimplirem ao seu bel prazer os contratos celebrados com particulares.

3. O Estado estrangeiro como sujeito da contratualidade laboral: aplicando a legislação de proteção ao trabalho sem restrições

No âmbito da atuação do Estado estrangeiro no campo do privado, a partir das premissas acima estabelecidas, é que se insere a situação dos empregados que prestam serviços às missões diplomáticas acreditadas no território nacional.

Comumente, as missões diplomáticas e as representações consulares fixadas no território brasileiro se valem de mão de obra local para que realizem desde serviços gerais de limpeza a serviços de auxiliar administrativo em suas sedes. Por contratação direta ou terceirizada, os trabalhadores passam a ter como empregador um Estado estrangeiro,⁷⁹ o que, a princípio, não altera em nada o regular funcionamento da relação de emprego formada, bem como a torna diferente das demais.

A legislação de proteção ao trabalho brasileira, mormente a Consolidação das Leis do Trabalho,⁸⁰ não estabelece impedimentos ou restrições a um Estado estrangeiro figurar como sujeito da contratualidade laboral, a mesma lógica se aplica quando se busca no Direito Internacional algum regramento nesse sentido; todavia,

⁷⁹ A CLT fez bem em não restringir a figura do empregador em suas disposições, porque ao considerá-lo como a empresa, ao estabelecer possibilidades de equiparações, mesmo não havendo o desenvolvimento de atividade econômica e ao reconhecer o grupo econômico como um sujeito da contratualidade único (*vide* Súmula n. 128, Tribunal Superior do Trabalho), ampliou as chances de detecção da existência de uma relação de emprego, pois esta se constitui obrigatoriamente pela cumulação dos elementos que permeiam o empregado e o empregador. BEZERRA LEITE, adverte-nos para a cizânia doutrinária a respeito do critério utilizado pelo legislador consolidado, tanto no que respeita à definição de empregador como “empresa” quanto na equiparação a empregador adotada para as pessoas e entidades indicadas no § 1º do art. 2º da CLT. BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 182. A partir dessa ponderação, é possível dizer que o empregador, diferentemente do empregado, poderá ser tanto pessoa física, jurídica, inclusive abrangendo as pessoas jurídicas de Direito externo, entes personificados ou despersonificados, embaixadas ou representações consulares.

⁸⁰ Muito se discute a respeito de qual norma material é a aplicável nos casos de brasileiros que prestam serviços às missões diplomáticas aqui acreditadas, como desenvolvermos mais adiante, a legislação a reger a sua relação de emprego é a nacional e não aquela do Estado estrangeiro; concordamos com CASSAR quando afirma que: um empregado brasileiro contratado para executar serviços que poderiam ser entregues a atividades privadas, como atendente, faxineiro, secretária, garçom de um consulado, tem direito a ter sua CTPS assinada, bem como aos demais benefícios previstos na CLT, pois trabalha em território nacional. E prossegue a autora: despidiendá quem seja a pessoa do empregador: se tem finalidade lucrativa ou não; se tem personalidade jurídica ou não; se é ente de direito público interno ou externo e, por fim, se pessoa física ou jurídica. CASSAR, Vólia Bonfim. **Direito do Trabalho**. Niterói: Impetus, 2012, p. 155.

na hipótese de descumprimento de algum direito social por parte do Estado estrangeiro e, conseqüentemente, diante da necessidade de se ajuizar uma reclamatória trabalhista, obstáculos existirão no âmbito processual, gerados pela condição ostentada por aquele empregador; ressalta-se que de certa forma a anormalidade na reparação do direito violado não decorre do Direito interno em si, mas da adoção pelo Judiciário, especialmente pela sua Cúpula, do costume jurídico internacional da imunidade de jurisdição, que mesmo relativizado quanto à cognição, persiste quanto à execução.

Nesse sentido, constata-se uma clara distinção de tratamento entre empregados de nacionalidade brasileira que prestam serviços a empregadores da mesma nacionalidade e empregados de nacionalidade brasileira que prestam serviços a empregadores que são Estados estrangeiros, reconhecendo-se, no primeiro caso, direitos e respectivas garantias e no segundo caso, retirando os meios necessários para a reparação de qualquer violação a direito. Em síntese, atrela-se a proteção da dignidade do trabalhador à espécie do empregador que o contratar, deixando-a irradiar em doses homeopáticas.

Esse comportamento nitidamente afronta os direitos humanos do trabalhador estabelecidos em diversos diplomas internacionais ratificados pelo Brasil, como se demonstrará com mais vagar no próximo capítulo, assim como o próprio ordenamento jurídico interno, visto que o princípio da dignidade humana é eficaz orientação à proteção do trabalhador, devendo se manifestar amplamente.

Esse quadro de insegurança implica consequências de diversas ordens, tais como: (a) a incerteza do recebimento das verbas devidas ao empregado pelo Estado estrangeiro; (b) a dificuldade do empregado em demandar o Estado-violador diretamente em seu território; (c) a precarização e a miserabilidade do empregado, uma vez que os valores a serem pagos concorrem para a sua sobrevivência.

Diante dessas restrições, indaga-se como o trabalhador poderá receber as verbas as quais tem direito, se não há meio efetivo para tanto?

Para MAZZUOLI, a resposta a essa questão se concentra na via diplomática, além da possibilidade de pagamento espontâneo da dívida trabalhista pelo Estado estrangeiro acreditado no Brasil, não se excluindo também o envio de carta rogatória.⁸¹

⁸¹ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 505.

Vê-se, porém, que muitas vezes, a via diplomática e o mecanismo da carta rogatória não têm apresentado resultados satisfatórios, tampouco a conjectura do pagamento espontâneo tem assim se demonstrado, ficando os trabalhadores a mercê da própria sorte.

A situação é tão desigual que se criou um sindicato de trabalhadores de embaixadas, consulados, organismos internacionais e empregados que laboram para Estados estrangeiros ou para membros do corpo diplomático estrangeiro no Brasil, com sede no Distrito Federal, denominado de “Sindnações”.⁸² Esta instituição atua como substituto processual de seus filiados em várias demandas trabalhistas no judiciário brasileiro em face de Estados estrangeiros, o que evidencia, por conseguinte, a inefetividade da via diplomática e dos outros meios listados pela doutrina.

3.1. A contratação de terceirizados por Estados estrangeiros: contornos de uma nova prática

A terceirização é fenômeno que remete à racionalidade do projeto político e econômico Neoliberal, uma vez que se pauta na minimização dos gastos com os trabalhadores para a maximização dos lucros do detentor do capital, à custa da precarização das condições de trabalho, como fica evidente.

Do mesmo modo entende BEZERRA LEITE, ao afirmar que:

sendo a competitividade a palavra de ordem ditada pelo processo de globalização, diversas empresas passaram a ver na terceirização como única forma de reduzir custos, mormente encargos sociais, procurando, com tal prática, diminuir o quantitativo de empregados e contar com número cada vez maior de colaboradores autônomos e empresários.⁸³

A fim de escapar do vínculo empregatício e os deveres que dele decorrem, alguns Estados estrangeiros optam pela contratação de empresa interposta fornecedora de serviços para suprir as necessidades de funcionamento das missões

⁸² SINDNAÇÕES. Disponível em: <<http://sindnacoes.org.br/>>. Acesso em: 05 de outubro de 2014.

⁸³ BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 271.

diplomáticas e representações consulares, terceirizando, dessa forma, os vínculos dos trabalhadores que ali dispendem sua força de trabalho.

Nessa modalidade de contratação, as relações jurídicas se estruturam como se estivessem dispostas em uma pirâmide, sendo que em um dos vértices está o que se convencionou denominar de tomador de serviços, que na situação que se aventa é o Estado estrangeiro, em outro a empresa interposta, denominada de fornecedora de serviços e, por fim, o trabalhador, cujo vínculo empregatício construído pela soma da subordinação, habitualidade, pessoalidade e subordinação é constituído com a empresa interposta.

Essa prática de gestão de mão de obra ainda não foi regulamentada pelo Poder Legislativo brasileiro, tendo somente como parâmetro de aplicação o enunciado de súmula do Tribunal Superior do Trabalho de número 331, que dentre outras disposições: (a) proíbe a ampla e irrestrita contratação de trabalhadores por empresa intermediária, limitando-a aos serviços de limpeza, vigilância e aqueles ligados à atividade-meio do tomador (aquele que contrata, no nosso caso, o Estado estrangeiro); (b) estabelece a responsabilização subsidiária do tomador quando do inadimplemento das verbas trabalhistas pela empresa fornecedora de serviços; (c) restringe a responsabilidade subsidiária da Administração Pública direta e indireta somente aos casos de comprovação de sua conduta culposa na observância da Lei n. 8666/93, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da fornecedora de serviço como empregadora; e (d) determina a formação do vínculo empregatício com o tomador quando da contratação irregular (na situação de contratação irregular a responsabilidade passa a ser solidária).

Na superveniência do fornecedor de serviços violar ou deixar de cumprir os direitos aos quais o trabalhador faz jus, o Estado estrangeiro responderá subsidiariamente pelas verbas inadimplidas; agora, na hipótese de uma contratação ilegal, o que ocorre, por exemplo, quando o terceirizado desempenha funções nas missões diplomáticas para além da atividade-meio (como secretário ou auxiliar administrativo), o Estado estrangeiro responderá solidariamente pelas verbas inadimplidas, como consequência do reconhecimento do vínculo empregatício com o tomador.

Nesse sentido foi a decisão do juiz titular Marcos Penido de Oliveira da 38ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, no processo de nº. 01325-2010-138-03-00-4, em 2011:

Tem-se que o segundo reclamado não integra a administração pública direta ou indireta brasileira, não restando beneficiado, sequer por analogia, pelo entendimento jurisprudencial reunido nos itens II, IV e V da Súmula n. 331 do TST. Ademais, os direitos sociais e trabalhistas garantidos na Constituição Federal (art. 1º, III e IV; art. 3º, I, III; art. 6º; art. 7º, *caput* e incisos VI, VII, X, art. 100 e art.170, III) não permitem a aplicação daquelas normas traduzidas às f. 198/212, até porque parte da relação de emprego mantida diretamente pelo primeiro reclamado e, no desenvolvimento de atividade-fim do Consulado, foi ilegitimamente formalizada por empresa interposta (item I da Súmula n. 331 do TST).⁸⁴

Nota-se que em seu raciocínio o magistrado descarta a possibilidade de analogias entre o Estado italiano e a Administração Pública, o que, segundo o entendimento do TST, resultaria na necessidade de comprovação de culpa na fiscalização das obrigações contratuais e legais da fornecedora, e destaca a prestação de serviços pela trabalhadora no âmbito da atividade fim da repartição, pugnando por conta disso o reconhecimento do vínculo empregatício e o pagamento das verbas que deste nascem.

4. A imunidade de jurisdição em matéria trabalhista: avanços e recuos no Brasil

A imunidade de jurisdição dos Estados Estrangeiros no Brasil é assunto polêmico, tendo sido proferidas decisões das mais variadas ao longo das últimas décadas. A controvérsia se deve à imprecisão por parte dos tribunais na justificação da aplicação daquele instituto.

Dentre as argumentações utilizadas para a incidência da referida imunidade, a tese que mais se repetiu foi a da aplicação da Convenção de Viena sobre relações diplomáticas de 1961 e da Convenção de Viena sobre relações consulares de 1963.

Nesse sentido, o Ministro relator Barros Monteiro do STJ proferiu seu voto na Apelação Cível nº 02-DF:

O Estado estrangeiro goza de imunidade de jurisdição, não só em face do Direito consuetudinário, mas também pela aplicação a ele da Convenção de Viena sobre relações diplomáticas, de 1961, promulgada no país pelo Decreto nº 56.435, 8 de julho de 1965, nos termos concernentes à

⁸⁴ BRASIL. 38ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte. Processo nº. 01325-2010-138-03-00-4. Reclamante: Marta Milani Pinto Fonseca. Reclamado: Consulado da Itália em Belo Horizonte. Juiz: Marcos Penido de Oliveira. Belo Horizonte, 08 de setembro de 2011. **TRT 3ª Região**. Disponível em: <http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_84/decisooes_1a_instancia.pdf>. Acesso em: 15 de jan. de 2015.

imunidade de jurisdição conferida a seus agentes diplomáticos.⁸⁵ (Grifo nosso).

Da mesma forma pronunciou o STF no julgamento do caso Raimunda Fernandes de Almeida v. Embaixada da Espanha (Apelação Cível nº 9705-6-DF), em 1988, conforme ementa transcrita:

EMENTA: Apelação Cível contra decisão prolatada em liquidação de sentença. Imunidade de Jurisdição do Estado estrangeiro. Esta corte tem entendimento que o próprio Estado estrangeiro goza de imunidade de jurisdição, não só em decorrência da Convenção de Viena sobre relações diplomáticas, de 1961, nos termos que dizem respeito à imunidade de jurisdição atribuída a seus agentes diplomáticos. Para afastar-se a imunidade de jurisdição relativa à ação ou à execução (entendida esta em sentido amplo), é necessário renúncia expressa por parte do Estado estrangeiro. Não ocorrência, no caso, dessa renúncia. Apelação cível que não se conhece em virtude da imunidade de jurisdição. (Grifo nosso).⁸⁶

Agrega-se ainda a este breve rol de decisões, os argumentos do Ministro Djaci Falcão em seu voto na Apelação Cível nº 9697-1 – DF, no STF:

No mérito, tem razão o apelante porquanto a reclamada – *Republic of Guyana*, é imune à jurisdição nacional, ex vi da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (de 18.04.61, referendada pelo Decreto nº 66.435, 08.06.65).⁸⁷

A Convenção de Viena sobre relações diplomáticas de 1961 e a Convenção de Viena sobre relações consulares de 1963 destinam-se a regular as situações referentes àqueles que representam um Estado estrangeiro ou os particulares deste em território distinto do seu, não servindo, portanto, para os Estados propriamente⁸⁸.

⁸⁵ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Apelação Cível-DF nº. 2. Apelante: Embaixada dos Estados Unidos da América. Apelado: Paulo da Silva Valente e outro. Relator: Min. Barros Monteiro. Brasília, 07 de agosto de 1990. **STJ**. Disponível em: <http://ww2.stj.jus.br/processo/jsp/ita/abredocumento.jsp?num_reGistro=198900087517&dt_publicacao=03-09-1990&cod_tipo_documento=>>. Acesso em: 20 de mar. de 2013.

⁸⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Apelação Cível-DF nº. 9705-6. Apelante: Raimunda Fernandes Almeida. Apelado: Embaixada da Espanha. Relator: Min. Moreira Alves. Brasília, 09 de setembro de 1987. **STF**. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=25126>>. Acesso em: 30 de mar. de 2013.

⁸⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Apelação Cível-DF nº. 9697-1. Apelante: Ministério Público Federal. Apelado: Walter José Arantes. Relator: Min. Djaci Falcão. Brasília, 30 de abril de 1986. **STF**. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=25119>>. Acesso em: 30 de mar. de 2013.

⁸⁸ Cf. PINTOS, para quem, “la inmunidad de jurisdicción de la misión diplomática no fue regulada por el Convenio de Viena de 1961. Esta ausencia viene a remitir su regulación al derecho

Assim, as disposições presentes nesses estatutos possuem um caráter funcional, estabelecendo prerrogativas aos agentes diplomáticos e consulares para que possam atuar de forma livre, sem qualquer tipo de perseguição ou ingerência em seus passos. Partindo dessa premissa, extrai-se que as aludidas Convenções não podem ser utilizadas para explicar a imunidade jurisdicional concedida aos Estados estrangeiros.⁸⁹

Sobre os episódios em que por várias vezes a jurisprudência brasileira reconheceu a imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros com base nas Convenções sobre relações diplomáticas e consulares, afirmou SOARES:

No Brasil, o tema das imunidades de jurisdição, até data recente, foi tratado pela jurisprudência dos tribunais superiores, nomeadamente o STF, de forma lamentável. As questões tratadas referiam-se a atos que poderiam ter sido atribuídos ao Estado estrangeiro e não a seus funcionários, diplomatas ou cónsules estrangeiros no Brasil, dos quais se emprestaram as imunidades para negar o exercício da jurisdição nacional a pessoas domiciliadas no Brasil; tal concepção motivou decisões extremamente

consuetudinario, toda vez que, de conformidad con el preámbulo del propio Convenio, <<las normas del derecho internacional consuetudinario han de continuar rigiendo las cuestiones que no hayan sido reguladas e las disposiciones de la presente Convención>>; y, por otra parte, reconduce, también, el tema las normas – en tanto resulten aplicables – relativas a la inmunidad de jurisdicción de los Estados, que son la razón por la que la razón por la que la CDI [Comisión de Derecho Internacional] no se ocupó de la inmunidad de jurisdicción de la misión diplomática en el Proyecto sobre relaciones diplomáticas y que tampoco se incluyera en el Convenio, ya que, en definitiva, aunque se hable del *status* de la misión diplomática, éste es realmente el del Estado que se concreta en la misión como órgano representativo del mismo”. PINTOS, Eduardo Vilariño. **Curso de Derecho Diplomático y Consular**. Madrid: Tecnos, 2011, p. 262.

⁸⁹ Esse foi o entendimento exarado pela Desembargadora Alice Monteiro de Barros no Recurso Ordinário de nº. 01558-2001-001-03-00-1, interposto no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região pelo Consulado de Portugal em Belo Horizonte: Insiste o reclamado na imunidade de jurisdição, invocando a Convenção de Viena regulamentadora das relações consulares, firmada em 24.04.63 e aprovada pelo Brasil através do Decreto 61078, de 26.07.67. A matéria, na verdade, encontra-se pacificada tanto no STF como no TST. O entendimento que tem prevalecido é o de que a imunidade de jurisdição já não é absoluta, ficando o ente de direito público externo, tal como o reclamado, sujeito a cumprir a legislação trabalhista na hipótese de contratação de empregados. Isto porque apenas os atos de império atraem a imunidade de jurisdição, excluídos os atos de gestão, nestes incluída a contratação, como empregados, de pessoas residentes ou domiciliadas no país acreditado. Vale recordar que as Convenções de Viena, uma de 1961 (relacionada ao serviço diplomático) e outra de 1963 (referente ao serviço consular), não garantiam a imunidade de jurisdição do Estado, mas tão-somente de seus representantes (diplomatas e cónsules). A imunidade do Estado advinha de norma consuetudinária e decorria da máxima *par in parem non habet iudicium*, ou seja, entre iguais não há jurisdição. Ausente, portanto, regra escrita de direito internacional público alusiva à imunidade, prevaleceu a regra costumeira, conforme estabelecido no próprio preâmbulo da Convenção de Viena de 1963, assim redigido: "As normas de direito consuetudinário internacional devem continuar regendo as questões que não tenham sido expressamente reguladas pelas disposições da presente Convenção". BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Recurso Ordinário nº 01558-2001-001-03-00-1. Recorrente: Consulado de Portugal em Belo Horizonte. Recorrido: Márcio Alves. Relatora: Desembargadora Alice Monteiro de Barros. Belo Horizonte, 01 de maio de 2002. **TRT da 3ª Região**. Disponível em: <<http://as1.trt3.jus.br/juris/detalhe.htm?conversationId=8610>>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

injustas, a um tempo em que, no resto do mundo, os Poderes Judiciários dos Estados já se encaminhavam para distinguir entre atos atribuíveis ao pessoal da Missão diplomática ou das Repartições consulares, e atos atribuíveis ao próprio Estado estrangeiro.⁹⁰ (Grifo nosso).

No entanto, a partir de 1989, após o julgamento do caso *Genny v. República Democrática Alemã* (Apelação Cível 9696/SP, STF), a justificativa com base nas referidas Convenções para reconhecer a imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros foi superada pela jurisprudência brasileira, passando-se a fundamentá-la somente no costume jurídico internacional, consolidado no precedente *The Schooner Exchange v. MacFaddon*.⁹¹

Isso é o que se pode inferir da Apelação Cível nº 7, julgada pela Terceira Turma do STJ, em 1990:

EMENTA: Estado estrangeiro - reclamação trabalhista - imunidade de Jurisdição. Princípio da imunidade de jurisdição de estados estrangeiros era entre nós adotado, não por força das Convenções de Viena, que cuidam de imunidade pessoal, mas em homenagem a costumes internacionais. Ocorre que esses tendo evoluído, não mais se considera essa imunidade como absoluta, inaplicável o princípio. Quando se trata de litígios decorrentes de relações rotineiras. Entre o estado estrangeiro, representado por seus agentes, e os súditos do país em que atuam. Precedente do Supremo Tribunal Federal.⁹²

Quanto à incidência ou não da imunidade de jurisdição, outra confusão era muito comum. Frequentemente, explicavam-na com fundamento exclusivo no princípio do *par in parem non habet iudicium (imperium)* – entre os iguais não há jurisdição ou império, dessa forma, como os Estados se encontrariam em posição horizontal, sem hierarquias, isto é, balizados por uma igualdade jurídica na esfera internacional, um Estado não poderia submeter outro a sua jurisdição, o que, por consequência, fez surgir uma inquebrantável imunidade dos Estados daquela natureza.

Quanto à adoção desse princípio pelo Judiciário brasileiro, REZEK se manifestou:

⁹⁰ SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas, 2002, p. 287.

⁹¹ *Vide* capítulo I deste estudo, tópico 2.2. Imunidade dos Estados.

⁹² BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Apelação Cível-BA nº 7. Apelante: Manoel Alves de Souza. Apelado: Consulado de Portugal. Relator: Min. Eduardo Ribeiro. Brasília, 3 de abril de 1990. **STJ**. Disponível em: <http://ww2.stj.jus.br/processo/jsp/ita/abreDocumento.jsp?num_registro=199000012260&dt_publicacao=30-04-1990&cod_tipo_documento=>>. Acesso em: 20 de mar. de 2013.

No Brasil, até poucos anos atrás o poder Judiciário – pela voz de sua cúpula – guardou inquebrantada fidelidade à regra *par in parem non habet iudicium*, não obstante o constrangimento social trazido pela circunstância de que quase todos os postulantes da prestação jurisdicional, frustrados ante o reconhecimento da imunidade, eram ex-empregados de missões diplomáticas e consulares estrangeiras, desejosos de ver garantidos seus direitos trabalhistas à luz pertinente da CLT.⁹³

Contudo, guardadas as devidas contribuições históricas trazidas por esse princípio para a construção do instituto da imunidade de jurisdição, o *par in parem non habet iudicium* não serve como seu fundamento.

Em primeiro lugar, porque diante do extremo dinamismo dos Estados estrangeiros na sociedade internacional, os particulares de outras nacionalidades que com aqueles firmam contratos de trabalho não podem ficar em desvantagem quando da necessidade de proposição de uma demanda para discutir qualquer violação a direito.

Em segundo lugar, porque a aplicação do princípio exige a concepção de uma imunidade absoluta, sem exceções, já que se parte da lógica de uma igualdade soberana entre os Estados, o que não se justifica pela prática internacional, que vem relativizando progressivamente o caráter absoluto atribuído, seja por decisões judiciais, seja pela celebração de convenções regionais ou de âmbito universal (esta ainda não em vigor), seja pela promulgação de leis internas versando sobre a temática;

Em terceiro lugar, porque a igualdade jurídica, usada como justificativa para o *par in parem non habet iudicium*, não pode ser vislumbrada de forma isolada, atemporal, carregando em si uma nítida intenção de se privilegiar o poder pelo poder, falseando assim uma suposta horizontalidade existente nas relações entre os sujeitos de direito internacional; a igualdade se alcança para além da esfera formal, à medida que se deixa de dispensar tratamento igual a realidades tão díspares.

Em quarto lugar, porque a imunidade de jurisdição nunca foi absoluta, pois sempre existiram exceções não só no Direito Internacional, mas também no Direito interno dos Estados, inclusive no Brasil. Isso é observado, quando da competência exclusiva do judiciário brasileiro para processar e julgar demandas relativas a imóveis situados no país, artigos 89, I, do CPC e 12, §1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

⁹³ REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. São Paulo: Saraiva, 2002, p.166-167.

Nessa linha de raciocínio, posiciona-se MADRUGA FILHO:

O fundamento da imunidade na regra de igualdade soberana é um vício histórico que a doutrina ainda não conseguiu largar. Inebriados pela falsa imagem antropomórfica do soberano no banco dos réus de outro soberano, criam-se ficções para conciliar a crença de que a submissão à jurisdição estrangeira fere a igualdade entre os soberanos com o fato de que os Estados são hoje frequentemente – e de acordo com o direito internacional hoje – submetidos à jurisdição estrangeira.⁹⁴

Sob a perspectiva processual da aplicação ou não da imunidade de jurisdição, equívocos também foram cometidos. Acontecia que os processos em que figurassem Estado estrangeiro como parte eram extintos sem resolução do mérito pelo indeferimento da petição inicial, como resultado da impossibilidade jurídica do pedido, conforme artigos 267, I, c/c 295, I e parágrafo único, III, do CPC:

Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:

I – quando o juiz indeferir a petição inicial;
[...].

Art. 295. A petição inicial será indeferida:
I – quando for inepta;

Parágrafo único. Considera-se inepta a petição inicial quando:
III – o pedido for juridicamente impossível;
[...].⁹⁵ (Grifo nosso).

Como exemplo, menciona-se o posicionamento do STF no caso Consulado Geral do Líbano v. Elias Farah, Apelação Cível nº. 9704-8 de 1987, em que se adotou aquele argumento:

EMENTA: Ação contra representação diplomática de Estado estrangeiro. Alegação de imunidade de jurisdição, que se acolhe, de conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, para prover a apelação cível e julgar extinto o processo por impossibilidade jurídica do pedido. (Grifo nosso).⁹⁶

⁹⁴ MADRUGA FILHO, Antenor Pereira. **A Renúncia à imunidade de jurisdição pelo Estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 408.

⁹⁵ BRASIL. **Código de Processo Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

⁹⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Apelação Cível-SP nº. 9704-8. Apelante: Consulado Geral do Líbano. Apelado: Elias Farah. Relator: Min. Carlos Madeira. Brasília, 10 de junho de 1987. **STF**. Disponível em: <<http://www.redir.stf.jus.br/paginador.jsp?docTP=AC&docID=25125>>. Acesso em: 20 de out. de 2013.

A impossibilidade jurídica do pedido⁹⁷ consiste em justificativa para rechaçar demandas que não apresentam pedidos possíveis de serem concretizados com fundamento no Direito interno. Por conseguinte, se alguém pleiteia em juízo a cobrança de dívida de jogo, não verá seu pedido prosperar, pois esse não tem respaldo jurídico. O mesmo resultado acontecia quando do pedido de divórcio antes da lei 6.515/77, uma que vez que não havia como pedir aquilo que não se permitia ou não estava previsto. Logo, constata-se que a impossibilidade jurídica do pedido está adstrita à ideia de sua aceitação ou não pelo ordenamento jurídico.⁹⁸

Por essa razão, a composição do polo passivo por Estado estrangeiro não é justificativa suficiente para a extinção do processo por impossibilidade jurídica do pedido, porquanto a imunidade de jurisdição nada tem a ver com pedido feito pela parte autora. São institutos de aplicações diferentes. O fato de o Estado estrangeiro ser imune, não significa que o pedido não tenha amparo no ordenamento jurídico interno, ao contrário, o pedido é aceito, contudo, a jurisdição para processar e julgar a demanda que é afastada.

Sem dúvida, reconhecida a imunidade de jurisdição, o processo será extinto sem resolução do mérito, todavia, não o será por impossibilidade jurídica do pedido, mas com base na própria ausência de jurisdição, mesmo que não haja previsão expressa no CPC nesse sentido. Atenta-se que o exame não deve ser feito sob o prisma da verificação da presença ou não das condições da ação, no caso a possibilidade jurídica do pedido, mas de pressuposto processual subjetivo em relação à jurisdição.⁹⁹

Em reforço, registra-se ainda a posição crítica de MARINONI a respeito das condições da ação, incluindo-se aqui, por certo, a impossibilidade jurídica do pedido,

⁹⁷ Do mesmo modo CINTRA, DINAMARCO e GRINOVER afirmam que às vezes determinado pedido não tem a menor condição de ser apreciado pelo Poder Judiciário, porque já excluído *a priori* pelo ordenamento jurídico sem qualquer consideração das peculiaridades do caso concreto. CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pelegrini. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Malheiros, 2011, p.280).

⁹⁸ Conforme exposição de motivos feita pela comissão de juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de Código de Processo Civil, a possibilidade jurídica do pedido deixou de ser uma condição da ação com a finalidade de se dar maior rendimento a cada processo, individualmente considerado, e, atendendo a críticas tradicionais da doutrina, passando a sentença que, à luz da lei revogada seria de carência da ação, à luz do Novo CPC é de improcedência e resolve definitivamente a controvérsia. BRASIL. **Anteprojeto de Código de Processo Civil**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/anteprojeto.pdf>>. Acesso em: 20 de jan. de 2015.

⁹⁹ Cf. MADRUGA FILHO, Antenor Pereira. **A renúncia à imunidade de jurisdição pelo Estado brasileiro e o novo Direito da imunidade de jurisdição**. Rio de Janeiro: 2003, p. 236-240.

no sentido de que não podem servir de óbices para a efetivação da tutela jurisdicional, vez que o fim dessa atividade estatal é (ou pelo menos deveria ser, conforme o que se demonstra) a de concretizar não só os direitos fundamentais, mas quaisquer direitos:

Não há mais como aceitar as teorias clássicas sobre a ação, inclusive a teoria de Liebman, já que ação não pode mais se limitar ao julgamento do mérito. O direito de ação, além de exigir o julgamento do mérito, requer uma espécie de sentença que, ao reconhecer o direito material, deve permitir, ao lado de modalidades executivas adequadas, a efetividade da tutela jurisdicional, ou seja, a realização concreta da proteção estatal por meio do juiz.¹⁰⁰

Por fim, outra imprecisão corriqueiramente reproduzida na jurisprudência, refere-se ao ajuizamento de ações em face da embaixada ou do consulado. Ora, as embaixadas e as representações consulares não são entes dotados de legitimidade *ad causam*, quanto mais de personalidade jurídica. As missões diplomáticas e as representações consulares são órgãos que compõem a estrutura dos Estados aos quais pertencem, sendo esses últimos os legitimados para tanto.

4.1 A Imunidade de jurisdição após o julgamento da Apelação Cível nº 9696/SP pelo STF: os direitos dos trabalhadores morrendo na praia

Como abordado, nos tribunais brasileiros a imunidade de jurisdição foi amplamente aplicada de forma absoluta, não sendo aceitável a figuração de um Estado estrangeiro como parte na relação jurídica processual. Nessa senda, PEDREIRA declara que: “o nosso país foi um desses raros em que se permaneceu aferrado à tese do caráter absoluto da imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro”.¹⁰¹

A posição adotada reiteradamente nos julgados opunha-se aos rumos que essa temática tomava na esfera internacional, como alhures comentado, a Convenção Europeia sobre a imunidade dos Estados de 1972, e mesmo nas legislações internas dos Estados. No entanto, aos poucos, no Brasil, o instituto fora sendo relativizado nas causas de natureza trabalhista, perdendo seu caráter

¹⁰⁰ MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: RT, 2008, p. 218.

¹⁰¹ PEDREIRA, Pinho. A concepção relativista das imunidades de jurisdição e execução do Estado estrangeiro. **Revista de informação legislativa**, Brasília, n. 140, p. 227-236, out./dez. 1998.

absoluto, tendo como paradigma a decisão da Apelação Cível 9.696 de 1989, no STF, da relatoria do Ministro Sydney Sanches:

EMENTA: Estado estrangeiro. Imunidade de jurisdição. Causa trabalhista. 1. Não há imunidade de jurisdição para o Estado estrangeiro, em causa de natureza trabalhista. 2. Em princípio, esta deve ser processada e julgada pela Justiça do Trabalho, se ajuizada depois do advento da Constituição Federal de 1988 (art. 114). 3. Na hipótese, porém, permanece a competência da Justiça Federal, em face do disposto no parágrafo 10 do art. 27 do A.D.C.T. da Constituição Federal de 1988, c/c art. 125, II, da EC nº 1/69. 4. Recurso ordinário conhecido e provido pelo Supremo Tribunal Federal para se afastar a imunidade de jurisdição reconhecida pelo juízo Federal de 1º Grau, que deve prosseguir no julgamento da causa, como de direito. (Grifo nosso).¹⁰²

Esse entendimento se consolidou no STF, podendo também ser verificado no Recurso Extraordinário de n. 222.368-4/Pernambuco de 2002, da relatoria do Ministro Celso de Mello:

O Estado estrangeiro não dispõe de imunidade de jurisdição, perante órgãos do Poder Judiciário brasileiro, quando se tratar de causa de natureza trabalhista. Doutrina. Precedentes do STF (RTJ 133/159 e RTJ 161/643-644). Privilégios diplomáticos não podem ser invocados, em processos trabalhistas, para coonestar o enriquecimento sem causa de Estados estrangeiros, em injusto detrimento de trabalhadores residentes em território brasileiro, sob pena de essa prática consagrar inaceitável desvio ético-jurídico, incompatível com o princípio da boa-fé e com os grandes postulados do direito internacional.¹⁰³ (Grifo nosso).

A respeito da mudança paradigmática quanto às imunidades dos Estados estrangeiros em matéria trabalhista, MARTINS leciona que: “a relativização considerada pelo STF se pauta no enquadramento dos interesses do Estado estrangeiro no campo privado, como ocorre quando contrata trabalhadores”¹⁰⁴. Desse modo, se o Estado estrangeiro estiver atuando nesse campo poderá ser submetido a um processo de conhecimento no Brasil.

¹⁰² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Apelação Cível-SP nº. 9696. Apelante: Genny de Oliveira. Apelada: Embaixada da República Alemã. Relator: Min. Sydney Sanches. Brasília, 31 de maio de 1989. **STF**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarjurisprudencia.asp?s1=%E NUME%2E+OU+9696%EACMS%2E%29&base=baseAcordaos>>. Acesso em 20 de fev. de 2014.

¹⁰³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso extraordinário nº 222.368-PE. Recorrente: Consulado Geral do Japão. Recorrido: Espólio de Iracy Ribeiro de Lima. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, DF, 28 de fevereiro de 2002. **Consultor jurídico-Conjur**. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2002-mar-11/stf_ao_anula_sentenca_divida_consulado_japao?pagina=4>. Acesso em: 01 de out. de 2013.

¹⁰⁴ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011, p.102.

Em consonância com a mudança de paradigma do STF, VARELLA assegura que: “a justiça trabalhista pode processar e julgar litígios envolvendo missões diplomáticas, pois o não pagamento dos direitos sociais é considerado enriquecimento ilícito do Estado empregador”.¹⁰⁵

A mitigação da imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros em matéria trabalhista acarreta a possibilidade destes figurarem como partes nos dissídios, sendo-lhes aplicadas as regras nacionais presentes na legislação material e processual (serão notificados, deverão observar prazos para apresentação de defesa, de recursos entre outros atos). Porém, na superveniência de uma condenação, o título executivo judicial não poderá ser executado de forma forçada caso o Estado se recuse a cumpri-lo, por ainda persistir o manto da imunidade sobre a execução. Essa foi a posição sustentada pelo Ministro Relator Celso de Mello na decisão da Ação Cível Originária – DF nº 575, de 1 de agosto de 2000, tornando-se o entendimento majoritário do STF:

É bem verdade que o Supremo Tribunal Federal, tratando-se da questão pertinente à imunidade de execução (matéria que não se confunde com o tema concernente à imunidade de jurisdição ora em exame), continua, quanto a ela (imunidade de execução), a entendê-la como sendo de caráter absoluto, ressalvadas as hipóteses excepcionais (a) de renúncia, por parte do Estado estrangeiro, à prerrogativa da intangibilidade dos seus próprios bens (RTJ 167/761, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - ACOr 543-SP, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE) ou (b) de existência, em território brasileiro, de bens, que, embora pertencentes ao Estado estrangeiro, sejam estranhos, quanto à sua destinação ou utilização, às legações diplomáticas ou representações consulares por ele mantidas em nosso País.¹⁰⁶ (Grifo nosso).

Conforme esse entendimento, a execução forçada só será feita nas hipóteses de: (a) renúncia do Estado-réu à imunidade que o protege, ou (b) na existência de bens desafetados da missão diplomática. Não se materializando qualquer uma delas, o trabalhador permanecerá desprotegido e em desvantagem.

De pronto fica evidente o quão difícil é a configuração de cada uma das situações identificadas pelo Supremo Tribunal Federal para o afastamento da

¹⁰⁵ VARELLA, Marcelo Dias. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 324.

¹⁰⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Cível Originária-DF nº. 575. Recorrente: Distrito Federal. Recorrido: República de Camarões. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, DF, 01 de ago. de 2000. **Jusbrasil**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1485485/ac_ao-civel-originaria-aco-575-df-stf>. Acesso em: 20 de out. de 2014.

imunidade de execução em matéria trabalhista, nessa linha, pode-se destacar três complicações de ordem prática:

- 1) Os Estados estrangeiros não aceitarão de bom alvitre renunciar à imunidade que os envolve para se submeterem à jurisdição brasileira;
- 2) Não é comum aos Estados acreditantes possuir bens diversos daqueles utilizados a serviço da missão diplomática¹⁰⁷ ou consular nos Estados acreditados;
- 3) Caso existam bens variados, dificultosa seria a tentativa de distinção entre aqueles que estão ligados à atividade oriunda do direito de legação e os que não estão, pois não há critérios claros para esse intento.¹⁰⁸

Paradoxalmente, enquanto a jurisprudência brasileira adota a discutida orientação, nosso Estado é constantemente processado e julgado por Tribunais estrangeiros.¹⁰⁹

Enquanto se avançou na relativização da imunidade de jurisdição em matéria trabalhista quanto à fase de conhecimento, no que diz respeito à imunidade de execução, esta continua tendo restrições para o seu afastamento, seja pelo posicionamento do STF (ao limitar a sua ocorrência aos casos de renúncia ou da existência de bem desafetados das atividades de representação), seja pela fundamentação num presumível desrespeito à soberania ou à igualdade jurídica, o

¹⁰⁷ A vedação à execução forçada dos bens da missão diplomática é embasada pela jurisprudência nos termos do art. 22, parágrafo 3º, da Convenção de Viena sobre relações diplomáticas, que dispõe: “os locais da Missão, em mobiliário e demais bens neles situados, assim como os meios de transporte da Missão, não poderão ser objeto de busca, requisição, embargo ou medida de execução”. Agregase que o dispositivo semelhante na Convenção de Viena sobre relações consulares é menos rígido que o da Convenção sobre relações diplomáticas, protegendo os bens consulares somente contra a requisição para fins de defesa nacional ou de utilidade pública.

¹⁰⁸ Da mesma forma leciona VARELLA: “na prática, é bastante difícil encontrar bens a serem executados que não sejam considerados de natureza diplomática”. VARELLA, Marcelo Dias. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 325.

¹⁰⁹ Nesse sentido MARTINS atenta para o fato de que outros Estados não reconhecem imunidade ao Brasil por seus atos praticados no exterior, e nosso país é processado normalmente no estrangeiro, arcando com as consequências de seus atos. MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011, p. 101.

que por certo, afronta os direitos dos trabalhadores de receber as verbas trabalhistas, que como se sabe possuem natureza alimentícia.

5. O Estado estrangeiro como parte na relação jurídico-processual: uma nova realidade a se apurar

A consideração do Estado estrangeiro como parte em uma relação jurídico-processual trabalhista decorre de sua reconhecida posição como sujeito da contratualidade laboral, logo, é mais que claro que ao descumprir as obrigações que giram na órbita de uma relação de emprego poderá ser demandado em juízo. Com base na jurisprudência, nas poucas normas que tangenciam a temática, bem como nas reflexões da doutrina especializada, aventura-se pelo desconhecido, no intuito de se traçarem as primeiras linhas para a compreensão de um processo trabalhista em que um ente estatal estrangeiro figure no polo passivo.

Alerta-se para o fato de que o exame não se estende para a fase de execução no sentido de delineá-la, por ser ainda uma prática que não se concretizou no âmbito dos tribunais pelos motivos que já se conhece (a manutenção da imunidade de jurisdição quanto à execução), limitou-se às principais características concernentes à fase de conhecimento. Essa omissão não cria óbice algum ao que se está propondo ao longo deste trabalho, posto que afastar o manto da proteção sobre a execução é preocupação que antecede o próprio desenrolar do processo, é dizer, antes de se pensar nos procedimentos, é preciso que a possibilidade (de julgamento) seja implementada.

Salienta-se que ao ser parte, o Estado estrangeiro, condenado ou não, executado ou não, não terá a sua soberania violada, isso porque, ademais dos argumentos jurídicos que pontualmente já se apresentou até aqui, não há que se alegar qualquer violação diante de um processo regido estritamente pela observância do devido processo legal, o que, por certo, acaba por afastar toda sorte de arbitrariedades.

A noção do respeito ao devido processo legal nas demandas em que os Estados estrangeiros figurem como parte é relevante, pois se propugna com isso o comprometimento pelo Estado-julgador de não se valer do exercício do poder jurisdicional para cometer iniquidades e excessos que vão além da própria quizila levada a juízo, ou mesmo para a cobrança das dívidas que eventualmente o Estado-

violador possa a vir a ser condenado. Em um didático diálogo com o Direito Internacional Público, valendo-se dos significados e dos contextos aos quais as famosas doutrinas *Moroe* e *Drago* foram elaboradas, desconstrói-se com a observância do devido processo legal o argumento de que o Estado-julgador tudo poderá fazer para reaver as dívidas devidas pelo Estado estrangeiro, no caso, as trabalhistas.¹¹⁰

O Direito como um fenômeno social convive com o elemento da adversidade. A todo o momento, desafios, conflitos e crises das mais diversas ordens buscam soluções em seu conjunto normativo. Entretanto, o exercício despendido para responder às demandas não se constitui em uma tarefa simples, porque há casos que extrapolam os seus próprios marcos regulatórios. Nessas situações, sob o prisma da afirmação da dignidade humana, é preciso valer-se da estruturação de um raciocínio criativo por meio de arranjos e desarranjos, construções e desconstruções, extensões e restrições, a fim de se tutelar os que buscam proteção.

Ao se imaginar a figuração de um Estado estrangeiro no polo passivo de uma lide, muitas indagações surgem, tais como: qual é a legislação a ser aplicada? Há uma competência especial de algum órgão do Judiciário Trabalhista? Quais são os prazos a serem observados? É possível recorrer? É necessário o pagamento de custas e/ou do depósito recursal? Estas dúvidas resultam da ausência de regulamentação específica no ordenamento jurídico local, sendo as respostas dadas em sua maioria pela prática jurisprudencial, que comumente divergem entre si, bem como pelos estudos doutrinários.

A participação do Estado estrangeiro na relação jurídico-processual ainda permanece envolta por nebulosas nuvens. Os procedimentos, prazos, legislação a ser aplicada, em suma, são os resultados de constantes exercícios de integração. Evidente que o juiz não poderá se negar a processar e julgar uma demanda que lhe é apresentada, porque inexistem caminhos expressos a serem seguidos no ordenamento jurídico pátrio, no entanto, em melhor posição estaria se existissem normas que dessem parâmetros a esses casos.

Em que pesem as divergências na doutrina e a variedade de decisões jurisprudenciais, por exemplo, ora concedendo os prazos previstos no Decreto-Lei nº

¹¹⁰ Sobre as doutrinas *Monroe* e *Drago* conferir MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: RT, 2010, p. 478-481.

779 de 1969¹¹¹ e a dispensa de preparo, ora concedendo somente esta segunda, é preciso ter ciência de que além do respeito à soberania dos Estados estrangeiros, o empregado de nacionalidade brasileira aguarda pelo recebimento de suas verbas trabalhistas não pagas ou a reparação por direitos violados quando da prestação dos serviços.

Nesse sentido, definir a incidência da jurisdição, a competência, os prazos a serem cumpridos, os possíveis instrumentos judiciais a serem interpostos, são também meios de proteção do trabalhador, dada a imprecisão dos casuísmos.

Diante desse quadro é que se delineia o perfil do Estado estrangeiro como parte na relação jurídico-processual trabalhista no Brasil, definindo, por conseguinte, as peculiaridades desse processo.

Antes, é preciso assinalar que o perfil do Estado estrangeiro como parte na relação jurídico-processual trabalhista traçado não compromete os objetivos deste estudo, seja no que se refere ao afastamento da imunidade de jurisdição por completo (afastando a sua incidência nas lides de natureza trabalhista), seja na ressignificação da soberania como uma das principais linhas de raciocínio para esse desiderato, ao contrário, fortalece-os; isso porque, ao se tentar aclarar o funcionamento daquela relação processual que traz consigo um elemento de estraneidade, dentre outras características, indicando qual lei é a aplicável, de que forma se dará a citação, quem possui capacidade de ser parte, acaba-se por evidenciar ainda mais a atuação do ente estatal como sujeito da contratualidade laboral, que mesmo por vezes recebendo (ou pelo menos sendo recomendado que receba) tratamento diferenciado em alguns pontos pela condição que ostenta, como apresentado, não deixa de ser um ator de uma relação de emprego, que por não cumprir suas obrigações poderá ser demandado na Justiça do Trabalho e se submeter aos efeitos do exercício do poder jurisdicional, mesmo que este seja exercido por outro Estado.

¹¹¹ O Decreto-Lei nº 779 de 1969 versa sobre a aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e Autarquias ou Fundações de direito público que não explorem atividade econômica.

5.1 O Estado estrangeiro como parte na relação jurídico-processual trabalhista: primeiras linhas

Conforme os termos do artigo 114, I, da CRFB/88, a Justiça do Trabalho passou a ser competente para processar e julgar ações oriundas da relação de trabalho em que uma das partes seja ente de direito público externo.¹¹²

Sucede que a previsão no supramencionado dispositivo constitucional não pode ser entendida como uma autorização para a submissão de um Estado estrangeiro à jurisdição brasileira, vez que a regra consagrada naquele texto é de competência, não alcançando, tampouco servindo para aquele desiderato.¹¹³ Sua aplicação se materializa, em um segundo momento, após a verificação da possibilidade ou não do exercício da jurisdição brasileira, no intuito de se definir qual dentre a pluralidade de órgãos do Poder Judiciário será o habilitado para apreciar a demanda. Caso aquele entendimento fosse válido, poderia ser usado como justificativa do afastamento da imunidade de execução que ainda persiste.

Os desacertos resultantes das confusões entre jurisdição e soberania, jurisdição e competência e jurisdição e execução implicam diretamente na abordagem do Estado estrangeiro como parte na relação jurídico-processual trabalhista, seja na compreensão do desenrolar do pleito, seja na compreensão das espécies de imunidade de jurisdição, seja na estruturação de subsídios para concretizar seu afastamento, razão pela qual, a seguir, proceder-se-á às distinções daquelas categorias.

¹¹² Antes da Constituição Federal de 1988, competia a Justiça Comum Federal processar e julgar as causas envolvendo Estados estrangeiros e indivíduos aqui residentes – art. 125, II, EC n. 1 de 17 de outubro de 1969. Esta competência ainda se mantém (art. 109, II, CF/88) para questões não trabalhistas.

¹¹³ Em sentido contrário compreende BARROS, para quem, quanto aos empregados de embaixada estrangeira, a jurisprudência do TST excluía-os da legislação e da jurisdição brasileira, com base no princípio da extraterritorialidade. Acontece que, a partir de 1988, o art. 114 da Constituição, ao fixar a competência da Justiça do Trabalho, atribuindo-lhe poderes para apreciar e julgar dissídios trabalhistas entre empregados e empregadores, abrangeu os entes de direito público externo, sujeitando-se, portanto, os organismos internacionais, as embaixadas e os consulados à jurisdição brasileira. BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2011, p. 134.

5.1.1 Jurisdição e soberania

Da soberania decorrem os poderes a serem exercidos pelo Estado no plano interno, salientando-se que a razão de ser desses poderes é o próprio povo. Isto é, a ideia de soberania está assentada no povo e não na figura de um governante ou de um órgão estatal. Esse entendimento é o expresso pela CRFB no art. 1º, parágrafo único: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Ressalta-se dentre os poderes oriundos da soberania a jurisdição, poder uno e indivisível, exercido pelo Estado.

Partindo dessa premissa, surge a jurisdição, no intuito de dizer o direito àqueles que a procuram. Desta feita, na superveniência de uma *lide* ou da necessidade de que se declare uma situação jurídica os interessados deverão recorrer ao Estado, para que este exerça aquele poder, impedindo, por consequência, que aqueles se valham de outros meios que não proporcionam às partes a devida “paridade de armas”, como ocorre na autodefesa.

Segundo MENNA, o Estado chamou para si o dever de manter estável o equilíbrio da sociedade e, para tanto, em substituição às partes, incumbiu-se da tarefa de administrar a justiça, isto é, de dar a cada um o que é seu, garantindo por meio do devido processo legal uma solução imparcial e ponderada, de caráter imperativo, aos conflitos individuais.¹¹⁴

Menciona-se ainda o conceito proposto por DIDIER JR., em conformidade com as diversas transformações pelas quais passou o Estado nos últimos tempos:

A jurisdição é a função atribuída a terceiro imparcial, de realizar o Direito de modo imperativo e criativo, reconhecendo/ efetivando/ protegendo situações jurídicas, concretamente deduzidas, em decisão insuscetível de controle externo e com aptidão para tornar-se indiscutível.¹¹⁵

Para que arbitrariedades sejam evitadas, a jurisdição como expressão do poder estatal deverá observar um rol de normas jurídicas, que têm como cláusula geral o devido processo legal, princípio informativo de todas as outras garantias

¹¹⁴ MENNA, Fábio de Vasconcellos. **Elementos do Direito: Processo Civil**. São Paulo: RT, 2010, p. 61.

¹¹⁵ DIDIER JR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Bahia: Jus podivm, 2012, p. 95.

processuais, tais como, o contraditório, o juiz natural, a ampla defesa e a publicidade, expresso na CRFB em seu artigo 5º, a seguir transcrito:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.¹¹⁶

O devido processo legal pode ser verificado em dois aspectos: formal e substancial. Nessa esteira, respeitar-se-á o princípio ora em discussão observando-se os princípios que dele derivam (aspecto formal), bem como a busca por decisões jurídicas substancialmente devidas (aspecto substancial).¹¹⁷

Observa-se que o fim último da jurisdição – a harmonização das relações sociais – será alcançado não somente com o respeito ao contraditório, a ampla defesa, e aos outros princípios processuais, mas também quando houver a preocupação de dar respostas devidas àqueles que a procuraram.

As garantias processuais previstas no art. 5º da CRFB protegem os indivíduos contra os possíveis excessos decorrentes do exercício do poder jurisdicional pelo Estado, sendo, portanto, exemplos dos sustentáculos do Estado de Direito.

Arremata-se com o entendimento de MADRUGA FILHO, para quem, a função jurisdicional se encerra normalmente nos mesmos limites da soberania: “a visão de que a jurisdição é um poder sem limites não enxerga a realidade, sendo mais uma daquelas ficções que os juristas de um tempo costumavam se valer para dar explicações que não se encaixavam em seus modelos teóricos”.¹¹⁸

A relação entre jurisdição e soberania tem relevância para o tema central deste trabalho, pois equivocadamente se difunde a ideia de que se um Estado estrangeiro se submeter à jurisdição de outro, aquele estaria renunciando a soberania ou permitindo a sua violação.

¹¹⁶ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 16 de jan. de 2015.

¹¹⁷ DIDIER JR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Salvador: Jus podivm, 2012, p. 49-50.

¹¹⁸ MADRUGA FILHO, Antenor. **A Renúncia à imunidade de jurisdição pelo Estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 81.

Apesar de a jurisdição ser uma expressão de soberania, não se pode confundi-las, ou seja, não se pode confundir espécie com gênero. Da manifestação de uma não haverá o comprometimento da outra, portanto. Primeiro, porque quando um Estado é submetido à jurisdição de outro, seja por sua aceitação, seja pela prática jurídica ou legislativa estabelecida pelo Estado-julgador, a depender da natureza da relação a qual o primeiro se vinculou, em realidade, está a atuar de forma livre, independente, não o fazendo por coação, desde que, é claro, no mínimo o devido processo legal seja respeitado (ou, no máximo, quando se pensa no processo como sendo alvo do devido processo legal de forma ampla, do início ao fim, em seus aspectos formal e material como explicado supra). Segundo, porque o exercício da jurisdição decorre do descumprimento de obrigações de uma relação jurídica a qual o Estado-violador se colocou como parte, nada mais justo que se responsabilize por aquilo que foi acordado inicialmente, evitando-se com isso a criação de situações de insegurança jurídica, sobretudo quando em uma relação com particulares. Terceiro, porque a submissão se configura em instrumento tanto para o Estado-violador quanto para o Estado-julgador atenderem seus interesses judiciais, diplomáticos e econômicos, na tendência de se alcançar maior convergência entre os sujeitos de direito internacional público na sociedade internacional. Quarto, porque a submissão, mais uma vez, a depender da natureza da relação jurídica a qual o Estado-violador tenha se filiado, pode servir de instrumento para a concretização de direitos humanos violados, tome-se como exemplo um contrato de trabalho cujas verbas trabalhistas não tenham sido quitadas assim como a legislação brasileira prevê.

Nesta trilha, ao tratar especificadamente do caso de renúncia ao costume jurídico da imunidade de jurisdição, mas que indiretamente contribui para as ilações feitas acima, MADRUGA FILHO afirma que:

A engenharia jurídica que se faz necessária para contornar o raciocínio da impossibilidade de renúncia à imunidade de jurisdição poderia ter sido evitada se, naquele tempo, houvesse a noção de que renunciar à prerrogativa de ser imune à jurisdição estrangeira não significa renúncia à soberania, mas sim uma manifestação voluntária e unilateral, prerrogativa ou direito que se atribui somente aos Estados soberanos. Portanto, antes de tudo, renúncia à imunidade de jurisdição é exercício de soberania. (Grifo nosso).¹¹⁹

¹¹⁹ MADRUGA FILHO, Antenor. **A Renúncia à imunidade de jurisdição pelo Estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 367.

Porém, ressalta-se que se no caso do exercício da jurisdição do Estado-julgador houver sido imposto (forçado) ao Estado-violador, ou mesmo não tiver respeitado princípios básicos como o do devido processo legal, criando tribunais de exceção, ou mesmo dificultando a defesa ou manifestação das partes, a soberania, nessas situações, restaria comprometida.

5.1.2 Jurisdição e competência

Como se explicitou no tópico antecedente, a jurisdição é poder-dever do Estado que se manifesta no intuito de dizer o direito àqueles que a provocam, a fim de se manter a paz social. Desta feita, em geral, na superveniência de uma *lide* ou da necessidade de que se reconheça uma situação jurídica, os interessados deverão recorrer ao Estado, para que este exerça a jurisdição, impedindo, por consequência, a autodefesa ou qualquer outro meio que não garanta “paridade de armas” entre os envolvidos.

A jurisdição mesmo sendo um poder uno e indivisível é exercida em todo território nacional por meio de uma pluralidade de órgãos do Poder Judiciário, tendo como finalidade a sua melhor administração. Essa distribuição é feita por meio de regras de competência, que não descaracterizam de modo algum a unicidade própria daquele poder.

Nesse sentido, a competência é a medida da jurisdição, de modo que são institutos relacionados, porém, diferentes.

Para que se possa determinar qual será o órgão jurisdicional a processar e julgar a demanda proposta no Brasil, para questões trabalhistas, dever-se-á seguir um “*iter* de regras de competência”, sendo necessária a verificação: a) da natureza da relação jurídica a ser discutida na ação; b) da qualidade das partes envolvidas na quizila; c) da disciplina de apreciação originária ou derivada pelos órgãos da Justiça do Trabalho; d) do lugar, que de forma geral, é o da prestação dos serviços (artigo 651, *caput*, CLT).¹²⁰

¹²⁰ Art. 651, *caput*, CLT - A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro. BRASIL. **Consolidação das leis do trabalho**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

Ressalta-se que o valor da causa não implicará consequências no campo da delimitação da competência no Processo do Trabalho, vez que não há órgãos especializados na estrutura da Justiça do Trabalho que atuam segundo aquele critério (Juizados especiais cíveis, por exemplo), repercutindo tão somente na fixação do procedimento a ser seguido (Ordinário, Sumário ou Sumaríssimo).

Em diálogo entre o Processo Civil e o Processo do Trabalho, com fulcro no princípio da subsidiariedade, insculpido no artigo 769 da CLT, as regras acima apresentadas podem ser reforçadas pela diretriz constante no artigo 88 do CPC, transcrito abaixo, no que toca à competência internacional concorrente:

Art. 88. É competente a autoridade judiciária brasileira quando:

I - o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil;

II - no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação;

III - a ação se originar de fato ocorrido ou de ato praticado no Brasil.

Parágrafo único. Para o fim do disposto no nº I, reputa-se domiciliada no Brasil a pessoa jurídica estrangeira que aqui tiver agência, filial ou sucursal. (Grifo nosso).¹²¹

Em que pese este dispositivo servir muito mais para a análise de se há a incidência ou não da jurisdição brasileira¹²² e, portanto, não ser criteriosamente uma regra de competência, mas sim de jurisdição, a sua leitura proporciona a compreensão do caminho a ser percorrido até se chegar ao denominado órgão competente.

Deste modo, dois recortes poderão ser feitos: 1) constatação da possibilidade de se aplicar ou não a jurisdição brasileira à demanda proposta, ou seja, se a ação poderá ser processada ou não no Brasil – competência internacional;¹²³ 2) atenção às regras de competência interna.

¹²¹ BRASIL. **Código de Processo Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

¹²² Nesse sentido, José Ignácio Botelho de Mesquita, pra quem, a competência internacional outra coisa não é senão a jurisdição. (MESQUITA, José Botelho de. Questões procedimentais das ações contra Estados e organizações internacionais. In: GARCIA, Márcio; MADRUGA FILHO, Antenor Pereira (Org.). **A imunidade de jurisdição e o judiciário brasileiro**. Brasília: CEDI, 2002, p. 216.

¹²³ Acerca da competência internacional *vide* MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Processo de Conhecimento**. São Paulo: RT, 2010, p. 37-38. Para os autores, alude-se à competência internacional precisamente para indicar os critérios utilizados pelo Direito nacional para

Frisa-se que a competência interna é a que efetivamente definirá qual dentre os mais diversos órgãos jurisdicionais existentes será o competente para processar e julgar a causa.

Quanto ao fenômeno inverso, o da incompetência, vale distinguir três situações que se assemelham no resultado, no entanto, distinguem-se em sua essência: incompetência internacional, incompetência interna e a imunidade de jurisdição. Ambos os fenômenos acarretam a impossibilidade do julgamento da demanda, o que os assemelham no que se refere ao resultado, porém, as suas causas são distintas. A incompetência internacional consiste na não possibilidade do Estado brasileiro exercer sua jurisdição. A incompetência interna, por sua vez, trata-se do contrário, há a jurisdição, mas o órgão para a apreciação da demanda não é o adequado. Por fim, nos casos de imunidade de jurisdição, há a jurisdição, bem como o órgão jurisdicional é o competente, no entanto, aquela não poderá ser exercida/aplicada em decorrência de impedimentos/limitações oriundas das relações internacionais consolidadas no costume jurídico internacional da imunidade de jurisdição.

5.1.3 Jurisdição e execução

O termo jurisdição em sentido amplo abrange dois âmbitos de exercício desse poder: a jurisdição propriamente dita, no sentido de processo de conhecimento (cognição) e a execução.

O processo de conhecimento, por meio da manifestação das partes, respeitando-se as garantias processuais, tem o escopo de formar a convicção do juiz. Neste desiderato, pedidos serão postulados pelo autor, o réu será citado (notificado) para que venha compor a relação jurídico-processual, provas serão produzidas, culminando com uma sentença.

A sentença proferida pelo juiz no processo de conhecimento poderá ser: declaratória (quando somente declara a existência ou não da relação jurídica levada a juízo); constitutiva (quando além de declarar, gera modificações de uma situação

determinar as causas que podem (ou devem) ser julgadas pela jurisdição brasileira. Em essência, porque a jurisdição é expressão do poder do Estado, qualquer causa poderia ser levada à jurisdição nacional. Entretanto, por razões de efetividade da decisão, o direito nacional discrimina as ações que podem ser julgadas no território brasileiro, tendo em vista a possibilidade de dar concreta e real efetivação à decisão tomada.

jurídica precedente, criando-se uma nova); ou condenatória (quando se declara a existência de um direito e a sua violação, estipulando-se a respectiva condenação), constituindo-se nos três casos em um título executivo judicial.

Findo o processo de conhecimento, inicia-se a execução como mais uma fase da atividade jurisdicional.

No que concerne à execução, a Lei 11.232 de 2005 trouxe significativas mudanças a esse instituto no CPC. A partir de então, passou-se a adotar um procedimento diferenciado, tornando o processo autônomo de execução nos casos de obrigações de fazer, de não-fazer ou de entregar coisa certa, em uma fase processual sequencial à cognição. Desta feita, as providências dos efeitos da sentença a serem tomadas se darão no mesmo processo no qual foram proferidas. A esse novo tramitar, deu-se a denominação de sincretismo processual. Todavia, haverá hipóteses em que será necessária a instauração de um processo autônomo de execução, como assevera Cintra, Dinamarco e Grinover:

Processo autônomo de execução só existirá (a) quando o título executivo for extrajudicial e, portanto, não houver uma sentença nem um processo pendente ou (b) quando o título extrajudicial houver sido proferido fora do processo civil estatal (sentença penal condenatória, laudo arbitral, sentença estrangeira homologada).¹²⁴

É entendimento crescente na doutrina¹²⁵ e na jurisprudência¹²⁶ trabalhista o reconhecimento da plena incidência do modelo processual sincrético.

A distinção entre as atividades cognitiva e executiva é útil, porque o costume jurídico internacional da imunidade de jurisdição abrange essas duas facetas do poder jurisdicional. Dessa forma, quando um Estado for submetido à jurisdição brasileira, em geral, dois incidentes processuais deverão ser resolvidos, o primeiro, quanto à imunidade de jurisdição no aspecto da cognição e, o segundo, quanto à imunidade de jurisdição no aspecto da execução, lembrando-se que em matéria trabalhista a imunidade de cognição fora relativizada a partir da decisão do STF na Apelação Cível – SP nº 9696/1989, o que torna desnecessária a primeira verificação.

¹²⁴ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 340.

¹²⁵ Cf. SCHIAVI, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2012, p. 883; LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2011, p. 985.

¹²⁶ AP nº 00943-2007-006-10-00-0, TRT 10ª Região; RO nº 00615-2010-023-09-00-0, TRT 9ª Região.

É salutar destacar que a adoção do processo sincrético pela Justiça do Trabalho, tornando a execução como uma fase sequencial a sentença, não favoreceu em nada a mitigação da imunidade de execução, não afastando assim por completo os efeitos da imunidade de jurisdição.

Ainda prevalece o entendimento de que mesmo que não se tenha um processo autônomo de execução, a relativização quanto à cognição não se estenderá, pois para que isso fosse possível, imprescindível seria a renúncia por parte do Estado-réu ou a existência de bens desafetados dos ofícios desenvolvidos pela missão diplomática, conforme foi decidido na Ação Cível Ordinária-DF nº 575, de 2002, comentada anteriormente.

Considerando as finalidades e os fundamentos do sincretismo processual adotado a partir da Lei 11.232 de 2005 no Processo Civil (e na sua essencial comunicação com o Processo do Trabalho), baseados, mormente, na busca pela efetividade da tutela jurisdicional de direitos, aquele entendimento não faz sentido algum, porque a execução passa a ser uma fase sequencial ao que foi decidido, não havendo, portanto, a necessidade de uma segunda manifestação do Estado estrangeiro sobre a possibilidade ou não do prosseguimento do processo, como se duas realidades incomunicáveis, cognição e execução, existissem. A relação jurídico-processual foi constituída, processada e julgada, devendo a execução ser compreendida como efeito, consequência daquilo que não se quer cumprir.¹²⁷

5.1.4 Da capacidade de ser parte

É corrente na jurisprudência¹²⁸ a presença da missão diplomática ou de alguma das representações consulares do Estado-violador no polo passivo da demanda, no entanto, essa prática, ainda que *a priori* pareça ser irrelevante na seara trabalhista, provoca consequências práticas na dinâmica processual.

¹²⁷ Do mesmo modo leciona MARINONI, para quem, “o processo de conhecimento, instaurado para verificar com quem está a razão diante do litígio, não mais termina com a sentença que fica na dependência da execução. Agora, o processo de conhecimento prossegue até que a tutela do direito almejada seja prestada, mediante a atividade executiva necessária. Isto porque o processo, ainda que vocacionado à descoberta da existência do direito afirmado, destina-se a prestar tutela jurisdicional à parte que tem razão, o que não acontece quando se profere sentença de procedência dependente de execução”. MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. **Processo de Execução**. São Paulo: RT, 2011, p. 55.

¹²⁸ Vide ACO 633 AgR/SP, STF; ACi 9696 / SP, STF; RE 222368 AgR/PE, STF.

As missões diplomáticas e as representações Consulares são órgãos que compõem a estrutura dos Estados aos quais pertencem, não possuindo, portanto, personalidade jurídica própria, o que acarreta na sua incapacidade de ser parte. Assim, quando se quer demandar contra uma pessoa jurídica de direito público externo, dever-se-á colocá-la diretamente no polo passivo e não um de seus órgãos, agências ou escritórios. Raciocínio semelhante é feito no âmbito da Administração Pública no Brasil, em que se ajuíza ação em face do ente ao qual pertença o órgão, por esta razão, é que a Prefeitura não figura como parte ré ou autora, mas sim o Município.

No entanto, o argumento acima pode ser facilmente rechaçado pela construção legislativa da figura do empregador contemplada no artigo 2º e parágrafos da CLT, que ao defini-lo como empresa, estabelece a desnecessidade de que este seja um ente personificado.¹²⁹ Isto é, independentemente da existência de uma pessoa física ou jurídica, haverá empregador quando o empregado estiver submetido a uma relação de poder dentro de uma organização produtiva ou equiparada (nas hipóteses do artigo 2ª, § 1º, CLT), como seria o caso das missões diplomáticas acreditadas no território nacional (empregadores por equiparação). Desse modo, não haveria qualquer ausência de pressuposto processual a missão diplomática ou a representação consular integrarem o polo passivo da relação jurídico-processual, já que não importa o fato do empregador ser um ente personalizado. Essa é a mesma operação reflexiva feita para a massa falida e o espólio. Todavia, sendo parte um Estado estrangeiro, essa diretriz, precisa ser repensada.

Para MANDALOZZO, “uma vez constatada a irregularidade [a presença da embaixada ou das representações consulares figurando como parte], deve o juízo proceder à retificação quanto à designação da parte reclamada, de ofício, pois são os Estados e as organizações internacionais que detêm capacidade de ser parte”.¹³⁰

¹²⁹ Segundo DELGADO, há uma falha técnica na redação do art. 2º, da CLT, ao tratar o empregador como empresa, que é marca da forte influência institucionalista e da teoria da relação de trabalho que se fez presente no contexto histórico de elaboração desse diploma justrabalhista. O autor, porém, mesmo apresentando críticas ao enunciado celetista, aduz que esta concepção trouxe funcionalidade ao acentuar a despersonalização da figura do empregador. DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2013, p. 401-403.

¹³⁰ MANDALOZZO, Silvana Souza Netto. **Imunidade de jurisdição dos entes de direito público externo na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2001, p. 77.

Esse posicionamento tem razão de ser devido às missões diplomáticas não serem entes capazes de tomar decisões de forma autônoma, não podendo, portanto, decidir pela renúncia à imunidade de jurisdição ou à imunidade de execução que gozam os Estados aos quais representam, ou mesmo indicar bens à penhora, funcionam segundo as diretrizes que lhes são definidas, exteriorizando os interesses dos sujeitos de direito internacional público que integram.

Desse modo, não há que se tratar, por exemplo, com base no artigo 12, VIII, do CPC¹³¹, o Embaixador ou o Cônsul como representantes legais das missões diplomáticas ou representações consulares aqui acreditadas, aplicando-lhes regra que se destina às pessoas jurídicas estrangeiras privadas, tampouco, criar-se a ideia de que as missões diplomáticas supririam a vontade dos Estados estrangeiros.

É preciso que se tenha claro que esses órgãos são instrumentos diplomáticos usados pelos Estados acreditantes para o estreitamento das relações nas mais diversas áreas com os Estados acreditados, como também na proteção dos seus próprios nacionais que ali se encontram. O Estado não se confunde com suas missões diplomáticas.

Outro detalhe que corrobora a esse argumento é o da citação não ser feita diretamente à missão diplomática (embaixada) ou à representação consular, mas por canais diplomáticos ao Ministério das Relações Exteriores do Estado-réu, conforme prescreve a prática internacional.¹³²

5.1.5 Da Citação

A despeito de se especificar o Estado estrangeiro como parte da relação jurídico-processual trabalhista, a citação, como se abordou no tópico anterior, não deverá ser feita diretamente às missões diplomáticas, não servindo, a princípio, a transposição em sua literalidade das regras do CPC e da CLT à questão.

Justifica-se esse comportamento, primeiramente, pelo motivo de se estar lidando com uma pessoa jurídica soberana (um Estado estrangeiro), bem como de

¹³¹ Art. 12. Serão representados em juízo, ativa e passivamente: VIII - a pessoa jurídica estrangeira, pelo gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil (art. 88, parágrafo único). BRASIL. **Código de Processo Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

¹³² Cf. MADRUGA FILHO, Antenor Pereira. Quando o réu é Estado estrangeiro, como citá-lo? **Conjur**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-set-14/cooperacao-internacional-quando-reu-estado-estrangeiro-cita-lo>>. Acesso em: 21 de maio de 2013.

que os locais da missão, nos moldes do artigo 22 da Convenção de Viena de 1961 sobre relações diplomáticas e do artigo 31 da Convenção de Viena de 1963 sobre relações consulares, são invioláveis, o que, por conseguinte, a presença de um oficial de justiça acarretaria certo inconveniente.

Os mencionados artigos (22, da Convenção de Viena de 1961 e 31, da Convenção e Viena de 31) atenuam a inviolabilidade, quando houver a autorização do Chefe da missão para o ingresso nos locais da missão, contudo, na situação de cumprimento de atos que implicam a participação do Estado estrangeiro em uma relação jurídico-processual, como a própria citação, dentre outros, resta saber se a autoridade máxima da Representação tem poderes suficientes para recebê-los ou aceitá-los.

Interessante destacar que assuntos referentes à submissão de um Estado à jurisdição de outro são extremamente sensíveis e variáveis, vez que estão estritamente ligados a aspectos políticos, ou como preferem alguns, à violação da soberania daquele que é submetido.

Diante dessa problemática, conforme a prática internacional e a regulação própria do tema feita por alguns Estados, dentre outras medidas, como a celebração de acordos especiais entre os Estados ou a observância de uma Convenção internacional sobre a matéria, está o envio da citação ao Ministério das Relações Exteriores do Estado-reclamado e não às missões diplomáticas ou representações Consulares.

Nessa linha, está a *United Nations Convention on jurisdictional Immunity of States and their properties*, ao definir a possibilidade dos Estados acordarem entre si mecanismos de comunicação da existência de demanda, ou, na ausência de acordo, a utilização dos canais diplomáticos (artigo 22).

O modelo de citação via canais diplomáticos vem sendo adotado pela jurisprudência trabalhista no Brasil, deste modo, ajuizada a reclamatória, distribuída (nas localidades onde houver mais de uma Vara do Trabalho – artigo 837, CLT) e protocolada, o juiz competente designará a audiência e determinará a expedição de ofício ao Ministério das Relações Exteriores, o qual caberá remeter a citação, pelas vias diplomáticas próprias, ao equivalente órgão de relações exteriores do Estado parte da reclamatória, como se demonstra abaixo no despacho da juíza Érica de Oliveira da 7ª Vara do Trabalho de Brasília-DF na Ação de cobrança de contribuição Sindical, processo nº 00619-2007-007-10-00-9:

(fls.67) Vistos, etc. 1. Fica designada audiência inaugural para o dia 23/07/2007, às 08:55 horas. 2. Cite-se a Reclamada, via ofício ao Ministério das Relações Exteriores. 3. Após, intime-se o Reclamante, por seu advogado regularmente constituído nos autos. Brasília/DF, 22 de junho de 2007. Érica de Oliveira Angoti. Juíza do Trabalho.¹³³ (Grifo nosso).

Definido o modo como a citação será feita, cabe perquirir-se pela fixação do momento de sua realização para fins de contagem de prazos.

Segundo a redação do artigo 22 da *United Nations Convention on jurisdictional Immunity of States and their properties*, estabelece-se como o momento da realização da citação o do recebimento dos documentos pelo Ministério das Relações Exteriores do Estado-reclamado.

No Brasil, usando o artigo 241, II, do CPC¹³⁴ como parâmetro para uma construção por analogia, MADRUGA FILHO sugere que: “o prazo deve começar a correr a partir da data em que se juntar o ofício o Ministério das Relações Exteriores certificando ao juízo que a citação alcançou o Ministério congênere do Estado demandado”.¹³⁵

Como será demonstrado no tópico 3.6, há tendências presentes na doutrina e na jurisprudência de se aplicar ao Estado estrangeiro as regras concernentes aos entes de direito público interno.

Nota-se que no Processo do Trabalho, a comunicação da existência de uma demanda em desfavor daquele a quem se comunica, dá-se por notificação via postal (artigo 841, § 1º, da CLT), sendo feita de forma pessoal por oficial de justiça quando for ré pessoa de direito público (artigo 222, “c”, CPC).

Como pôde ser observado neste tópico, sequer cogitou-se na realização da citação por via postal do Estado Estrangeiro nas missões diplomáticas ou representações consulares.

¹³³ BRASIL. 7ª Vara do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Processo nº 00619-2007-007-10-00-9. Reclamante: Sindicato dos Trabalhadores nas Embaixadas, Consulados, Organismos Internacionais e seus anexos no Distrito Federal – Sindnações/DF. Reclamada: Embaixada da França. Juiz do Trabalho Substituto: Carlos Augusto de Lima Nobre. Brasília, 13 de agosto de 2007. **7ª Vara do Trabalho do TRT da 10ª Região**. Disponível em: <http://www.trt10.jus.br/servicos/consultasap/atas.php?_1=01&_2=07&_3=2007&_4=0619&_5=www_516.&_6=13082007&_99=intra&_7=3>. Acesso em 28 de maio de 2013.

¹³⁴ Art. 241. Começa a correr o prazo: II – quando a citação ou intimação for por oficial de justiça, da data de juntada aos autos do mandado cumprido.

¹³⁵ MADRUGA FILHO, Antenor. **A Renúncia à imunidade de jurisdição pelo Estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 217.

5.1.6 Qual legislação será aplicada?

Quando se tem a presença de um elemento de “estranheidade” em qualquer relação jurídica, como na situação que se discorre, algumas dúvidas podem surgir, quanto à aplicação da legislação, qual servirá de marco regulatório? Integrando o Estado o polo passivo da demanda, qual seria o direito material e processual a incidir sobre essa relação?

Comumente, escuta-se a informação de que o local das missões diplomáticas e representações consulares, até mesmo, de algumas multinacionais, seria a extensão do território do Estado estrangeiro ao qual representam, estando submetidos os que ali prestam serviços à sua legislação. Essa ideia parte do denominado princípio da extraterritorialidade.

Entende-se, no entanto, que as missões diplomáticas não se constituem em extensão do território de seus Estados de origem no Estado acreditado, são, em realidade, órgãos que desempenham funções de interesse do ente de direito público externo em espaço diverso do de sua bandeira, como manifestação do exercício do direito de legação, por cortesia e cooperação entre os sujeitos de direito internacional público.

Diante disso, o empregado contratado para prestar serviços na embaixada francesa no Brasil, por exemplo, não terá a sua relação de emprego regida pela lei do Estado estrangeiro-empregador, mas pela lei do local efetivo da prestação dos serviços, que *in casu* é a brasileira, propugnando-se, dessa forma, pela territorialidade da legislação. Em construção inversa, caso se partisse da extraterritorialidade, a legislação a ser aplicada seria a do Estado-acreditante, já que o empregado (por ficção) estaria pisando em solo estrangeiro.

Em reforço, ainda que a Súmula 207 do TST, que consagrava o princípio da *lex loci executionis*,¹³⁶ tenha sido cancelada, a diretriz constante em seu enunciado não foi suprimida do ordenamento jurídico brasileiro, pois o Código de Bustamante,

¹³⁶ Súmula nº 207 do TST. CONFLITOS DE LEIS TRABALHISTAS NO ESPAÇO. PRINCÍPIO DA "LEX LOCI EXECUTIONIS" (cancelada) - Res. 181/2012, DEJT divulgado em 19, 20 e 23.04.2012. A relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país da prestação de serviço e não por aquelas do local da contratação.

incorporado pelo Decreto executivo de nº 18.871/29,¹³⁷ sede daquele princípio, permanece em vigor.

Quando da discussão sobre qual lei é a aplicável nas ocasiões em que se tem um Estado-violador, além da superação do princípio da extraterritorialidade, há que se atentar para a diferença entre imunidade de jurisdição e imunidade de legislação material.¹³⁸ Enquanto a primeira trata-se de regra de caráter processual, pois repercute na possibilidade do exercício da jurisdição, a segunda diz respeito às regras de direito substantivo que deverão ser observadas no território nacional, independentemente daquele que as violar poder ser ou não processado e julgado.

Reitera-se que em lides de natureza trabalhista a imunidade de jurisdição fora relativizada, logo, ademais da necessidade da observância da legislação material, pelos motivos acima expostos, ao nascer de uma demanda, esta deverá atender aos ditames da legislação processual brasileira.

5.1.7 Onde ajuizar a demanda?

Determinada a jurisdição brasileira, o próximo passo será a fixação da competência do órgão da Justiça do Trabalho para apreciar a reclamatória.

De início, com fulcro no artigo 7º, XIX, da CRFB/88, é importante salientar que o empregado será submetido a dois prazos prescricionais, um quinquenal e o outro bienal. O primeiro, de 5 anos, será contado retroativamente a partir do ajuizamento da ação no que se refere aos direitos trabalhistas devidos ao trabalhador¹³⁹; o segundo, de 2 anos, terá como termo inicial a extinção do contrato

¹³⁷ O princípio da *lex loci executionis* foi albergado pelos termos do artigo 198 do Código de Bustamante, que assim estabelece: “também é territorial a legislação sobre acidentes do trabalho e proteção social do trabalhador”.

¹³⁸ A diferenciação ora apresentada tem relevância, pois na doutrina trabalhista, conforme CASSAR, cinco correntes tentam solucionar a questão de qual lei será a aplicável quando o trabalho é prestado aos sujeitos de direito internacional público (Estados e Organizações Intergovernamentais Internacionais), sendo que em quatro delas confunde-se a Imunidade de Jurisdição com a Imunidade de legislação material. CASSAR, Vólia Bonfim. **Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Impetus, 2012, p. 149-156.

¹³⁹ A prescrição quinquenal atinge os direitos trabalhistas a serem pleiteados pelo trabalhador, assim, por exemplo, caso o empregado no curso de 10 anos de prestação de serviços não tenha recebido os pagamentos referentes à gratificação natalina (décimo terceiro salário), fará jus ao recebimento das verbas em débito dos últimos cinco anos, contados desde o ajuizamento da reclamatória trabalhista.

de trabalho, sendo computado a projeção do aviso prévio proporcional indenizado ou trabalhado para fins de contagem.¹⁴⁰

Seguindo os critérios para a fixação da competência é possível organizar da seguinte forma: a) ação oriunda da relação de trabalho (competência da Justiça do Trabalho, de acordo com o artigo 114, I, CRFB/88); b) a figuração de um ente de direito público externo na relação jurídico-processual não desnatura a competência da Justiça do Trabalho (artigo 114, I, CRFB); c) não há espécie de foro especial ou competência originária de Tribunal Regional do Trabalho ou do Tribunal Superior do Trabalho para apreciar lides em que Estado estrangeiro seja parte, sendo, portanto, a Vara do Trabalho competente para esse fim; d) a Vara do Trabalho competente será aquela do local da missão diplomática ou da representação consular onde o empregado de nacionalidade brasileira presta serviços, consoante o estabelecido no *caput* do artigo 651, atentando-se, é claro, às outras circunstâncias constantes nos parágrafos deste dispositivo.

5.1.8 Dos prazos e custas

Em decorrência da ausência de normas no ordenamento jurídico brasileiro que disciplinem a temática da imunidade de jurisdição e seus desdobramentos materiais e processuais, a doutrina e a jurisprudência fazem algumas construções para se tentar traçar o desenrolar da demanda trabalhista envolvendo um Estado estrangeiro.

Raciocínio corrente é o de se tomar como ponto de partida as regras processuais que incidem sobre as pessoas jurídicas de direito público interno, guardando-se as peculiaridades de cada ente.

Essa é a posição de MADRUGA FILHO ao se referir ao prazo dos Estados estrangeiros para contestar nas questões cíveis:

Entendemos que esse prazo especial que se concede à Fazenda Pública nacional pode ser concedido também à Fazenda Pública estrangeira, tendo em vista a comunhão dos princípios que norteiam as duas situações. Portanto, pode o juiz brasileiro conceder ao Estado estrangeiro o prazo de sessenta dias para oferecer contestação, desde que haja a reciprocidade,

¹⁴⁰ A prescrição bienal atinge a pretensão propriamente dita, dessa forma, computada a projeção do aviso prévio proporcional por tempo de serviço, a partir da extinção do contrato de trabalho, o trabalhador terá dois anos para ajuizar a reclamatória trabalhista.

isto é, desde que ao Brasil, sendo parte no Estado demandado, sejam garantidos os prazos fazendários especiais, eventualmente existentes.¹⁴¹

No que diz respeito à definição dos prazos, é salutar não se olvidar que a notificação dos Estados estrangeiros possui trâmite diferenciado, o que seria totalmente irrazoável a aplicação sem qualquer dilatação do lapso previsto no artigo 841, *caput*, da CLT.

Sob essa perspectiva, com fundamento no Decreto-Lei nº 779/69, artigo 1º, incisos II e III, que prevê à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às autarquias ou às fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica um alargamento dos prazos para contestar e recorrer, é que se defende o prazo em quádruplo para a designação da audiência e, se for o caso, apresentação da defesa oral ou escrita, totalizando 20 dias de espera, bem como da duplicação do prazo para a interposição de recurso, atentando-se quanto a este último à sua espécie.¹⁴²

Há quem se posicione favoravelmente, inclusive, ao reexame necessário das demandas em que os Estados estrangeiros figurarem como parte, com base no artigo 1º, V, do Decreto-Lei nº 779/69, por equidade e, principalmente, por conta da complexidade da causa *subjudice*.¹⁴³ Porém, não é o que acontece na prática dos Tribunais, pois os Estados estrangeiros interpõem Recurso Ordinário das decisões que lhes sejam parcial ou totalmente contrárias, independentemente, da possibilidade de uma remessa *ex officio*.

Quanto às custas processuais e ao pagamento de depósito recursal, os Estados estrangeiros estão dispensados, de acordo com a IN 3, X, do TST (transcrita) e a imunidade tributária da qual aqueles entes gozam:¹⁴⁴

Não é exigido depósito recursal, em qualquer fase do processo ou grau de jurisdição, dos entes de direito público externo e das pessoas de direito público contempladas no Decreto-Lei nº 779, de 21.8.69, bem assim da massa falida, da herança jacente e da parte que, comprovando

¹⁴¹ MADRUGA FILHO, Antenor Pereira. **A Renúncia à imunidade de jurisdição pelo Estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 219.

¹⁴² Vide FRANCO FILHO, Georzenor de Sousa. **Competência Internacional da Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1998, p. 81.

¹⁴³ MANDALOZZO, Silvana Souza Netto. **Imunidade de jurisdição dos entes de direito público externo na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2001, p. 81.

¹⁴⁴ Vide RO 00619-2007-007-10-00-9, TRT da 10ª Região.

insuficiência de recursos, receber assistência judiciária integral e gratuita do Estado (art. 5º, LXXIV, CF).¹⁴⁵ (Grifo nosso).

Desse modo, ao propor uma demanda, oferecer resposta ou interpor algum recurso, o Estado estrangeiro não terá que arcar com custas processuais e com a garantia do juízo.

¹⁴⁵ TST. **Instrução Normativa n. 3**. Disponível em: <<http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/handle/1939/5132>>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

CAPÍTULO III

Para além da imunidade de jurisdição em matéria trabalhista: elementos
para a construção de um Direito sem fronteiras

1. Considerações iniciais para uma despretensiosa nova construção: justificativas e intencionalidades

A desconstrução da imunidade de jurisdição, ou se preferir, o seu afastamento por completo, pelos dados já apresentados e os que neste capítulo serão desenvolvidos, explicam a opção pela expressão “construção de um Direito sem fronteiras”, utilizada como título deste capítulo. Uma vez que a partir da proposição de uma releitura da soberania, à luz de novas variantes, em especial, a dos direitos humanos, outras violações à dignidade humana, legitimadas pela compreensão absoluta, inquestionável e atemporal daquele elemento constitutivo do Estado, poderão ser prevenidas/reparadas.

É nítido que ademais dos problemas resultantes das diferenças e dificuldades de essência, aderência e adequação das matrizes de direitos humanos, dentre outras, como bem apontado pela teoria crítica,¹⁴⁶ a concessão de direitos, ou

¹⁴⁶ Acerca de uma visão crítica de direitos humanos cf. FLORES, Joaquín Herrera. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Tradução de GARCIA, Carlos Roberto Diogo et. al. Florianópolis: Boiteux, 2009; RUBIO, David Sánchez. **Encantos e desencantos dos direitos humanos**: de emancipações, libertações e dominações. Tradução de LIXA, Ivone Fernandes Morchilho et. al. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014; GALLARDO, Helio. **Teoria Crítica**: matrizes e possibilidade de direitos humanos. Tradução de Patricia Fernandes. São Paulo: Unesp, 2014. Conferir a análise comparativa entre a teoria crítica e a teoria tradicional dos direitos humanos feita por SANTA CATARINA, Daniele Corrêa. Teoria crítica de direitos humanos: uma análise comparativa com a teoria tradicional. In: RAMOS FILHO, Wilson (Coord.). **Trabalho e regulação no Estado constitucional**. Curitiba: Juruá, 2011.

as lutas para a sua concretização em momento anterior à sua própria violação, ainda se encontra tal qual a noção de soberania erigida na modernidade, extremamente territorializada. Desta feita, como será mencionado, imperioso é que se pense em espaços de possibilidades, a fim de que os discursos arquitetados sejam superados pela sua materialização. O que aqui se aventa parte dessa preocupação. Reforça-se que a restrição, por vezes, das discussões à soberania (ou ao Estado) ao longo deste estudo, decorre do seu suposto desrespeito servir como fundamento primário as mais diversas teses sobre a impossibilidade da desconsideração do costume jurídico internacional da imunidade de jurisdição.

É preciso considerar que a empreitada pelo completo afastamento da imunidade de jurisdição em matéria trabalhista é multifacetada. Isso quer dizer que as análises, as descrições e proposições para a sua mitigação apresentam, à luz dos mais diversos enfoques e perspectivas, uma infinidade de caminhos a se percorrer. Sem qualquer pretensão de esgotar a temática ou de trilhar todos os caminhos possíveis, precisou-se como ponto inicial (e, conseqüentemente, pano de fundo das discussões) a contradição existente entre a aplicação daquele costume, justificado em uma anacrônica noção de Estado, e a proteção dos direitos humanos do trabalhador que presta serviços a Estados estrangeiros nas condições já tratadas.

2. Os direitos humanos para além das utopias: reflexões preliminares sobre os espaços de possibilidades da dignidade humana

Intrigante é o verso sobre a utopia do escritor uruguaio Eduardo Galeano proferido em uma palestra em Cartagena das Índias:

a utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que

Como uma compreensão introdutória, a teoria crítica parte, por óbvio, de perspectiva contrária àquela adota pela tradicional, no sentido de que na primeira, muito mais que na segunda, preocupa-se com a busca de possibilidades de consolidação dos direitos humanos, dando protagonismos e vozes aos próprios sujeitos, para que estes, nas lutas diárias, construam a dignidade humana. Dessa forma, rompe-se com a clássica ideia da imprescindível positivação como carro chefe do uso, gozo, fruição e experiências de direitos.

eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.¹⁴⁷

Nessa passagem, Galeano propõe uma utopia que vai além do mundo dos sonhos, do deslumbre e da cogitação, que, paradoxalmente, concretiza-se no plano material a partir de cada passo dado por nós mesmos rumo ao horizonte. O inatingível permanece, contudo passa a servir mais como um estímulo do que um desalento, sendo, portanto, tomado como um propulsor para a edificação de novas realidades.

Essa breve reflexão talvez sirva de alento para todos aqueles que diariamente promovem as mais diversas lutas na prevenção/reparação de direitos humanos transgredidos, porque, ao contrário do que se depreende daquelas poéticas palavras, no plano da valorização da dignidade humana quase não se caminha, o horizonte continua cortinado e os poucos passos dados são nitidamente restringidos pelas conveniências estatais e pela selvagem e perversa racionalidade do modo de produção capitalista.

Do mesmo modo, GALLARDO, ao discorrer sobre a matriz e possibilidade de direitos humanos, constata que:

o espectro amplo com que se infringem e manipulam direitos humanos compreende também o campo jurídico. Direitos humanos costumam figurar nas constituições e códigos, mas não são cumpridos. Em primeiro lugar, porque podem ser suspensos por razões de Estado, ou porque as cortes internacionais carecem de força material e cultural para cumprir suas resoluções, como se viu em 2003 com relação à reivindicação do México a favor da vida de cidadãos mexicanos condenados à morte nos Estados Unidos, sem ser submetidos ao devido processo [...]. Em segundo lugar, setores importantes da população cujos direitos são violados não têm acesso aos circuitos judiciais ou a experiência de acesso a eles é negativa [...]. Na América Latina, não costumam existir instituições jurídicas adequadas para a dor social dos empobrecidos, tampouco interesse e vontade política para que existam”.¹⁴⁸ (Grifo nosso).

Tratar de direitos humanos e do bem maior que visam proteger, a dignidade humana, tornou-se algo contraditório, pois as supostas regras do jogo não valem

¹⁴⁷ Em entrevista, o escritor uruguaio atribui a autoria dessa frase ao diretor de cinema argentino Fernando Birri, cf. em: www.youtube.com/watch?v=9iqi1oaKvzs.

¹⁴⁸ GALLARDO, Helio. **Teoria Crítica**: matriz e possibilidade de direitos humanos. São Paulo: Unesp, 2014, p. 30.

para todos,¹⁴⁹ assim, o que deveria ser definido pelo simples fato de ser *ser humano* passa a requisitar critérios outros, tais como a renda, a origem étnica, as tradições religiosas, culturais, que, indubitavelmente, mais excluem do que incluem. É curioso que não se perceba que para além das designações e dos padrões estritamente estabelecidos, o que se tem são pessoas de carne e osso, sujeitos que precisam ter a sua existência resguardada.

Pouco se progride, ou, enquanto aparentemente se avança, condutas em completo desacordo com a gramática de salvaguarda daquele bem são adotadas, não só por extremistas, fundamentalistas, terroristas ou toda a sorte de figuras lendárias que possam criar e incutir em nosso imaginário, mas pelos sujeitos de direito internacional público pertencentes à sociedade internacional. Dentre esses sujeitos, destacam-se os Estados, ditos soberanos, que, por vezes, não respeitam nem os seus próprios nacionais, quanto mais àqueles que em seu território não se encontrem.

Em certa medida, nesse contexto de violações, pode-se situar que a imunidade de jurisdição em matéria trabalhista, ademais dos Estados, segundo a prática judicial brasileira, abarca as organizações internacionais intergovernamentais, o que torna dificultosa a possibilidade dos trabalhadores que prestam serviços nos escritórios daqueles entes acreditados no território nacional ajuizarem reclamações trabalhistas.

Sobre o caso, o TST, em 2012, editou a orientação jurisprudencial nº. 416, da SDI-1, estabelecendo a aplicação absoluta daquela prerrogativa:

as organizações ou organismos internacionais gozam de imunidade absoluta de jurisdição quando amparados por norma internacional incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro, não se lhes aplicando a regra do Direito Consuetudinário relativa à natureza dos atos praticados. Excepcionalmente, prevalecerá a jurisdição brasileira na hipótese de renúncia expressa à cláusula de imunidade jurisdicional.¹⁵⁰

¹⁴⁹ Nessa linha, anota-se a percepção de SANTOS, para quem, “a hegemonia dos direitos humanos como linguagem de dignidade humana é hoje incontestável. No entanto, esta hegemonia convive com uma realidade perturbadora. A grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discursos de direitos humanos. Deve, pois, começar por perguntar-se se os direitos humanos servem eficazmente à luta dos excluídos, dos explorados e dos discriminados ou se, pelo contrário, a tornam mais difícil”. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 15.

¹⁵⁰ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Orientação Jurisprudencial n. 416, da SDI-1**. Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/OJ_SDI_1/n_s1_401.html#TEMA416>. Acesso em: 20 de jan. de 2015.

Nota-se que o posicionamento do TST, reforçado pelo STF, (*vide* Recursos Extraordinários nº 578543 e nº 597368), está em desconformidade com a proteção que deve ser dispensada aos trabalhadores, porque ademais do respeito aos direitos previstos na legislação trabalhista brasileira, é preciso que se garantam meios para a sua reparação/compensação quando suprimidos. Nessa toada, evidente fica a importância do processo, ou melhor, a possibilidade do exercício do poder jurisdicional como mecanismo de concretização dos direitos humanos, assim como defende MARINONI.¹⁵¹

A partir dessa consideração, sem adentrar na análise da estrutura da norma jurídica em si, é válido ainda registrar que direitos que não possuam meios que promovam a sua exigibilidade/exequibilidade não passam de discursos vazios, meras cartas de intenções, que limitam o seu propósito tão somente ao “dever ser”, sem se preocupar com os espaços de possibilidades para a sua manifestação, tampouco com a necessidade de muitas vezes ressignificar institutos, rever construções teóricas e repensar práticas judiciais.

Nessa compreensão, em uma clara seleção natural dos mais fortes e exclusão dos mais fracos à la Darwin, seleciona-se quem é humano e, conseqüentemente, quem tem dignidade a ser tutelada, contribuindo, inequivocamente, para o aprofundamento dos já profundos abismos existentes no seio da sociedade contemporânea.

Há um percurso longo pela frente, até porque a construção de uma rede de direitos mais assertiva do que dúbia ou, conforme a inteligência de COUTINHO, inspirada em Axel Honeth, a ascensão dos direitos ao patamar da indiferença, para além da necessidade do reconhecimento,¹⁵² não é uma das tarefas mais fáceis de se cumprir, sendo que para que lancemos a pedra fundamental dessa empresa é

¹⁵¹ Consultar MARINONI, Luiz Guilherme. **Técnica processual e tutela dos direitos**. São Paulo: RT, 2004, p. 145-158.

¹⁵² Nas palavras da autora, “o atual crescimento quantitativo – e qualitativo – dos discursos em torno da dignidade da pessoa humana não é, de forma alguma, uma manifestação do seu sucesso; ao contrário, denota mais o seu fracasso nesse modo de produção capitalista. Se a dignidade fosse realidade universal, estaria na ordem da indiferença. Ninguém pretenderá ver reconhecido o que se tem. Sua presença comprova que na dissolução do espaço do valor simbólico dos laços sociais a dignidade do sujeito trabalhador continua sendo uma demanda de efetividade de um direito por todos reconhecido. Por pouco que se mude, é aqui, no trabalho digno, que se pode mudar o curso da própria história desse sujeito que vive do trabalho”. COUTINHO, Aldacy Rachid. A dimensão do princípio da dignidade e a relação de trabalho. In: SARLET, Ingo et. al (Org.). **Diálogos entre o Direito do Trabalho e o direito Constitucional: estudos em homenagem a Rosa Maria Weber**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 95).

evidente a necessidade de se superar os resquícios da noção de Estado e, por óbvio, de seus elementos constitutivos, tal qual foi pensada na modernidade.

Anota-se que neste estudo não se tem a pretensão de dimensionar o conteúdo da dignidade humana ou estabelecer um padrão a ser seguido. Longe de posições universalistas ou multiculturalistas (de certa forma, apenas as tangenciando), a proposição de uma releitura do Estado, de uma ressignificação da soberania, sobretudo quando diante de novas variantes, como é o caso do sistema de proteção dos direitos humanos, visa à criação de espaços de possibilidades, onde os discursos dão lugar à concretude, onde o que se apregoa e propaga ganham contornos de materialidade; onde os indivíduos são valorizados em sua subjetividade e capacidades por serem seres humanos; onde não haja barreiras segregadoras.

É exatamente nesse cenário que se insere a proposta de afastamento por completo dos efeitos da imunidade de jurisdição em matéria trabalhista, não como medida capaz de comprometer a soberania estatal (colocando-a em crise, como alguns interpretam) ou a autodeterminação de quem quer que seja, mas como mais um dos instrumentais a serem utilizados na defesa dos direitos humanos,¹⁵³ ou, retomando Galeano, como passos a serem trilhados rumo ao horizonte.

3. Reflexões sobre o Direito do Trabalho: (in)coerências entre a imunidade de jurisdição e a proteção do trabalhador

Na esteira da desconstrução da imunidade de jurisdição em matéria trabalhista como mecanismo de proteção dos direitos humanos dos trabalhadores que prestam serviços às missões diplomáticas e representações consulares acreditadas no território nacional, incontestemente é a necessidade de se fazer o contraponto entre os fundamentos do Direito do Trabalho e a aplicação pelos tribunais brasileiros daquele costume jurídico internacional.

Em uma floresta da Inglaterra, Robin Hood, segundo consta dos tradicionais livros de história, planejava suas investidas contra as arbitrariedades e crueldades do Rei. Do outro lado do oceano Atlântico, em outra época, na costa oeste do que

¹⁵³ Veja que ao mesmo tempo em que a política dos direitos humanos serve de subsídio para revisar conceitos, redefinir padrões, também se coloca como o fim a ser alcançado a partir do que foi repensado.

hoje conhecemos como Estados Unidos da América, debaixo de uma capa preta e uma máscara no rosto, Zorro defendia bravamente os fracos e oprimidos. Nas duas narrativas têm-se a apresentação de cenários nos quais imperavam desigualdades das mais diversas ordens, levantando-se, como força contrária, intrépidos justiceiros. Cria-se assim, no imaginário popular, a figura daquele que “rouba dos ricos para dar aos pobres”, ou daquele que limita de acordo com seus próprios métodos os abusos de poder perpetrados. Esse pensamento, de inspiração literária talvez, dentro das fronteiras do senso comum, mais em tom de crítica do que de elogio, é aplicado à compreensão do Direito do Trabalho.

Comumente, propaga-se a falsa ideia de que o Direito do Trabalho, abrangendo-se aqui não somente o ramo de estudo, mas todos os conceitos ligados à matéria, tais como as normas trabalhistas, a jurisprudência e a Justiça do Trabalho, como órgão jurisdicional, seria um dos agentes responsáveis por obstar o progresso. Em reforço, difunde-se a informação equivocada de que os direitos previstos na legislação trabalhista encargariam em demasia os empregadores, levando-os a reduzir postos de trabalho e até mesmo a encerrarem suas atividades produtivas. Deste modo, personifica-se o Direito do Trabalho como um voraz e sanguinário justiceiro, que além de “saquear os ricos (representados por aqueles que tomam a capacidade de trabalho) para dar aos pobres (os trabalhadores)”, sufocaria os primeiros com suas exigências.

Nesse sentido, apropriando-se do discurso desenvolvimentista como razão máxima, propugna-se pela diminuição da área de alcance do Direito do Trabalho, defendendo-se piamente a sua flexibilização ou mesmo a sua desregulamentação, no sentido de priorizar o patrimônio e as vantagens por meio dele obtidas em detrimento do ser humano. Por óbvio, essa concepção, claramente pautada em um discurso neoliberal conservador,¹⁵⁴ não merece prosperar, principalmente, porque penaliza ainda mais a parte mais vulnerável da relação jurídico-trabalhista.

Em construção inversa, primeiramente é imprescindível frisar algumas das características da relação de trabalho, bem como, da conjuntura na qual essa está inserida, para então, destacar a dinâmica e a lógica de aplicação do Direito do

¹⁵⁴ Para a compreensão da dinâmica do trabalho no capitalismo, tendo como contraponto de análise o socialismo, sugere-se a leitura de COUTINHO, Aldacy Rachid. Somos todos socialistas, agora: registros de um devaneio. In: COUTINHO, Aldacy Rachid et. al (Orgs.). **Liber Amicorum**: homenagem ao Prof. Doutor António José Avelãs Nunes. Coimbra: Coimbra, 2009, p. 41-59.

Trabalho, desmistificando com isso os persistentes e negativos boatos disseminados.¹⁵⁵

Vive-se sob a égide de uma ordem econômica ditada pelo capitalismo, em que a atuação livre dos agentes econômicos não se determina pela preocupação com a equidade, ao contrário, os interesses estão voltados ao aumento dos seus rendimentos. Pensa-se e estrutura-se o processo produtivo com a finalidade de se conquistar o máximo de eficiência na confecção de bens e serviços. Nessa perspectiva, o trabalhador consiste em mais um dos fatores de produção a ser incorporado e dirigido.

Diante desse contexto, vislumbra-se a relação de trabalho como manifesta relação de poder.¹⁵⁶ Não há proporção, equilíbrio, tampouco paridade de armas entre os sujeitos daquela específica relação jurídica, sendo necessário, portanto, que se dispense a esta um tratamento e abordagem peculiares, na medida em que não há como se valer de uma mesma ótica para analisar situações nitidamente diferentes. Deve-se reconhecer a desigualdade e destinar tratamento compatível que promova a sua mitigação ou mesmo a sua superação.

¹⁵⁵ Essa é a lição de COUTINHO quando afirma que: “imputa-se ao direito do trabalho uma feição corporativista, de classe, como se fosse o direito dos trabalhadores imposto contra os capitalistas. Afirma-se a necessidade da superação deste privilégio, não havendo mais espaço para um direito que não levasse em consideração a pluralidade dos interesses em jogo. E, ainda, se o capital cresce, o emprego permanece; se a empresa no mercado competitivo não se sustenta, os contratos de trabalho falecem”. No curso da desmistificação desse equivocado pensamento a autora assevera que: “Ora, o Direito do Trabalho não é o direito ‘dos trabalhadores’, mas a regulamentação de uma relação de emprego, o direito do capitalismo, estatuinto regras também em favor do capital, o que por si afasta o “mito do bom direito”. Aliás, se a proteção também não fosse um mito, o fim da relação de emprego não seria expresso juridicamente na forma de um direito potestativo do empregador, que esconde práticas discriminatórias, mas agasalharia a teoria da pressuposição ou da causalidade”. COUTINHO, Aldacy Rachid. A autonomia privada: em busca da defesa dos direitos fundamentais dos trabalhadores. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, p. 173-174.

¹⁵⁶ É cediço que a relação de emprego consiste em uma relação de poder, cuja dinâmica é administrada, controlada e fiscalizada por aquele que detém o capital. Em síntese, enquanto uns emitem ordens, outros, ajuizados, obedecem. O exercício daquele poder, sem qualquer limitação, ou quando haja parâmetros jurídicos, sem qualquer fiscalização, poderá acarretar prejuízos muitas vezes irreversíveis aos trabalhadores, pois para além da prestação de serviços, o empregador passa a intervir na própria vida de seus subordinados, em alguns momentos os seduzindo com certos benefícios ou vantagens, em outros, tentando aproximá-los ou fazê-los desenvolver um sentimento de pertencimento à empresa, ludibriando-os para que não percebam ou estranhem as apropriações que ultrapassam a força de trabalho. A subjetividade do trabalhador é roubada. A sua identidade é violada. Seu corpo e sua alma passam a fazer parte do mercado. Sobre a questão, D’ANGELO afirma que: malgrado o poder diretivo seja autorizado por lei, este não poderá ser exercido pelo empregador de forma ilimitada uma vez que, como regra, todo arcabouço dos princípios do Direito do Trabalho são dirigidos à proteção do empregado. D’ANGELO, Isabele Bandeira de Moraes. **A subordinação no Direito do Trabalho**: para ampliar os cânones da proteção, a partir da Economia Social e Solidária. São Paulo: LTr, 2014, p. 33.

Partindo desse diagnóstico, baixo os auspícios da busca pela igualdade material, há que se reconhecer a presença de um indivíduo hipossuficiente na relação de trabalho, porque, como ficou caracterizado, os sujeitos da contratualidade não são iguais, justificando, dessa forma, a necessidade de proteção daqueles que detêm tão somente a sua própria força de trabalho.¹⁵⁷ Ressalta-se, que essa proteção não visa promover a vitimização do trabalhador, não se pretende traçar a figura de um “pobre coitado”, desprovido de amparo, mas a de garantir que sua dignidade seja preservada mesmo quando atuando em espaços mais suscetíveis de violação.

O Direito do Trabalho, a despeito de compreensões diversas, como a que o coloca, por exemplo, tão somente a serviço da própria ordem econômica vigente, representaria um patamar civilizatório mínimo a ser observado, um instrumento a favor da proteção dos direitos fundamentais do trabalhador, tornando-se relevante a promoção de seu caminhar e a negação a medidas que intencionem diminuir o seu âmbito de influência. Assevera-se que mesmo para aqueles que evidenciam suas falhas e contradições diante do capitalismo,¹⁵⁸ notável é a sua vocação para ser compreendido como um mal necessário.

Sobre as funções do Direito do Trabalho, DELGADO afirma que:

[...] as funções específicas e distintivas do Direito do Trabalho são, essencialmente, três: a) buscar a melhoria das condições de pactuação e gestão do trabalho na econômica e social; b) garantir uma evolução econômica do tipo progressista no plano do capitalismo; c) assegurar uma influência civilizatória e democrática no contexto da sociedade civil e política.

¹⁵⁷ Interessantes considerações sobre a condição de hipossuficiência do trabalhador, no intuito de redefinir seu conteúdo e daí a própria razão de ser do princípio da proteção, faz COUTINHO em artigo ainda inédito, intitulado de “Propostas para uma ressignificação do princípio da proteção”; segundo a autora: “o trabalhador é e sempre será um hipossuficiente econômico, até porquanto não detém capital. Há de se afastar a noção de debilidade, que decorre do estado de necessidade do trabalhador, não somente porquanto reside no trabalho a possibilidade da sobrevivência, mas sobretudo diante da construção da sociedade como uma sociedade de trabalho, em que todas as relações (construções) sociais são medidas pelo labor. Há de se afastar o aspecto econômico – sem que tal signifique desconsiderá-lo – como elemento a pautar a construção da identidade do sujeito trabalhador. Por conseguinte, dentre o elenco de possíveis fundamentos da proteção, ao lado da constatação de que ele se insere como sujeito (individualismo proprietário) em uma sociedade de consumo, imperioso é reconhecê-lo como um ausente de poder e, nesta medida, pessoa (trabalhadora) titular de direitos fundamentais”. COUTINHO, Aldacy Rachid. **Propostas para uma ressignificação do princípio da proteção**. Inédito.

¹⁵⁸ Seguem essa orientação RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil**. São Paulo: LTr, 2012; SIMÕES, Carlos. **Direito do Trabalho e modo de produção capitalista**. São Paulo: Símbolo, 1979; SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Curso de Direito do Trabalho: teoria geral do Direito do Trabalho**, vol. I: parte I. São Paulo, LTr, 2011.

É claro que se pode aferir a presença de uma quarta função, em aparente contraponto às três precedentes: d) função conservadora, resultante de seu papel de cimentar as bases de continuidade das próprias sociedade e economias capitalistas.¹⁵⁹

É válido salientar, que não se manifesta em favor do modelo econômico posto, ao contrário, perquire-se pelo reconhecimento das implicações negativas deste na relação de trabalho, bem como, na aplicação do Direito do Trabalho como um instrumento para dirimi-las, ou, pelo menos, atenuá-las, enquanto se vive sob os seus efeitos e consequências.

É preciso que a dignidade do trabalhador¹⁶⁰ seja colocada como o centro irradiador de sua proteção. Rechaçando recuos que visivelmente acarretem a precarização do trabalho. O Direito do Trabalho não é um justiceiro implacável ou responsável por promover “uma caça às bruxas” de empregadores, sua dinâmica e lógica se explicam pelas variantes que repercutem na relação jurídica constituída em seu âmbito.

Nessa linha, em conformidade com a ideia de espaços de possibilidades para a concretização da dignidade humana, o Direito do Trabalho, mesmo que com suas contradições ideológico-existenciais, pontos positivos e negativos, esquizofrenias, um mal necessário que seja, ou, como prefere COUTINHO, com sua bipolaridade,¹⁶¹ constitui-se em terreno incoerente, não propício para a aplicação da imunidade de jurisdição, porque a incidência dessa prerrogativa precariza as relações de trabalho ao afastá-las, quando necessário, do pleno exercício do poder

¹⁵⁹ DELGADO, Maurício Godinho. Funções do Direito do Trabalho no Capitalismo e na Democracia. In: COLNAGO, Lorena de Mello Rezende; ARVARENGA, Rúbia Zanotelli de. (Orgs). **Direitos Humanos e Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2013, p. 74.

¹⁶⁰ GOSDAL ao analisar a dignidade do trabalhador propõe, sem qualquer pretensão de validade única, um novo conceito para essa categoria, pautado na honra e na noção de trabalho decente; nas considerações finais de sua tese, a autora assevera que: o resgate do conteúdo de honra da dignidade possibilita uma reumanização do trabalhador e permite que seja considerado inserido em seus vínculos de pertencimento comunitário. É preciso recolocar-se o trabalhador no centro do Direito do Trabalho, atribuindo a suas normas sentido e finalidade voltados para a proteção e serviço da pessoa humana. É indispensável atribuir-se ao trabalhador o direito a ser reconhecido como proprietário de sua força de trabalho e detentor de direitos fundamentais, próprios de seu pertencimento à humanidade, de sua honra. GOSDAL, Thereza Cristina. **Dignidade do trabalhador: um conceito construído sob o paradigma do trabalho decente e de honra**. 2006. 186 f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2006.

¹⁶¹ COUTINHO, Aldacy Rachid. **Propostas para uma ressignificação do princípio da proteção**. Inédito.

jurisdicional.¹⁶² Ainda na trilha das incoerências, a adoção da imunidade de jurisdição pelos tribunais, não relativizada quanto à execução, torna discrepante a própria constitucionalização dos direitos trabalhistas e, conseqüentemente, a pretensa rede de proteção a ser oferecida ao trabalhador no Brasil. Sem exageros, qual é a finalidade de um direito, protetivo que seja, se a sua exigibilidade/exequibilidade é dúbia, nebulosa, medida, por exemplo, de acordo com a condição que o empregador ou mesmo o empregado ostentam? Para além da eficácia, tal qual se aprende nas primeiras lições de Direito Civil, é preciso efetividade.

Impende destacar que a violação, a qual se vem fazendo menção ao longo desta investigação, não decorre tão somente de uma conduta comissiva ou omissiva por parte de algum Estado estrangeiro em desacordo com as determinações da legislação trabalhista. Em realidade, ademais do não registro da Carteira de Trabalho e Previdência Social, do não recolhimento das contribuições sociais, ou do não pagamento de uma eventual hora extra cumprida, por exemplo, a impossibilidade dessas verbas serem adimplidas pelo resultado regular do exercício do poder jurisdicional, no trâmite de suas fases, reforça a precariedade do vínculo jurídico existente, invertendo desse modo, como já sinalizado, a lógica da proteção que norteia o funcionamento do Direito do Trabalho.

MARINONI, ao discorrer sobre os escopos sociais da jurisdição, desenvolve raciocínio que guarda correspondência com o que aqui se está afirmando (basicamente, a necessidade de se garantir a tutela de direitos para além das previsões legais de cunho material, oportunizando a sua concretização por meio do processo judicial):

a função jurisdicional, como também a legislativa, tem por fim a pacificação social. O homem, por sua própria natureza, tende ao estado de insatisfação, já que o seu desejo é ilimitado. É claro que essa insatisfação pode ser controlada por mecanismo psicológicos do próprio ser humano, levando-o a crer que é, ou está, satisfeito. Contudo, esses mecanismos, quando conscientes, trabalham com parâmetros culturais, ou seja, com normas morais, religiosas ou mesmo jurídicas. As normas jurídicas, pois, principalmente na atual sociedade de massa, exercem papel relevante para a própria estabilidade psicológica do indivíduo. Porém, as normas de direito substancial frequentemente não são suficientes para resolver os estados

¹⁶² Anota-se nesse sentido o posicionamento de SCHIAVI, para quem, se há competência para processar, também haverá para executar a decisão. Ou a demanda trabalhista se processa por inteiro, ou então a Justiça do Trabalho somente atuará pela metade. SCHIAVI, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2012, p. 223.

conflitivos, seja porque não impõem ao indivíduo, que tende a desobedecê-las, seja porque permitem interpretações várias, possibilitando ao indivíduo crer que está agindo de acordo com a norma, seja, ainda, porque os fatos permitem interpretações dúbias. A jurisdição, portanto, nesse aspecto, passa não só a reprimir aquele que desobedece conscientemente à norma, mas também a indicar, àquele que não tem condições de aferir o direito, meios e alternativas possíveis.¹⁶³ (Grifo nosso).

Do fragmento transcrito é claramente possível inferir a relevância do exercício do poder jurisdicional de forma ampla, sem entraves ou maculado por supostas prerrogativas reconhecidas, que analisadas contextualmente, de forma temporal, a partir de novas variantes, assim como se propôs a compreensão do Estado soberano na contemporaneidade, mais ferem e negam a dignidade humana do que a protege ou a promove. É evidente que os direitos não podem ser garantidos pela metade, parcialmente, sem meios que garantam a sua observância para antes e para depois de eventuais violações, quer-se dizer com isso, que a sua previsão, ou nos termos da linguagem do mundo das fontes do Direito, a sua externalização como fonte formal, seja pela lei, seja por um costume ou mesmo por um tratado internacional, não basta, pois para além dos marcos regulatórios, imprescindível é a mobilização, os esforços, enfim, a peleja por espaços de possibilidades de concretização.¹⁶⁴

4. A superação da imunidade de jurisdição e a proteção dos direitos humanos dos trabalhadores: ladrilhando os caminhos

A proteção internacional dos direitos humanos tem como referência a Carta Internacional dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, que, em seu texto contemplou a proteção aos direitos inerentes à pessoa humana, compreendendo tanto os direitos civis e políticos, quanto os sociais e culturais. A Carta foi a resposta a um período histórico de desrespeito a esses direitos, marcado por segregações, assassinatos, perseguições e discriminações motivadas na Alemanha nazista, ao tempo da Segunda Guerra Mundial.

¹⁶³ MARINONI. Luiz Guilherme. **Novas linhas do processo civil**. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 189-190.

¹⁶⁴ Da mesma forma se coloca SANTA CATARINA, Daniele Corrêa. Teoria crítica de direitos humanos: uma análise comparativa com a teoria tradicional. In: RAMOS FILHO, Wilson (Coord.). **Trabalho e regulação no Estado constitucional**. Curitiba: Juruá, 2011, p. 61.

Os direitos humanos se caracterizam por serem indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados, destinando-se a toda e qualquer pessoa, independentemente de cor, gênero, orientação sexual, profissão ou situação econômica, tendo como centro irradiador e justificador a proteção à dignidade humana.

De modo a tangenciar e não determinar seu conteúdo, tarefa das mais difíceis talvez, ou quiçá desnecessária, uma vez que pelas realidades que precisa (ou deveria) abarcar é indispensável que seja pensada mais como uma cláusula aberta do que fechada, a dignidade humana se refere à proibição de tratamentos entre os homens que colidam com a essência humana, ainda que isso pareça tautológico. Nesse sentido, impede-se que o homem seja relegado ao plano dos objetos inanimados, sendo-lhe atribuído preço, rótulos e como se mercadoria fosse, prática corrente nos regimes escravocratas. Assim, ter dignidade é ter liberdade de expressão, religiosa e de locomoção, é poder influir no processo político, é não ser discriminado por cor ou sexo, é ter acesso ao trabalho, é receber salário suficiente para a sua subsistência, dentre outros atributos, enfim, é ter e gozar direitos de forma coordenada, compartilhada e complementar, a contrário senso daquela racionalidade apregoada pela clássica divisão dos direitos fundamentais em gerações ou mesmo dimensões.

Explica-se que as gerações ou dimensões dos direitos fundamentais, como atualmente se denomina, não se opõem, não estão em conflito, complementam-se, pois como foi exposto, em ambas as dimensões, vê-se a preocupação com nuances de um mesmo ideal, a proteção da dignidade humana. Ademais de que para a concretização de um direito fundamental que pertença a uma determinada dimensão é imprescindível que outros alocados em dimensões diferentes também sejam observados. É dizer, como se garantirá a liberdade de expressão, por exemplo, a um sujeito que não tem emprego, moradia, condições mínimas de sobrevivência? Com certeza a liberdade de expressão desse sujeito estará atrelada e dependente das tendências e diretrizes dominantes, não a manifestará livremente, suas repercussões e efeitos serão ditados por forças outras que não as suas, isso porque o acesso, o gozo e a fruição daquele direito é meramente aparente.

A dignidade humana não pode estar, portanto, pautada isoladamente em um direito ou em um conjunto de direitos organizados de acordo com os bens que resguardam. A dignidade humana não segue uma hierarquia. Pensar dessa forma é

contrapor a sua própria razão de ser, ou, pelo menos, o que deveria para ser. Sua dinâmica de funcionamento e irradiação, ainda que a comparação já esteja batida, aproxima-se mais a de um caleidoscópio do que a de um monóculo. Assim, é indispensável que haja simultaneidade na compreensão/aplicação/concretização desses direitos, o que, sem dúvidas, sugere a sua indivisibilidade, devendo talvez aquelas divisões serem utilizadas tão somente para fins didáticos.¹⁶⁵

No Brasil a dignidade humana ganhou destaque constitucional, sendo prevista no art. 1º da Carta Magna como um dos fundamentos da República. Soma-se a essa previsão, o disposto no art. 4º, II, do mesmo diploma legal, que estabelece como princípio fundamental orientador das relações do Brasil na ordem internacional, a prevalência dos direitos humanos, o que se pressupõe a sua validade também no plano interno, senão, restaria comprovada posição contraditória do Estado brasileiro.

O Brasil apresenta uma vasta rede de proteção do trabalhador, construída ao longo da história do país. Muitas iniciativas contribuíram para isso, tais como: a promulgação da CLT em 1943,¹⁶⁶ que organizou as inúmeras leis trabalhistas então vigentes, dando-lhes sistematicidade; a inserção da Justiça do Trabalho no Poder Judiciário em 1946, retirando-a do âmbito administrativo; e a ratificação de diversas convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT, dentre as quais, pode-se destacar a de número 138, ratificada em 1976, que versa sobre a idade mínima para o trabalho, e a de número 182, ratificada em 2000, que trata das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para a sua eliminação. Adicionam-se ainda os direitos fundamentais referentes aos trabalhadores, previstos na CRFB de 1988.

Ademais das pontuadas iniciativas, a proteção do trabalhador sob a perspectiva da didática divisão do Direito em ramos não se restringe ao campo do Direito do Trabalho, pois também se irradia para outras searas. No Direito Empresarial, quando da colocação do crédito trabalhista em posição de preferência na falência. No Direito Civil, quando excepciona a condição de impenhorabilidade do bem de família para a satisfação do crédito trabalhista de empregado doméstico que

¹⁶⁵ Sobre a indivisibilidade de direitos consultar: COUTINHO, Aldacy Rachid. **Indivisibilidade de direitos**. Inédito.

¹⁶⁶ Para uma leitura crítica sobre o período, cf. PARANHOS, Adalberto. **O Roubo da Fala**: origens da ideologia do trabalhismo. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 9-40; FRENCH, John D. **Afogados em leis**: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Perseu Abramo, 2001, p. 7-24; GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ali prestou serviços. No Direito Administrativo, quando da aplicação subsidiária da lei de greve dos trabalhadores da iniciativa privada (7.783/89) aos servidores públicos, por não existir legislação específica;¹⁶⁷ quando da regulação das relações de emprego dos servidores públicos de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista pela CLT; e, mais recentemente, com a obrigatoriedade de apresentação de Certidão negativa de débitos trabalhistas para a participação em licitações públicas.¹⁶⁸

A proteção do trabalhador no ordenamento jurídico interno possui larga abrangência, o que se justifica pela necessidade de se tutelar a parte mais vulnerável da relação jurídico-laboral. Contudo, como se antecipou, situações de desequilíbrio ainda podem ser verificadas, dentre as quais se destaca a impossibilidade de execução de um Estado estrangeiro quando este se recusa a ressarcir os créditos trabalhistas de empregado de nacionalidade brasileira contratado, violando, conseqüentemente os seus direitos.

O costume jurídico internacional da imunidade de jurisdição tal qual vem sendo aplicado pela cúpula dos tribunais brasileiros nitidamente permanece como obstáculo para a efetiva tutela jurisdicional dos direitos dos trabalhadores que prestam serviços às missões diplomáticas e representações consulares acreditadas no território nacional. Em certa medida, ainda que superados alguns mitos no que toca aos fundamentos continuamente apontados pela jurisprudência para justificá-lo, sua incidência, que tem como premissa essencial a proteção à soberania do ente estatal envolvido, insere em um contexto de insegurança jurídica, ou, para ser mais preciso, em um espaço de negação de direitos, a todos aqueles que com Estados estrangeiros firmam alguma espécie de contrato de trabalho.

Como se mostrou, a jurisprudência pátria, norteadada pelo STF, estabeleceu somente duas situações para o afastamento dos efeitos da imunidade de jurisdição sob a fase de execução: a renúncia à prerrogativa pelo Estado a ser executado, ou a existência de bens desafetados da missão diplomática; sendo que caso essas hipóteses não se materializem, aos trabalhadores detentores de créditos trabalhistas

¹⁶⁷ A aplicação subsidiária da Lei n. 7.783/99 foi decidida no Mandado de Injunção n. 712, julgado pelo STF, em 25 de outubro de 2007, da relatoria do Ministro Eros Grau.

¹⁶⁸ Essa é a exigência, dentre outras, constante no artigo 27 da lei nº. 8666/93, ao tratar da fase de habilitação no processo de licitação: Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a: I - habilitação jurídica; II - qualificação técnica; III - qualificação econômico-financeira; IV – regularidade fiscal e trabalhista; V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Grifos nossos).

restariam: (a) a via diplomática, (b) a utilização do instituto processual da carta rogatória ou; (c) a propositura de ação diretamente no Estado-réu.

Diante dessas medidas, é clara a dificuldade que o trabalhador terá para receber seus haveres. Por exemplo, como já se indagou: como o trabalhador, hipossuficiente, ajuizará uma ação diretamente no Estado-réu? Ou, no envio de carta rogatória, qual será a certeza de que seja cumprida? Ou, ainda, até quando durariam as tratativas diplomáticas? É óbvio que esses mecanismos não dão às verbas de natureza alimentícia, como são as trabalhistas, a segurança necessária.

Pensando-se ainda na hipótese da propositura de uma ação diretamente no Estado-réu, argui-se como seria assegurado o contraditório em seus dois aspectos ao trabalhador? Ou seja, como o trabalhador, hipossuficiente, poderia dispor de meios necessários para, ao mesmo tempo, ser comunicado do curso do processo e influenciá-lo? A resposta a essa questão não é satisfatória ao credor da dívida. Para que tal solução se concretize, é preciso que o trabalhador constitua advogado no território do Estado contra o qual irá demandar, para que este o represente perante os tribunais. No entanto, esse procedimento está em desconformidade com a condição socioeconômica do trabalhador, pois como este conseguirá arcar com tais despesas?

Quanto à possibilidade de execução ou não do Estado estrangeiro em matéria trabalhista, é perceptível a existência de um confronto entre um costume jurídico internacional e um conjunto de normas protetivas do trabalhador que vão desde o devido processo legal e o acesso à justiça às normas específicas do Direito do Trabalho, perpassando, por suposto, nas próprias fontes de direito internacional público que direta ou indiretamente versam sobre a condição do trabalhador. Enfim, de um lado tem-se a imunidade de execução assegurada no trato entre Estados no plano internacional e do outro a proteção do trabalhador no âmbito interno e inclusive externo.

De cunho meramente ilustrativo, em contraponto à racionalidade moderno-burguesa, até porque a positivação de um direito ainda que traga maior segurança jurídica não pode servir (ou pelo menos, no ritmo de uma eterna luta pelo dever ser) de parâmetro para considerar a existência, a hierarquia, a força vinculativa e um suposto grau de maior ou menor importância de seu conteúdo,¹⁶⁹ ao dispensar

¹⁶⁹ Há autores, por exemplo, como NICKEL, que entendem que os direitos humanos são somente aqueles positivados em tratados de direito internacional, o que acaba por colocá-los em um patamar

tratamento diferenciado ao empregado cujo empregador é um Estado estrangeiro, o Brasil desrespeita os direitos humanos referentes ao trabalho consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 23),¹⁷⁰ no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (artigo 7º),¹⁷¹ na Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (item 2, “d”),¹⁷² além do rol de direitos fundamentais do trabalhador constantes no artigo 7º, da CRFB de 1988, bem como os direitos fundamentais ao acesso à justiça e a razoável

que talvez aspire mais incertezas do que se não tivesse o registro, no sentido de que abre caminhos para levar a pauta de defesa daqueles direitos para os convencionismos e oportunismos na prevenção/reparação do bem maior para o qual se destinam, a dignidade humana. NICKEL, James W. **Making Sense of human rights**. Oxford: Blackwell publishing, 2007, p. 9-10. Em oposição a essa perspectiva está FRIEDRICH, que faz suas considerações acerca dos direitos humanos a partir da noção de *jus cogens*. Para a autora, a noção de *jus cogens* surgiu para determinar que certos postulados não possam sofrer derrogação por meio de acordos celebrados entre os Estados da comunidade internacional. Sua consagração recepciona a ideia, desde muito tempo perseguida no Direito Internacional Público, de previsão materiais ao poder estatal de celebrar tratados. FRIEDRICH, Tatyana Scheila. **Normas imperativas de Direito Internacional Privado: lois de police**. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 92. Posicionamento semelhante desenvolvido pela referida autora também pode ser encontrado na obra FRIEDRICH, Tatyana Scheila. **As normas imperativas de Direito Internacional Público – jus cogens**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

¹⁷⁰ Artigo 23: 1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. 2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. 3. Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. 4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses. ONU. **Declaração Universal dos direitos humanos**. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2015.

¹⁷¹ Art. 7º: os Estados Partes do presente pacto o reconhecem o direito de toda pessoa de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis, que assegurem especialmente: a) uma remuneração que proporcione, no mínimo, a todos os trabalhadores: i) um salário eqüitativo e uma remuneração igual por um trabalho de igual valor, sem qualquer distinção; em particular, as mulheres deverão ter a garantia de condições de trabalho não inferiores às dos homens e receber a mesma remuneração que ele por trabalho igual; ii) uma existência decente para eles e suas famílias, em conformidade com as disposições do presente Pacto. b) a segurança e a higiene no trabalho; c) igual oportunidade para todos de serem promovidos, em seu trabalho, à categoria superior que lhes corresponda, sem outras considerações que as de tempo de trabalho e capacidade; d) o descanso, o lazer, a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas, assim como a remuneração dos feriados. ONU. **Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm>. Acesso em: 20 de jan. de 2015.

¹⁷² Item 2. Declara que todos os Membros, ainda que não tenham ratificado as convenções aludidas, têm um compromisso derivado do fato de pertencer à Organização de respeitar, promover e tornar realidade, de boa fé e de conformidade com a Constituição, os princípios relativos aos direitos fundamentais que são objeto dessas convenções, isto é: [...] d) a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação. OIT. **Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho**. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/oit/doc/declaracao_oit_547.pdf>. Acesso em: 20 de jan. de 2015.

duração do processo constantes no artigo 5º, incisos XXXV,¹⁷³ LXXVIII¹⁷⁴ respectivamente.

Dos dispositivos listados acima, destacam-se aqueles que se referem ao processo, tais como o acesso à justiça, o seu andamento e as respostas aos estímulos que deverá apresentar, pois ao se negar a plena manifestação do poder jurisdicional, e, por conexão, o processo como espaço para a concretização de direitos, em razão da imunidade de execução em matéria trabalhista, desnatura-se a rede de proteção do ser humano como um todo.

Sobre a imprescindibilidade do oferecimento de tutela jurisdicional pelo Estado para além das previsões, posiciona-se ARENHART:

[...] Ora, para se cultivar o sentimento do direito é preciso que o estado ofereça ao jurisdicionado não só o reconhecimento do direito, mas também a sua tutela quando violado. E esta tutela não pode ser apenas um paliativo; há de ser uma tutela efetiva, uma proteção efetiva ao direito reconhecido pelo Estado.

A ausência de tutela para um determinado direito vale pouco mais do que o seu não reconhecimento pelo ordenamento. [...] De que vale, então, um direito que não se pode exigir do Estado? Vale apenas para sustentar o discurso neoliberal da falência do Estado, que tudo promete, mas nada cumpre.¹⁷⁵

Anota-se que o processo não se justifica ou se materializa somente como instrumento para a resolução de conflitos de interesses trazidos à apreciação do Judiciário, sua irradiação é anterior a própria pretensão e a resistência de quaisquer das partes, uma vez que de antemão reforça (ou deveria reforçar) a gramática da dignidade humana ao reafirmar os direitos que em sua órbita estão (dando-lhes efetividade)¹⁷⁶ pela prevenção.

¹⁷³ Art. 5º, XXV: a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 16 de jan. de 2015.

¹⁷⁴ Art. 5º, LXXVIII: a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 16 de jan. de 2015.

¹⁷⁵ ARENHART, Sérgio Cruz. **A tutela inibitória da vida privada**. São Paulo: RT, 2000, p. 32.

¹⁷⁶ No que se refere à efetividade dos direitos, termo já banalizado, pois utilizado mais por força da retórica do que pelo conteúdo de seu próprio significado, COUTINHO afirma que: a “efetividade é a mirada da realidade, da existência; a atividade real que se concretiza como resultado. Sair do papel, desempenhando o seu papel que é construir uma sociedade mais justa e igualitária”. COUTINHO, Aldacy Rachid. Efetividade do Direito do Trabalho – uma mirada no “homem sem gravidade”. **Revista**

Essa perspectiva, colocada por MARINONI como mais um dos escopos do aspecto social da jurisdição,¹⁷⁷ leva a reflexão de que a existência e o pleno funcionamento do poder jurisdicional, orientado pela afirmação da dignidade humana, ainda que não tenha sido provocado, contribui para dar segurança aos direitos antes mesmo de seu desrespeito.

Assim, repisa-se, considerar a imunidade de execução em matéria trabalhista é subverter, da mesma forma como se sustentou no item precedente, a lógica de salvaguarda dos direitos dos trabalhadores antes e após a ocorrência de quaisquer violações, pois não é só o pleno exercício do poder jurisdicional que resta comprometido, o que já é preocupante, mas a observância em si daqueles direitos. Contraditória é, portanto, a incidência daquela prerrogativa estatal quando diante da necessidade de se avançar na concretização do que infelizmente se limitou aos textos, declarações e cartas de intenções, a dignidade humana.

Noutro giro, no intuito de superar conflitos entre normas do Direito internacional e do Direito interno (apesar de que o direito ao trabalho e seus desdobramentos também são defendidos no plano internacional, frisa-se), na situação em comento, o costume jurídico internacional da imunidade de jurisdição e a rede de proteção destinada ao trabalhador, MAZZUOLI, pautado na teoria monista internacionalista, propõe um diálogo entre essas duas ordens:

Assim, no que tange ao tema dos direitos humanos é possível falar na existência de um *monismo internacionalista dialógico*. Ou seja, se é certo que à luz da ordem jurídica internacional os tratados internacionais *sempre prevalecem* à ordem jurídica interna (concepção monista internacionalista *clássica*), não é menos certo que em se tratando dos instrumentos que versam direitos humanos pode haver *coexistência* e *diálogo* entre essas mesmas fontes. Perceba-se que a prevalência da norma internacional sobre a interna continua a existir, mesmo quando os instrumentos internacionais de proteção autorizam a aplicação da norma interna mais benéfica, visto que, nesse caso, a aplicação da norma interna no caso concreto é concessão da própria norma internacional que lhe é superior, o que estaria

do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Belo Horizonte, n. 75, v. 45, p. 93-105, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_75/Aldacy_Coutinho.pdf>. Acesso em: 30 de jan. de 2015.

¹⁷⁷ Ao tratar de mais uma das nuances do aspecto social da jurisdição, MARINONI, estabelece que: outro escopo social da jurisdição é o da educação para o exercício dos direitos. Como dissemos no capítulo que precedeu, muitas pessoas deixam de exercer os seus direitos por não acreditarem na “Justiça”. O fator cultural, principalmente nos países subdesenvolvidos, agrava de forma substancial o problema do acesso à justiça, seja pelo fato de os cidadãos desconhecerem os seus direitos, seja, ainda, porque muitos não confiam nos advogados e no próprio Poder Judiciário. Além disso, a essa dificuldade pode somar-se a questão psicológica, inibindo, definitivamente, o acesso à justiça. MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas linhas do processo civil**. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 192.

a demonstrar a existência sim de uma hierarquia, típica do monismo internacionalista, contudo muito mais fluida e totalmente diferenciada da existente no Direito Internacional tradicional.¹⁷⁸

Desta feita, partindo da orientação apresentada, infere-se que no interesse e na proteção do trabalhador, o direito ao recebimento das verbas trabalhistas supera a restrição à execução do Estado estrangeiro, pela superioridade das normas protetoras do trabalhador em detrimento do costume jurídico internacional, nessa leitura, já superado.

5. A superação da imunidade de jurisdição e a soberania: apontamentos para uma resignificação

Ressignificar é verbo que expressa a necessidade de (ou a intenção de empreender) novos olhares sobre algo. Essa ação, longe de negar conceitos e ideias construídas no passado ou em qualquer época que seja, pretende propor uma compreensão contextual, temporal e pontual do que se estuda, isso quer dizer que independentemente do tema que se trate, imprescindível é cotejá-lo com o conjunto de significados, elementos, variantes e fatores em curso no momento da apreciação. A noção de resignificar, portanto, está atrelada à concepção de pluralidade, de diversidade, pois não há um só caminho, uma única perspectiva, enfim, uma única visão para se avistar e seguir rumo ao horizonte. Nada é para sempre. O que foi pensado para uma realidade, muitas vezes, ou, quase sempre, não pode ser forçosamente aplicado para outra. Cada acontecimento deve ser interpretado, lido e investigado conforme a dinâmica e a lógica de seu tempo. Essa postura coloca em destaque outra característica do ato de resignificar, que é a de deixar a compreensão, de o que quer que seja, em aberto, sem delimitações ou padronizações que mais excluam do que incluem.

Antes de prosseguir, cumpre esclarecer que uma compreensão contextual, temporal e pontual é aquela que examina determinado objeto à luz dos dados materiais e imateriais que o circundam, presentes no período e no espaço em que aquele se manifestou, em que aquele está inserido. É dizer, o que foi concebido em

¹⁷⁸ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Monismo internacionalista dialógico. **Jus Navigandi**. Disponível em: <<http://www.jus.com.br/revista/texto/16957/o-monismo-internacionalista-dialogico>>. Acesso em: 20 de out. de 2013.

determinado ambiente e momento histórico, deve ser refletido a partir da coerência, sistematicidade e movimento ali apresentados.

Partindo dessa reflexão, é que desde o primeiro capítulo deste trabalho, propôs-se a compreensão do Estado e, conseqüentemente de seus elementos constitutivos, em especial a soberania, como produto histórico, com características e peculiaridades que devem ser observadas considerando sua historicidade, sem apartá-las do período no qual se manifestam. À vista disso, não há como se valer da concepção de Estado erigida na modernidade para tratar de assuntos que não guardam qualquer correspondência com aquela racionalidade. Os fenômenos, desejos, pretensões e interesses do agora são completamente diferentes do de outrora, o que acaba por gerar inconvenientes, que, para além do plano teórico-acadêmico, por se dar margem ao anacronismo, acarretam prejuízos, sem exageros, à concretização da dignidade humana.

À guisa do imaginário moderno, tomar o Estado como ente soberano para compreender fenômenos que extrapolam os limites em que aquela noção foi estruturada, como a situação de insegurança jurídica dos trabalhadores que prestam serviços a Estados estrangeiros, tema do qual parte todo este estudo, é legitimar injustiças e arbitrariedades, pois enquanto os primeiros se valem das prerrogativas que possuem, mesmo atuando no campo do privado (o que também é irrelevante quando se pensa em uma salvaguarda com pretensões de efetividade de direitos), os segundos, desprovidos de uma tutela jurisdicional ampla que garanta meios coercitivos de exequibilidade do que foi sentenciado, permanecem à deriva, em um verdadeiro limbo. Essa incerteza, por certo, não permite recuos, no sentido de que a força de trabalho dispendida não será recomposta, o que é óbvio, bem como impossibilita avanços, uma vez que condenado ou não, nenhuma medida executiva poderá ser empregada contra o devedor.

Como se explicou, a proposta ou a defesa pela resignificação do Estado e de seu elemento constitutivo mais latente, a soberania, advém da indispensabilidade de vislumbrá-lo sob novos prismas, novas perspectivas, sem negar o que foi edificado, mas também sem desconsiderar os novos desafios do presente, dentre os quais, o que mais em evidência ficou, a proteção dos direitos humanos e a busca pela conquista de espaços de possibilidades para a sua concretização.

Nesse sentido, equivocada é a argumentação do desrespeito à soberania alheia usada para fundamentar o não afastamento por completo da imunidade de

jurisdição em matéria trabalhista, abarcando tanto as fases de conhecimento quanto a de execução, pois, diga-se desde já, para além desse costume jurídico internacional, há um bem maior comum a se ponderar, que mesmo banalizado, precisa ganhar forma, no caso que se discute, a dignidade do trabalhador.

Desde o precedente *The Schooner v. MacFaddon*, que ensejou a construção do costume jurídico internacional da imunidade de jurisdição, como descrito no tópico 2.2 do capítulo I, nota-se o quão baseada está a incidência dessa prerrogativa em questões políticas relacionadas ao trato entre os sujeitos de direito internacional público. Reitera-se que esse desenho da atuação estatal aferrado estritamente à soberania, que talvez à época fizesse sentido, nos dias de hoje não pode mais ganhar guarida, mormente quando diante da necessidade de se efetivar o sistema de proteção dos direitos humanos, afirmando-o para além das eloquentes pregações.¹⁷⁹

Com isso não se quer propor uma anulação da noção de Estado, tampouco o fato de se pensar assim, resultará algo parecido. Constata-se que ademais de uma compreensão temporal, contextualizada e pontual contribuir para um constante processo de releitura da concepção de soberania, contribuem também para que o Estado, baseado ou não nos teóricos que o pensaram na modernidade, seja como garantidor da ordem, seja como harmonizador do estado de natureza ao qual o homem vive, alcance seu fim, a valorização indistinta do ser humano, frisa-se, a partir da criação de espaços de possibilidades de concretização de direitos. Nessa linha de pensamento, afastar a aplicação da imunidade de jurisdição é somar esforços para aquela finalidade primordial.

Em reforço a ideia desenvolvida, MARINONI, ao tratar da função jurisdicional, coloca-a como uma consequência natural do dever estatal de proteger os direitos dos indivíduos, o que constitui, na visão do autor, a essência do Estado contemporâneo.¹⁸⁰ Desse modo, ao desconsiderar a imunidade de jurisdição por

¹⁷⁹ Nesse sentir, COMPARATO adverte para o fato de que a dignidade humana não pode ser reduzida à condição de puro conceito. COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 241. FLORES também alerta para a necessidade de se sair do círculo vicioso gerado pela teoria tradicional de direitos humanos, que começa e termina falando de direitos, no sentido de que os direitos humanos se satisfazem tendo direitos. FLORES, Joaquín Herrera. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Tradução de GARCIA, Carlos Roberto Diogo et. al. Florianópolis: Boiteux, 2009, p. 33.

¹⁸⁰ MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: RT, 2008, p. 137.

completo em matéria trabalhista, alcançando, portanto, a fase de execução, estar-se-á, pelo exercício da jurisdição, tutelando-se direitos.

A partir dessas linhas, advirta-se que a compreensão do ente estatal não implica a perda, a diminuição ou a renúncia à soberania ou a qualquer outro de seus elementos constitutivos, ao contrário, reforça ainda mais a sua independência; primeiro, porque ao atuar no campo do privado o faz de maneira livre, sem a ingerência ou a coerção de outro Estado; segundo, porque age de modo a respeitar e promover os direitos humanos e a autodeterminação dos povos,¹⁸¹ responsabilizando-se pelas violações que cometer; terceiro, porque se relaciona com os demais sujeitos de direito internacional público não pela força ou por aspirações imperialistas, mas em coordenação, a fim de incentivar a igualdade jurídica nas tratativas na sociedade internacional; quarto, porque insere o Estado, resguardadas as suas peculiaridades e identidade, em uma nova perspectiva sem fronteiras de concretização de direitos; e quinto, mais como resultado do que como motivo, fomenta a ressignificação do Estado diante de uma nova variante antes não considerada, afastando interpretações equivocadas no que se refere à sua própria existência e missão na atualidade.

Dentre os motivos listados acima, vale destacar que ao considerar a autodeterminação dos povos em seu exercício, a soberania ganha contornos de um poder que tem como preocupação a alteridade, o reconhecimento e o respeito dos destinos, direitos e autonomia do outro, seja Estado estrangeiro ou indivíduo; a soberania, portanto, a partir daquele viés deixa de ser a manifestação de um poder para si, egoístico, voluntarista, como se estivesse em um constante estado de guerra, e passa a ser um poder, que ao mesmo tempo em que caracteriza o ente que o detém, busca a valorização da dignidade humana (antes e depois de sua violação) para além de suas fronteiras, plural, heterogênea, não como uma

¹⁸¹ O direito à autodeterminação está consagrado no Direito Internacional e inserido no sistema internacional de proteção aos direitos humanos. Conforme a redação dos Pactos Internacionais de Direitos Humanos de 1966 trata-se de um direito em virtude do qual todos os povos determinam livremente o seu estatuto político e asseguram livremente o seu desenvolvimento econômico, social e cultural¹¹. Essa definição demonstra claramente a ligação desse direito com os postulados da igualdade e da liberdade, pois todos os povos são livres para conceber da maneira que melhor lhes aprouver a sua ordem política, econômica, social e cultural, sem serem submetidos a formas de colonialismo ou de opressão estatal. ANJOS FILHO, Robério Nunes dos. **O Direito à Autodeterminação dos Povos Indígenas: entre a Secessão e o Autogoverno**. Disponível em: <http://www.editorajuspodivm.com.br/i/f/Direitos%20Humanos%20e%20Direitos%20Fundamentais_Artigo%20Rob%C3%A9rio.pdf>. Acesso em 08 de jan. de 2015.

exclusividade de seus nacionais. Daí começar a se conjecturar um Direito sem fronteiras.

Ressignificar a soberania de acordo com as novas variantes em voga, dentre as quais, como se ventilou tantas vezes, a proteção dos direitos humanos, é uma tarefa que talvez se atinja ou se tenha como ponto de partida a proposição de sentenças negativas – do que não se quer, do que não se deseja, do que não interessa, na medida em que estabelecer parâmetros é mais condizente com o discurso da ressignificação do que se firmar conceitos fechados e absolutos. Assim, propugna-se por uma soberania que não se sustente por meio da constante violação de direitos humanos; por uma soberania que não seja atemporal, imutável e intocável, a fim de conquistar espaços pela força; por uma soberania que não decorra tão somente da conveniência e de uma falsa benevolência entre os sujeitos de direito internacional público em suas relações na sociedade internacional; por uma soberania que não seja territorializada, ainda que isso em um primeiro momento pareça uma utopia; por uma soberania que além de ter o povo como destinatário, que promova, no que for possível, enquanto sob as conhecidas incongruências do modo de produção capitalista, a sua emancipação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar ou refletir sobre meios de se concretizar direitos, sobretudo como se apresentou ao longo deste estudo, destaca o quão preso ainda se está dentro dos limites dos retóricos discursos que proclamam a dignidade humana e o quão distante, sem demagogias, o Direito está daquilo que comumente se propagou como seu fundamento e destino, a sociedade.

Para além das salas de aulas, dos muros físicos ou imaginários das Universidades, um conjunto de realidades se desponha no horizonte. Longe de ser de uma única cor, o meio no qual se está inserido é multicolorido. Há movimento, gritos, sussurros, sentimentos, valores, ideias, gestos, enfim, há vidas, nas suas mais diversas formas de expressão. Lá fora existe um mundo que se apaixona, luta, trabalha, clama por mudanças. Lá fora existe um mundo que quer ser visto, notado, que não quer passar despercebido. Lá fora existe um mundo construído e habitado por seres humanos.

Uma das primeiras lições sobre o mundo jurídico que se aprende nos bancos da Faculdade é a verificação da sua direta correspondência com a sociedade. Filósofos e doutrinadores são ressuscitados para fundamentar aquela constatação; costuma-se dizer em alto e bom som que o homem é um ser gregário, reúne-se, ajunta-se, passando a viver e conviver em núcleos que congregam pessoas ligadas pelos mais distintos laços, como religiosos, afetivos ou de parentesco (formando famílias, grupos, tribos, povoados, cidades [...] sem impingir aqui qualquer anacronismo ou linearidade histórica nessa reflexão), e para evitar interferências destrutivas de uns em detrimento de outros é que nasce o Direito, com o fim de reger o dito homem social.

Ainda nas aulas introdutórias, na busca pela compreensão do fenômeno jurídico, não se pode esquecer das menções quase oficiais sobre o clássico dos clássicos, *Antígona* de Sófocles, usado para diferenciar o Direito Natural do Direito Positivo, e também a tradicional utilização da metáfora de Robinson Crusoè, no intuito de se demonstrar a essência do Direito. Tudo, aos poucos, vai se descortinando, ou pelo menos assim se acredita. De encontro a encontro vai se compreendendo não só a razão de ser do que se está estudando, mas a sua aplicação, diga-se, prática no cotidiano. Os fatos rotineiros, considerados já sem muita importância para os olhos, convertem-se em casos a serem analisados e refletidos nos debates e discussões no ambiente acadêmico, ademais do estudante se tornar paulatinamente alvo das mais mirabolantes perguntas de seus familiares, seus amigos e colegas.

Ocorre que, infelizmente, com o passar dos anos da Graduação, no *iter* da primeira à décima fase, os sujeitos envolvidos no processo vão se atocaiando em escritórios e gabinetes, ou se acororando em altas torres de marfim, esquecendo-se não só daquilo que são (pois da sociedade vieram e para ela voltarão), mas da própria essência daquilo que se aprende no limiar da carreira jurídica. Desse modo, acaba-se por elitizar aquilo que não era para ser elitizado, restringir aquilo que não era para ser restringido e desnaturar aquilo que não era para ser desnaturado.

Nessa dinâmica, o Direito se desconecta de seu ser, sendo guiado a partir de então por paradigmas de justiça muito peculiares, pautados em uma falsa ideia de meritocracia pela meritocracia, que prestigia os já prestigiados, atendendo consequentemente não aos que gemem, não aos que gritam, não aos que na miséria estão, não aos excluídos e marginalizados, mas tão somente os já *empoderados*.

Cegos pelas imposições mercadológicas e pela antiga e já tradicional “lei dos resultados”, desprestigiam-se quaisquer discussões ou reflexões sobre o fenômeno jurídico e opta-se pelo estudo da técnica pela técnica, em uma nítida lógica de acumulação de informações, como se a mente fosse um grande depósito vazio pronto para o empilhamento dos conteúdos.

Ainda vale ressaltar que diante do quadro traçado, não há espaço para a percepção da diversidade. Esta, na verdade, é engolida, desprezada, ou quando muito tolerada, sendo que neste caso, é comum a manifestação de discursos que servem apenas para mascarar as desigualdades que sem causar espanto

assombram o cotidiano, mesmo que isso pareça paradoxal. Num crescente, encerrados em outra dimensão, em um campo mais *academicista* no qual os sentidos não têm voz e vez, ignora-se o outro e passa-se a enxergar uma única realidade e não realidades; padrões e valores são eleitos, naturalizados e universalizados, não havendo qualquer interesse pela compreensão da pluralidade assim como se revela.

É momento de reaproximação.

É momento de reconciliação.

Ainda que nadando contra a corrente, sob a égide da voraz dinâmica do capitalismo, é preciso seguir adiante.

É momento de se promoverem diálogos mais intensos e constantes entre a sociedade e o Direito, a fim de se alcançar a tão propagada e midiaticizada (para não dizer banalizada) justiça. É importante frisar que o que se busca não é uma justiça de poucos para poucos, não é uma justiça que parte da ideia de que os sujeitos indistintamente estão em pé de igualdade de oportunidades e condições, enquanto não estão, ao contrário, trata-se de uma justiça de todos para todos, uma justiça que guarda em si o respeito às singularidades de cada uma das identidades existentes, ainda que essa empreitada diante da conjuntura atual, seja um sonho mais ousado que o de Ícaro e suas asas rumo ao Astro Rei.

É imprescindível que nunca se olvide de que o Direito como um fenômeno social deve conviver e ser impulsionado pela diversidade, pois é irreal que se parta do pressuposto de que as ideias, as garantias e os direitos caminhem tranquilamente, sem obstáculos, desafios ou conflitos, sem lutas, em uma mesma direção a partir de um único entendimento ou perspectiva. Lembre-se de que a factibilidade do Direito está em sua inconstância, sendo essa característica, quando não ocultada, uma das responsáveis pelo surgimento de novas tendências interpretativas principalmente no que concerne à proteção da dignidade humana.

Curioso é constatar que o núcleo do qual partiu toda esta investigação, a relação de trabalho existente entre Estados estrangeiros e particulares, seus desdobramentos e implicações a vida do trabalhador, tornou-se um interessante pretexto para se refletir e ao mesmo tempo defender a necessidade de espaços de possibilidades para a afirmação/construção da dignidade humana, à luz da proposta de compreensão do Estado, e da soberania, como produtos de seu tempo, ou seja,

como categorias abertas ao cotejo com as variantes de sua época, em uma constante ressignificação, a fim de não se legitimarem injustiças ou arbitrariedades.

Assim, ressignificar a soberania, sem pretensões definitivas, mas tão somente com a intenção de especificar parâmetros do que não se quer, do que não se deseja, do que não interessa, abre portas para a viabilidade de se pensar em um Direito sem fronteiras, desterritorializado, que vá mais adiante do que os tratados internacionais e a sempre argumentada necessidade de positivação dos direitos no plano interno, que tenha como preocupação o ser humano, independentemente de nacionalidade ou quaisquer atributos que possua, que inverta a lógica do conceder ou regulamentar direitos para se ter direitos ou da atenção a eles dispensada só quando violados.

Lá fora existe um mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

ALVES, Laerte Meyer de Castro. Imunidades dos Estados estrangeiros em matéria trabalhista no Brasil. **Jus Navigandi**. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/autor/laerte-meyer-de-castro-alves>> Acesso em: 26 de dez. de 2013.

ANJOS FILHO, Robério Nunes dos. **O Direito à Autodeterminação dos Povos Indígenas: entre a Secessão e o Autogoverno**. Disponível em: <http://www.editorajuspodivm.com.br/i/f/Direitos%20Humanos%20e%20Direitos%20Fundamentais_Artigo%20Rob%C3%A9rio.pdf>. Acesso em 08 de jan. de 2015.

ARENHART, Sérgio Cruz. **A tutela inibitória da vida privada**. São Paulo: RT, 2000.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2011.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Teoria do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Celso Bastos, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2014.

BODIN, Jean. **Os seis livros da República: livro primeiro**. Tradução de José Ignácio Coelho Neto. São Paulo: Ícone, 2011.

BRAGA, Marcelo Pupe. **Direito Internacional Público e Privado**. São Paulo: Método, 2009.

BRANCO, Elcir Castello. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1988.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2009.

CASSAR, Vólia Bonfim. **Direito do Trabalho**. Niteroi: Impetus, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2006.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Malheiros, 2011.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

COSTA, Pietro. **Soberania, representação, democracia**: ensaios de história do pensamento jurídico. Curitiba: Juruá, 2010.

COUTINHO, Aldacy Rachid. A autonomia privada: em busca da defesa dos direitos fundamentais dos trabalhadores. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

_____. A dimensão do princípio da dignidade e a relação de trabalho. In: SARLET, Ingo et. al (Org.). **Diálogos entre o Direito do Trabalho e o direito Constitucional**: estudos em homenagem a Rosa Maria Weber. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. Efetividade do Direito do Trabalho – uma mirada no “homem sem gravidade”. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, n. 75, v. 45, p. 93-105, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_75/Aldacy_Coutinho.pdf>. Acesso em: 30 de jan. de 2015.

_____. **Indivisibilidade de direitos**. Inédito.

_____. **Propostas para uma ressignificação do princípio da proteção**. Inédito.

_____. Somos todos socialistas, agora: registros de um devaneio. In: COUTINHO, Aldacy Rachid et. al (Orgs.). **Liber Amicorum**: homenagem ao Prof. Doutor António José Avelãs Nunes. Coimbra: Coimbra, 2009.

D'ANGELO, Isabele Bandeira de Moraes. **A subordinação no Direito do Trabalho**: para ampliar os cânones da proteção, a partir da Economia Social e Solidária. São Paulo: LTr, 2014, p. 33.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2014.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2013.

_____. Funções do Direito do Trabalho no Capitalismo e na Democracia. In: COLNAGO, Lorena de Mello Rezende; ARVARENGA, Rúbia Zanotelli de. (Orgs). **Direitos Humanos e Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2013.

DIDIER JR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Bahia: Jus podivm, 2012.

FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno: nascimento e crise do Estado nacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania: uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FLORES, Joaquín Herrera. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Tradução de GARCIA, Carlos Roberto Diogo et. al. Florianópolis: Boiteux, 2009.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Introdução Teórica à História do Direito**. Curitiba: Juruá, 2012.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **Competência Internacional da Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

FRIEDRICH, Tatyana Scheila. **As normas imperativas de Direito Internacional Público – *jus cogens***. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

_____. **Normas imperativas de Direito Internacional Privado: *lois de police***. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

GABARDO, Emerson. A soberania constitucional no Brasil enquanto obstáculo à institucionalização judiciária do Mercosul: breves reflexões sobre um falso problema. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**. Curitiba, v. 31, p. 161-171, 1999.

GALLARDO, Helio. **Teoria Crítica: matrizes e possibilidade de direitos humanos**. Tradução de Patricia Fernandes. São Paulo: Unesp, 2014.

GOSDAL, Thereza Cristina. **Dignidade do trabalhador: um conceito construído sob o paradigma do trabalho decente e de honra**. 2006. 186 f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2006.

HESPANHA, António Manuel. **Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milénio**. Coimbra: Almedina, 2012.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico Civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUPI, André Lipp Pinto Basto. A convenção sobre imunidade do Estado e seus bens e o Direito brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, Rio de Janeiro, jun./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/viewfile/1784/136>>. Acesso em: 18 de out. de 2013.

MADRUGA FILHO, Antenor Pereira. **A Renúncia à imunidade de jurisdição pelo Estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

_____. Quando o réu é Estado estrangeiro, como citá-lo? **Conjur**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-set-14/cooperacao-internacional-quando-reu-estado-estrangeiro-cita-lo>>. Acesso em: 21 de maio de 2013.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1993.

MANDALOZZO, Silvana Souza Netto. **Imunidade de jurisdição dos entes de direito público externo na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2001.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas linhas do processo civil**. São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. **Processo de Execução**. São Paulo: RT, 2011.

_____. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: RT, 2008.

_____. **Técnica processual e tutela dos direitos**. São Paulo: RT, 2004.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: RT, 2010.

_____. Monismo internacionalista dialógico. **Jus Navigandi**. Disponível em: <<http://www.jus.com.br/revista/texto/16957/o-monismo-internacionalista-dialogico>>. Acesso em: 20 de out. de 2013.

MEDEIROS, Ana Letícia Barauna Duarte. **Alteridade negada: proteção internacional da pessoa humana e América Latina**. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2004.

MENNA, Fábio de Vasconcellos. **Elementos do Direito: Processo Civil**. São Paulo: RT, 2010.

MESQUITA, José Botelho de. Questões procedimentais das ações contra Estados e organizações internacionais. In: GARCIA, Márcio; MADRUGA FILHO, Antenor

Pereira (Org.). **A imunidade de jurisdição e o judiciário brasileiro**. Brasília: CEDI, 2002.

NICKEL, James W. **Making Sense of human rights**. Oxford: Blackwell publishing, 2007.

PEDREIRA, Pinho. A concepção relativista das imunidades de jurisprudência e execução do Estado estrangeiro. **Revista de informação legislativa**, Brasília, n. 140, p. 227-236, out./dez. 1998.

PEREIRA, Bruno Yepes. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. A circularidade da cultura jurídica: notas sobre o conceito e sobre método. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (Org.). **Nova História brasileira do Direito: ferramentas e artesanias**. Curitiba: Juruá, 2012.

PINTOS, Eduardo Vilariño. **Curso de Derecho Diplomático y Consular**. Madrid: Tecnos, 2011.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. São Paulo: Saraiva, 2002.

REZENDE, Antonio Paulo; DIDIER, Maria Thereza. **A construção da modernidade: o Brasil colônia e o mundo moderno**. São Paulo: Atual, 1996.

RUBIO, David Sánchez. **Encantos e desencantos dos direitos humanos: de emancipações, libertações e dominações**. Tradução de LIXA, Ivone Fernandes Morchilho et. al. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

SANTA CATARINA, Daniele Corrêa. Teoria crítica de direitos humanos: uma análise comparativa com a teoria tradicional. In: RAMOS FILHO, Wilson (Coord.). **Trabalho e regulação no Estado constitucional**. Curitiba: Juruá, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2012, p. 883; LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2011.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à constituição**. São Paulo: Malheiros, 2008.

SIMÕES, Carlos. **Direito do Trabalho e modo de produção capitalista**. São Paulo: Símbolo, 1979.

SINDNAÇÕES. Disponível em: <<http://sindnacoes.org.br/>> Acesso em: 05 de outubro de 2014.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas, 2002.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Curso de Direito do Trabalho**: teoria geral do Direito do Trabalho, vol. I: parte I. São Paulo, LTr, 2011.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. São Paulo: Método, 2011.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Dissenting opinion of judge Cançado Trindade**. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/143/16891.pdf>>. Acesso em: 4 de jan. de 2015.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2009.

FONTES DOCUMENTAIS

ARGENTINA. **LEY 24488 - Inmunidad Jurisdiccional de los Estados Extranjeros ante los Tribunales Argentinos**. Disponível em: <<http://www.villaverde.com.ar/.../ley-24488-art7.doc>> Acesso em: 04 de abril de 2013.

BRASIL. 38ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte. Processo nº. 01325-2010-138-03-00-4. Reclamante: Marta Milani Pinto Fonseca. Reclamado: Consulado da Itália em Belo Horizonte. Juiz: Marcos Penido de Oliveira. Belo Horizonte, 08 de setembro de 2011. **TRT 3ª Região**. Disponível em: <http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_84/decisoes_1a_instancia.pdf>. Acesso em: 15 de jan. de 2015.

BRASIL. 7ª Vara do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Processo nº 00619-2007-007-10-00-9. Reclamante: Sindicato dos Trabalhadores nas Embaixadas, Consulados, Organismos Internacionais e seus anexos no Distrito Federal – Sindnações/DF. Reclamada: Embaixada da França. Juiz do Trabalho Substituto: Carlos Augusto de Lima Nobre. Brasília, 13 de agosto de 2007. **7ª Vara do Trabalho do TRT da 10ª Região**. Disponível em: <http://www.trt10.jus.br/servicos/consultasap/atas.php?_1=01&_2=07&_3=2007&_4=0619&_5=www_516.&_6=13082007&_99=intra&_7=3>. Acesso em 28 de maio de 2013.

BRASIL. **Anteprojeto de Código de Processo Civil**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/anteprojeto.pdf>>. Acesso em: 20 de jan. de 2015.

BRASIL. **Consolidação das leis do trabalho**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

BRASIL. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 25 de dez. de 2014

BRASIL. **Código de Processo Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 16 de jan. de 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Apelação Cível-BA nº 7. Apelante: Manoel Alves de Souza. Apelado: Consulado de Portugal. Relator: Min. Eduardo Ribeiro. Brasília, 3 de abril de 1990. **STJ**. Disponível em:<http://ww2.stj.jus.br/processo/jsp/ita/abreDocumento.jsp?num_registro=199000012260&dt_publicacao=30-04-1990&cod_tipo_documento=>. Acesso em: 20 de mar. de 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Apelação Cível-DF nº. 2. Apelante: Embaixada dos Estados Unidos da América. Apelado: Paulo da Silva Valente e outro. Relator: Min. Barros Monteiro. Brasília, 07 de agosto de 1990. **STJ**. Disponível em:<http://ww2.stj.jus.br/processo/jsp/ita/abredocumento.jsp?num_registro=198900087517&dt_publicacao=03-09-1990&cod_tipo_documento=>. Acesso em: 20 de mar. de 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Cível Originária-DF nº. 575. Recorrente: Distrito Federal. Recorrido: República de Camarões. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, DF, 01 de ago. de 2000. **Jusbrasil**. Disponível em:<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1485485/ac_ao-civel-originaria-aco-575-df-stf>. Acesso em: 20 de out. de 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental em Agravo de Instrumento-DF nº 139671-8. Agravante: Estados Unidos. Agravado: Paulo da Silva Valente e outro. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, 20 de junho de 1995. **STF**. Disponível em:<<http://www.redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=275004>>. Acesso em: 11 de abril de 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental na Ação Cível Originária-SP nº 633. Agravante: União. Agravado: Consulado Geral da República da Coreia. Relatora: Min. Ellen Gracie. Brasília, 22 de junho de 2007. **STF**. Disponível em:<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=466206>>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário-PE nº 222368. Agravante: Consulado Geral do Japão. Agravado: Espólio de Iracy Ribeiro de Lima. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, 14 de fevereiro de 2003. **STF**. Disponível em:<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=331821>>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Apelação Cível-DF nº. 9697-1. Apelante: Ministério Público Federal. Apelado: Walter José Arantes. Relator: Min. Djaci Falcão. Brasília, 30 de abril de 1986. **STF**. Disponível em:<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=25119>>. Acesso em: 30 de mar. de 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Apelação Cível-DF nº. 9705-6. Apelante: Raimunda Fernandes Almeida. Apelado: Embaixada da Espanha. Relator: Min. Moreira Alves. Brasília, 09 de setembro de 1987. **STF**. Disponível em:<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=25126>>. Acesso em: 30 de mar. de 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Apelação Cível-SP nº. 9696. Apelante: Genny de Oliveira. Apelada: Embaixada da República Alemã. Relator: Min. Sydney Sanches. Brasília, 31 de maio de 1989. **STF**. Disponível em:<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarjurisprudencia.asp?s1=%2ENUME%2E+OU+9696%EACMS%2E%29&base=baseAcordaos>>. Acesso em 15 de set. de 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Apelação Cível-SP nº. 9696. Apelante: Genny de Oliveira. Apelada: Embaixada da República Alemã. Relator: Min. Sydney Sanches. Brasília, 31 de maio de 1989. **STF**. Disponível em:<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudência/listarjurisprudencia.asp?s1=%ENUME%2E+OU+9696%EACMS%2E%29&base=baseAcordaos>>. Acesso em 20 de fev. de 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Apelação Cível-SP nº. 9696. Apelante: Genny de Oliveira. Apelada: Embaixada da República Alemã. Relator: Min. Sydney Sanches. Brasília, 31 de maio de 1989. **STF**. Disponível em:<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudência/listarjurisprudencia.asp?s1=%2ENUME%2E+OU+9696%EACMS%2E%29&base=baseAcordaos>>. Acesso em 20 de maio de 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Apelação Cível-SP nº. 9704-8. Apelante: Consulado Geral do Líbano. Apelado: Elias Farah. Relator: Min. Carlos Madeira. Brasília, 10 de junho de 1987. **STF**. Disponível em:<<http://www.redir.stf.jus.br/paginador.jsp?docTP=AC&docID=25125>>. Acesso em: 20 de out. de 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso extraordinário nº 222.368-PE. Recorrente: Consulado Geral do Japão. Recorrido: Espólio de Iracy Ribeiro de Lima. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, DF, 28 de fevereiro de 2002. **Consultor jurídico-Conjur**. Disponível em:<http://www.conjur.com.br/2002-mar-11/stf_nao_anula_sentenca_divida_consulado_japao?pagina=4>. Acesso em: 01 de out. de 2013.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Agravo de Petição nº 00943-2007-006-10-00-0. Agravante: Banco do Brasil S/A. Agravado: Raimundo Nonato Moraes Campos. Relatora: Desembargadora Márcia MazoniCúrcio Ribeiro. Brasília, 17 de dezembro de 2010. **TRT 10ª Região**. Disponível em:<http://www.trt10.jus.br/search?q=cache:www-dev3.trt10.jus.br/consweb/gsa_segunda_instancia.Php%3Ftip_processo_trt%3DAP%26ano_processo_trt%3D2010%26num_processo_trt%3D5515%26num_processo_voto%3D232387%26data_publicacao%3D17/12/2010%26data_julgamento%3D07/12/2010%26embargo%3D%26tipo_publicacao%3DDEJT+00943-2007-006-10-00-0&access=p&output=xml_no_dtd&client=default_frontend&proxystylesheet=metas>. Acesso em 28 de maio de 2013.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Recurso Ordinário nº 01558-2001-001-03-00-1. Recorrente: Consulado de Portugal em Belo Horizonte. Recorrido: Márcio Alves. Relatora: Desembargadora Alice Monteiro de Barros. Belo Horizonte, 01 de maio de 2002. **TRT da 3ª Região**. Disponível em:<<http://as1.trt3.jus.br/juris/detalhe.htm?conversationId=8610>>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Recurso Ordinário nº 00615-2010-023-09-00-0. Recorrente: Cosme Alves da Silva. Recorrido: Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR. Relator: Desembargador Ubirajara Carlos Mendes. Curitiba, 21 de janeiro de 2011. **TRT 9ª Região**. Disponível em: <http://http://www.trt9.jus.br/internet_base/processoman.do?evento=Editar&chPlc=AAAS5SABaAAC1uTAAK>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

CONVENÇÃO de Montevideu sobre os direitos e deveres dos Estados de 26 de dezembro de 1933. **Ministério das Relações Exteriores do Brasil**. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/daí/dirdevesta/dos.htm>>. Acesso em: 25 de dez. de 2013.

CONVENÇÃO de Viena sobre relações Diplomáticas de 18 de abril de 1961. **Legislação de Direito Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2008.

Instrução Normativa n. 3. Disponível em: <<http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/handle/1939/5132>>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

OIT. **Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho**. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/oit/doc/declaracao_oit_547.pdf>. Acesso em: 20 de jan. de 2015.

ONU. **Declaração Universal dos direitos humanos**. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2015.

ONU. **Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm>. Acesso em: 20 de jan. de 2015.

UNITED NATIONS. **United Nations Convention on jurisdictional Immunity of States and their properties**. Disponível em: <http://untreaty.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/4_1_2004.pdf>. Acesso em: 20 de fev. de 2013.